

PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA

# UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE O CONCEITO DE TRABALHO



Paulo Sérgio de Oliveira

UM OLHAR SOCIOLÓGICO SOBRE O  
CONCEITO DE TRABALHO

UNIFESO

2019

**Copyright© 2019**

Direitos adquiridos para esta edição pela Editora UNIFESO

**Coordenação Editorial**

João Cardoso de Castro

**Assistente Editorial**

Jessica Motta da Graça

**Diagramação**

Jessica Motta da Graça

**Capa**

João Cardoso de Castro  
Jessica Motta da Graça

**Revisão realizada pelo autor**

O51 Oliveira, Paulo Sérgio de

Um olhar sociológico sobre o conceito de trabalho. / Paulo Sérgio de Oliveira. ---  
Teresópolis: Editora UNIFESO (Coleção FESO), 2019.

118p.

ISBN: 978-85-93361-30-2

Inclui bibliografia

1. Sociologia. 2. Trabalho. 3. Educação. I. Oliveira, Paulo Sérgio de. II.  
Título.

CDD 301

**EDITORA UNIFESO**

Avenida Alberto Torres, nº 111

Alto- Teresópolis -RJ-CEP:25.964-004

Telefone: (21)2641-7184

E-mail: [editora@unifeso.edu.br](mailto:editora@unifeso.edu.br)

Endereço Eletrônico: <http://www.unifeso.edu.br/editora/index.php>

## **FUNDAÇÃO EDUCACIONAL SERRA DOS ÓRGÃOS – FESO**

### **CONSELHO DIRETOR**

Antônio Luiz da Silva Laginestra  
**Presidente**

Jorge Farah  
**Vice-Presidente**

Luiz Fernando da Silva  
**Secretário**

José Luiz da Rosa Ponte  
Kival Simão Arbex  
Paulo Cezar Wiertz Cordeiro  
Wilson José Fernando Vianna Pedrosa  
**Vogais**

Luis Eduardo Possidente Tostes  
**Diretor Geral**

## **CENTRO UNIVERSITÁRIO SERRA DOS ÓRGÃOS – UNIFESO**

Antônio Luiz da Silva Laginestra  
**Chanceler**

Verônica Santos Albuquerque  
**Reitora**

José Feres Abido de Miranda  
**Pró-Reitor Acadêmico**

Elaine Maria de Andrade Senra  
**Diretora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão**

Edenise da Silva Antas  
**Diretora de Educação a Distância**

Ana Maria Gomes de Almeida  
**Diretora do Centro de Ciências Humanas e Sociais**

Mariana Beatriz Arcuri  
**Diretora do Centro de Ciências da Saúde**

Vivian Telles Paim  
**Diretora do Centro de Ciências e Tecnologia**

Michele Mendes Hiath Silva  
**Diretoria de Planejamento**

Solange Soares Diaz Horta  
**Diretoria Administrativa**

Rosane Rodrigues Costa  
**Diretoria Geral do Hospital das Clínicas de Teresópolis Costantino Ottaviano**

Roberta Franco de Moura Monteiro  
**Diretoria do Centro Educacional Serra dos Órgãos**

## Coleção FESO

A **Coleção FESO**, desde 2004, tem sido o principal meio de difusão da produção acadêmica do Centro Universitário Serra dos Órgãos - UNIFESO, realizada a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão dos seus cursos de graduação e pós-graduação, assim como das suas unidades assistenciais e administrativas.

Primando pela qualidade dos produtos editorados e publicados, a Editora UNIFESO publica conteúdos relevantes nas mais diversas áreas do conhecimento através de um cuidadoso processo de revisão e diagramação.

É uma das mais importantes contribuições da Instituição para a sociedade, uma vez que a sua divulgação influencia na recondução de políticas e programas na esfera pública e privada, de forma a fomentar o desenvolvimento social da cidade e região. Todo esse processo fortalece o projeto de excelência do UNIFESO como Centro Universitário. Nossas publicações encontram-se subdivididas entre as seguintes categorias:

**Série Teses:** Contempla as pesquisas defendidas para obtenção do grau de “Doutor” em programas devidamente autorizados ou credenciados pela CAPES, publicadas em formato de livro.

**Série Dissertações:** Abarca as pesquisas defendidas para obtenção do grau de Mestre.

**Série Pesquisas:** Contempla artigos científicos, resenhas e resumos expandidos/textos completos. Estas produções são divulgadas em formato de livros (coletâneas), periódicos ou anais.

**Série Especiais:** Esta publicação contempla textos acadêmicos oriundos de processo de certificação de docentes como pós-doutores.

**Série Produções Técnicas:** Abrange produções técnicas advindas de trabalhos de docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos sobre uma área específica do conhecimento que contemplem produtos ou serviços tecnológicos (com ou sem registro de proteção intelectual); processos ou técnicas aplicados; cartas e mapas geográficos. As formas de divulgação destas produções podem ser em meios impressos ou digitais, no formato de cartilhas, POPs (Procedimento Operacional Padrão), relatórios técnicos ou científicos e catálogos.



**Série Materiais Didáticos:** Reúne os trabalhos produzidos pelos docentes e discentes com vinculação aos componentes curriculares previstos nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados no UNIFESO.

**Série Arte e Cultura:** Abarca as produções artístico-culturais realizadas por docentes, técnicos-administrativos, estudantes, instrutores de cursos livres e artistas locais, assim como as produções desenvolvidas junto aos eventos do Centro Cultural FESO Pró-Arte (CCFP), podendo ser constituída por livros, partituras, roteiros de peças teatrais e filmes, catálogos etc.

**Série Documentos:** Engloba toda a produção de documentos institucionais da FESO e do UNIFESO.

A abrangência de uma iniciativa desta natureza é difícil de ser mensurada, mas é certo que fortalece ainda mais a relação entre a comunidade acadêmica e a sociedade. Trata-se, portanto, de um passo decisivo da Instituição no que diz respeito a compreensão sobre a importância da difusão de conhecimentos para a formação da sociedade que queremos: mais crítica, solidária e capaz de enfrentar as dificuldades que se apresentam.

Desejo a todos uma ótima leitura!

*Elaine Maria de Andrade Senra*

**Diretora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão – UNIFESO**

# Sumário

## **Sumário 7**

## **PREFÁCIO 8**

## **INTRODUÇÃO 10**

- Da explicação sociológica 10
- Da problemática 11
- Dos objetivos do estudo 15
- Das justificativas teóricas 18
- Da metodologia 21
- Da estrutura argumentativa do texto 24

## **CAPÍTULO I 27**

### *1. O TRABALHO COMO CATEGORIA SOCIOLOGICA 27*

- 1.1 Como abordar o trabalho? 27
- 1.2 A teoria sociológica sobre o trabalho 36
- 1.3.1 Possibilidades e limites dos modelos explicativos 51

## **CAPÍTULO II 57**

### *A RECONSTRUÇÃO ANALÍTICA DA CATEGORIA TRABALHO 57*

- 2. A busca de novos horizontes compreensivos 57
- 2.3 O revisionismo teórico de Claus Offe 67

## **CAPÍTULO III 83**

### *ALGUMAS REPERCUSSÕES DAS PROPOSIÇÕES REVISIONISTAS 83*

- 3.1 Parâmetros gerais do revisionismo teórico 83
- 3.2 O contexto brasileiro do revisionismo teórico 86
- 3.3 Reflexões sobre o Brasil 91

## **CONCLUSÕES 107**

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 114**

## PREFÁCIO

Em uma de suas crônicas, o escritor Luis Fernando Veríssimo diz:

- Fiquei velho na época errada...  
- Como?  
- Toda a minha vida foi assim. Cheguei às diferentes fases da vida quando elas já tinham perdido suas vantagens, ou antes delas adquirirem vantagens novas.  
- Sei...  
- Passei a vida com aquela impressão de quem chegou à festa quando ela já tinha acabado ou saiu quando ela ia ficar boa.  
(...)  
(Adaptado de: Luis Fernando Veríssimo. *Em algum lugar do paraíso*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011, p. 48 e 49).

É, talvez eu seja um retardatário, pois somente depois de 18 anos (prestes a completar 19), a minha dissertação de mestrado ganhou o status de livro. Na época da defesa, 1999, final do século e do milênio, eu tinha 31 anos de idade, ou seja, tarde demais para os atuais padrões acadêmicos. No início de 2000, o cientista social, gestado academicamente na tradição da pesquisa, virou professor universitário. O meu início de carreira se deu no curso de Pedagogia e, confesso, uma certa “inveja” das professoras que trabalhavam comigo, pois, enquanto eu era um iniciante, ou seja, um retardatário, a maioria esbanjava experiência profissional.

Como a palavra retardatário nos remete ao conceito de tempo, uma outra uma narrativa biográfica é possível e, desta forma, posso dizer que, para os atuais padrões de ingresso no mercado de trabalho, talvez eu seja um precoce. Como? Explico: o meu primeiro emprego ocorreu aos 12 anos de idade e, aos 15 anos, a minha carteira profissional já estava assinada, algo que, atualmente, seria ilegal. Em casa, com o meu pai, um precoce que começou a trabalhar aos 8 anos de idade, aprendi, dentre outras coisas, que o emprego formalizado era a garantia de direitos sociais.

Um fato que não pode ser desconsiderado é que a legislação muda e, no caso específico da legislação trabalhista, vivemos um momento de profunda ebulição, pois em 2017 a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) foi flexibilizada, abrindo espaço para a “livre negociação” entre empregador e empregado, e para a terceirização da atividade-fim da empresa que era vedada. Além do mais, as altas taxas de desemprego no Brasil e o



cenário político brasileiro e mundial são ingredientes adicionais que tornarão o debate trabalhista e previdenciário bastante intenso e caloroso nos próximos anos.

Para qualquer um iniciado nas práticas acadêmicas, a importância do trabalho como conceito e tema de pesquisa das diferentes áreas do conhecimento não chega a ser novidade. No meu caso, em particular, estudá-lo na perspectiva sociológica permitiu-me uma releitura da minha própria biografia, reconhecendo-me como sujeito histórico, de pensamento e de ação, mas também, como um ser humano condicionado por uma época histórica. A trajetória de trabalhador e de educador se entrelaçaram na forma como percebo o mundo e, hoje, sou um trabalhador-educador e um educador-trabalhador, consciente da necessidade de dialogar com outros sujeitos sociais, dentro e fora do espaço acadêmico.

Como pode o trabalho, contraditoriamente, ser uma das mais “nobres”, mas, em sentido oposto, uma das mais “vis” atividades humanas? Para começo de conversa, é preciso entender que trabalho e emprego são conceitos distintos, assim como mundo do trabalho e mercado de trabalho não são construções teóricas idênticas. Na época do mestrado, um dos “estopins” para a dissertação foi a leitura de alguns cientistas sociais que questionavam a centralidade do trabalho na construção da identidade humana.

Para finalizar, concluo que sou um misto de retardatário e precoce, esculpido, em grande parte, pelo trabalho como um princípio educativo. Ao público, ofereço um quebra-cabeças que ficou guardando na gaveta por anos e ressalto que o texto produzido é o resultado de repetidas montagens e desmontagens. No mais, assumi algumas incertezas, mas escrevi com as marcas do trabalhador, do pesquisador e, especialmente, com o sonho de um dia vir a ser um educador. Hoje, próximo a completar 20 anos de magistério, posso afirmar que continuo um aprendiz movido pela curiosidade e que a educação é um dos fios condutores que dão sentido à minha existência.

## INTRODUÇÃO

### *Da explicação sociológica*

A sistematização do conhecimento humano com a finalidade da criação de um domínio disciplinar específico pressupunha, pelo menos quando do surgimento da sociologia, uma clara delimitação do objeto de estudo e uma definição do método investigativo a ser empregado, bem como a existência de uma certa concordância quanto a alguns objetivos mais gerais da teoria. A sociologia, independentemente das divergências teóricas e de acessos metodológicos entre os autores designados como clássicos, convergiu na busca de um objetivo amplo e audacioso: o da *construção teórica da organização da vida social*. Uma vez realizado o propósito, com maior ou menor sucesso, o objetivo não estará realizado para sempre, pois, em concordância com os próprios clássicos, a *vida em sociedade transcorre de forma dinâmica*, o que implica em atualizar a teoria quando da diagnose de sua incapacidade explicativa, situação recorrente no pensamento produzido sobre as formações sociais ao longo do tempo.

Em certos períodos históricos, “muitos dos entendimentos produzidos pela sociologia sobre o modo como a sociedade se organiza têm o seu valor explicativo diminuído” (Sorj, 1999:1). A diminuição do poder explicativo dos conceitos e das teorias tem desafiado os sociólogos a buscarem (novos) horizontes compreensivos para a vida social, recolocando na ordem do dia a questão de como, a partir de um determinado quadro de referências empírica e conceitual, a teorização constrói as explicações sobre a *organização* e a *dinâmica* da sociedade. As explicações formuladas, que outrora serviram para esclarecer as bases em que se assentava a vida social, ficam fragilizadas face aos acontecimentos sociais que escapam da(s) teorização(ões) vigente(s). A situação descrita, muito comumente identificada como crise dos paradigmas científicos, prevalece até que um novo modo de interpretar a “realidade” venha a ser concebido.

Certamente a intensificação dos fluxos de bens materiais e simbólicos, traço distintivo do capitalismo contemporâneo, está na base do enfraquecimento das explicações que a sociologia formulou para a vida em sociedade. As fronteiras econômicas, políticas e culturais do mundo atual estão sendo redesenhadas de modo rápido e radical, o que, no extremo, leva o pensamento sociológico a redefinir suas unidades de referência analítica. O trabalho, uma destas unidades, desde os clássicos

elevado à condição de conceito central na teoria sociológica, foi uniformizado em decorrência da sua redução à força de trabalho (fator de produção), da sua unificação espacial (indústria) e organizacional (racionalidade), operadas pela sociedade capitalista. Mais recentemente, profundas modificações nas formas de trabalhar e de conceber o trabalho canalizaram o interesse de muitos estudiosos pelo assunto, proliferando na literatura sociológica termos como metamorfose, mutação, mudança, transformação etc. para redimensionar o trabalho, em contraste com as características que o definiam ao longo de quase um século.

Independentemente das avaliações de possíveis causas, não há como deixar de reconhecer que as atuais modificações no mundo do trabalho sejam um dos mais preponderantes fatores a impulsionar a sociologia em direção a um revisionismo teórico. Já há algum tempo, as situações concretas de trabalho vinham escapando às teorizações, o que levou a sociologia do trabalho a seguir um caminho em grande parte excessivamente empírico-descritivo, tamanha a fragilidade do seu instrumental teórico para lidar com o trabalho. Por outro lado, alguns autores têm enfatizado a necessidade da busca de saídas teóricas mais amplas do que as sugeridas pela sociologia do trabalho e, nesse particular, estão voltados para a reavaliação crítica do aparato conceitual da sociologia. Como consequência, estão sendo revistos alguns dos *parâmetros* conceituais e teóricos da disciplina, surgindo uma problemática que consiste em reavaliar teoricamente, segundo a sociologia, as implicações das mudanças nas situações concretas de trabalho.

### *Da problemática*

*Os clássicos da teoria social, desde Marx até Weber, estavam de acordo que a estrutura da sociedade burguesa moldou-se através do trabalho abstrato, por um tipo de trabalho remunerado, regido pelo mercado, aproveitado de forma capitalista e organizado empresarialmente. Como a forma desse trabalho abstrato desenvolveu uma força tão percuente que penetrou todos os domínios, as expectativas utópicas também puderam dirigir-se à esfera da produção, em suma, para a emancipação do trabalho da determinação externa (Habermas, 1987:105 e 106).*

As condições descritas foram as justificativas utilizadas pelos clássicos para atribuírem um lugar central ao trabalho no estatuto da teoria social. O trabalho enquanto

categoria de análise social ganhou tal preponderância que os autores contemporâneos utilizaram largamente a terminologia “sociedade do trabalho”<sup>1</sup> para fazerem referências ao papel crucial que o trabalho teve para a explicação da moderna sociedade capitalista. Embora os “pais fundadores” da sociologia não tenham utilizado o termo para caracterizar a sociedade que estudavam, foi em torno do trabalho e de questões referidas diretamente ao mesmo que gravitaram suas teorias. “O modelo de uma sociedade burguesa voltada para a atividade econômica, dedicada ao trabalho, impulsionada por sua racionalidade e abalada pelos conflitos trabalhistas, é o centro das pesquisas de Marx, Weber e Durkheim” (Offe, 1989:14).

Em 1980, Ralf Dahendorf reintroduziu no debate acadêmico a discussão sobre a crise da “sociedade do trabalho”<sup>2</sup> (König, 1992). Em 1982, no encontro anual dos sociólogos alemães, com participação de Ralf Dahendorf, Jürgen Habermas e Claus Offe, entre outros nomes conhecidos, o objeto de apreciação foi a “crise da sociedade do trabalho”; ou seja, o declínio do trabalho na “sociedade do trabalho”. Crise da “sociedade do trabalho” e “futuro do trabalho” passaram a ser termos usuais para designar o diagnóstico e as conseqüências das rupturas recentes na estrutura de empregos dos países capitalistas avançados. Desde então, o tema tem feito parte das agendas dos assuntos sociológicos mais discutidos, ultimamente com intensa repercussão inclusive no Brasil.

Teria o trabalho perdido a força estruturadora e socializadora que os clássicos lhe outorgaram? A resposta positiva ou negativa pode ser apressada, se não forem definidas claramente em quais referências está amparada e se o sentido histórico e político do trabalho for desconsiderado. O trabalho abstrato e genérico, o mercado de trabalho, a racionalidade imperante no trabalho, a remuneração, a força persuasiva do trabalho como expressão de uma vida moralmente correta, etc. situam-se no espaço e no tempo da história da humanidade. Se estes componentes alimentaram a centralidade do trabalho para os clássicos, a possível perda da centralidade só se viabiliza plenamente na teoria quando as categorias do passado são colocadas em relação ao quadro referencial empírico que buscavam desvendar, argüindo-se a atualidade delas no presente.

---

<sup>1</sup> O termo é atribuído pelos autores a Ralf Dahendorf.

<sup>2</sup> Aqui houve a eleição de um dos marcos teóricos significativos do debate atual sobre as metamorfoses no “mundo do trabalho”. Vários autores, como o próprio Offe, reconhecem a importância de Dahendorf, e credenciam ao autor a criação do termo “sociedade do trabalho”.

Se a proposição acima tiver procedência, Claus Offe surge como um autor instigante para pensarmos o trabalho no capitalismo contemporâneo, pois o diálogo constante com os clássicos faz parte do conjunto de suas preocupações. A teoria é informada por problemas concretos (mas também é informada por pressupostos), devendo ser atualizada quando do surgimento de situações não previsíveis pela teoria. Se, no limite, uma teoria não mais dá conta de explicar os problemas concretos, pode ser o caso de reconstruí-la para ampliar o seu poder explicativo.

Na compreensão atual do trabalho, o quadro que informa a teoria não é mais o mesmo, pois novos componentes passaram a interferir no modo de organização social do trabalho; um deles é a atuação do Estado, seja dirimindo os conflitos distributivos, seja regulando juridicamente as relações de trabalho, ou ainda universalizando direitos. O tipo de intervenção estatal em relação ao trabalho contribui para alterar a percepção subjetiva que os indivíduos fazem do trabalho, bem como interferir no escopo e no modo da prestação dos serviços sociais.

Da imbricação entre economia e política ampliam-se as possibilidades de entendimento do trabalho, lição que pode ser extraída tanto dos estudos feitos por Claus Offe, quanto dos estudos feitos pela escola da regulação ou pelos teóricos da informalidade. O mercado exerce uma coação estrutural no capitalismo, mas não exclui todas as sociabilidades construídas fora da órbita mais direta de sua influência. Da interação entre o mercantil e o não-mercantil, o trabalho encontra abrigo em esferas de racionalidades distintas, porém intercambiáveis.

Offe extrai da relação entre a política e a economia, ou o Estado e o mercado, ensinamentos para a interpretação do papel do trabalho para as sociedades capitalistas contemporâneas. Se do controle político do mercado, onde assalariamento e cidadania foram conjugados, surgiu o campo normativo do trabalho, até mesmo nos países capitalistas desenvolvidos enfraquece-se este elo histórico, cujas conseqüências ensejam a “nova questão social”. Na Europa, estudos da sociologia industrial na década de 70 atestaram um redirecionamento no comportamento dos trabalhadores para os efeitos físicos e psíquicos do trabalho, transferindo o eixo reivindicativo de alguns sindicatos da renda para um sentido humanizador do trabalho. Atualmente, quando os sindicatos europeus clamam pelo direito a “um trabalho útil e significativo”, e não mais “direito ao trabalho”, evidencia-se uma problematização do trabalho em relação a critérios de valor

de uso (Offe, 1989:30). Além do mais, a dissolução de formas tradicionais de emprego e as situações de desemprego contribuem para o redesenho normativo do trabalho.

Não só os estudos da sociologia do trabalho, mas também da economia clássica e da psicologia econômica servem para testemunhar um deslocamento da percepção subjetiva dos trabalhadores quanto ao significado do trabalho para além dos benefícios que a remuneração pode trazer. O engajamento por renda não mais sintetiza a atitude reivindicativa dos trabalhadores, particularmente nos segmentos onde o trabalho acarreta profundos desgastes físicos e psíquicos. A própria presença da interveniência do Estado na economia enfraquece o sentido disciplinador que a renda possa ter sobre o comportamento dos trabalhadores, pois transfere para o campo político o benefício, a renda, que antes só podia ser obtida no campo econômico.

Forçando um encontro entre abordagens espalhadas entre os mais diversos ramos das ciências sociais, Offe extrai a conclusão da *perda do poder macrosociologicamente determinante do trabalho assalariado*. Dito de outra forma, o assalariamento não tem mais o poder de normatização sobre a vida social que os clássicos lhe atribuíram. O trabalho assalariado deixou de ser o campo exclusivo de demarcação dos interesses e dos comportamentos dos indivíduos. As razões tanto podem ser remetidas para a ampliação da fragmentação empírica das situações concretas de trabalho nos dias atuais, como para os efeitos que a racionalização taylorista-fordista trouxe para o desengajamento em relação ao trabalho, como mostram as altas taxas de absenteísmo descritas por Braverman.

O questionamento da capacidade estruturadora da cooperação social produtiva nas sociedades capitalistas promovida pelo trabalho assalariado possibilitou romper com as análises que trabalhavam com a perspectiva de generalização do assalariamento (Silva, 1996:13); se os limites empíricos do modelo teórico aconteciam na “periferia” do capitalismo (como mostram os estudos sobre o setor informal), agora é no próprio “centro” que o revisionismo teórico ganha força desde os anos 80. Em sentido inverso, a difusão do assalariamento (e de formas ambivalentes de remuneração) tornou-se tão genérica que não mais se justifica a construção de uma hierarquia conceitual *a priori* onde o assalariamento seja o ponto de partida para explicar padrões de sociabilidade e identidade social, estilos de vida e modo de pensar. Com isto não se quer dizer que a relação salarial deixou de ter qualquer papel para a determinação dos interesses dos indivíduos, e sim que ela deve ser confrontada com outras categorias de análise, como por



exemplo o Estado, ou contrabalançada com outros possíveis determinantes surgidos no seio de categorias profissionais oriundas de novas situações empíricas de trabalho.

Não foi só a teoria clássica que correlacionou o trabalho assalariado com a determinação dos interesses dos indivíduos. Posteriormente, já como corpo de conhecimento já devidamente estabelecido e reconhecido no meio acadêmico, a sociologia foi subdividida em disciplinas mais específicas e, na segunda metade do século XX, a sociologia do trabalho ou a sociologia industrial, sub-área central da sociologia, gozava de grande prestígio. Quanto ao modo de construção do objeto, a disciplina então particularizada construiu grande parte de suas problemáticas em torno da “proposição, quase que axiomática, de que o trabalho constituía a principal referência, não apenas de direitos e deveres, diretamente inscritos nas relações de trabalho, mas principalmente dos padrões de identidade e sociabilidade, interesses e comportamentos políticos, modelos de família e estilos de vida” (Sorj, 1999:2). O “quase-axioma” influenciou a sociologia como um todo, entretanto a proposição que colocava o trabalho como o eixo central de organização da vida social vem sendo largamente discutida e revista, sobretudo nas duas últimas décadas (Sorj, 1999:2).

Algumas das limitações da sociologia do trabalho em compreender o trabalho nos dias atuais origina-se do fato da disciplina ter como foco central de análise o trabalho industrial, remunerado e formalizado. A diminuição dos postos de trabalho na indústria, devido aos processos de racionalização técnica e organizacional, e o crescimento do segmento dos serviços, como processo continuado das economias capitalistas, conduziram a sociologia do trabalho a uma situação de crise, só solucionável se ela for capaz de pensar o trabalho para além do domínio industrial. Para que a sociologia do trabalho venha a constituir-se novamente como um ramo fértil da sociologia, terá de se deixar fecundar pelos estudos desenvolvidos nos mais diversos ramos das ciências sociais, como sugerem os estudos de Offe sobre o trabalho. Quando isto ocorrer, será possível abandonar o nominalismo disciplinar em nome de uma teoria social mais ampla.

### *Dos objetivos do estudo*

De posse do exposto conjunto de idéias preliminares, será empreendido um esforço compreensivo com o intuito de perceber a processualidade que envolve a construção de categorias para a análise social. Menos do que captar as causas da mudança

social, uma das questões cruciais de toda a teoria social e da sociologia, o interesse do estudo voltar-se-á para a teoria como uma forma de ordenar e explicar o social, o que ele possui de empírico e prático, bem como de representacional. Logo, se é possível afirmar que o trabalho que informara a teoria sociológica sofreu importantes mutações ao longo das duas últimas décadas, faz-se mister uma atualização teórica que restitua o poder explicativo perdido. Para tal intento, o empreendimento teórico da sociologia será visto como a busca da construção de “princípios gerais que moldam a estrutura da sociedade, programam a sua integração ou seus conflitos, comandam o sentido do seu desenvolvimento e conduzem a auto-imagem do seu presente e do seu futuro” (Offe, 1989:13).

O objetivo central desta dissertação consiste em refletir sobre o trabalho e o seu poder normativo, tanto em relação aos “constrangimentos” externos (mercado) quanto psicológicos (sentido moral e ético) na sociedade capitalista. Tomando por base a proposição que atribuiu ao trabalho a “função” de estruturador da organização da vida social, o estudo voltar-se-á para a arguição do debate teórico atual a respeito da permanência ou não do trabalho enquanto elemento organizador da cooperação social no capitalismo. Para realizar a tarefa proposta, o trabalho social foi considerado a partir de duas ramificações interdependentes: como uma manifestação empírica concreta das sociedades e uma categoria de análise sociológica. O significado do duplo interesse é a admissão de que história e teoria se vinculam, não como objeto e imagem, mas pelo reconhecimento da existência de relações significativas, instituídas quando da construção teórica da realidade. Além disso, a teoria, na intenção de explicar a história, acaba voltando-se para a própria sociedade, modificando-a, ao ser apropriada reflexivamente.

A amplitude da problemática do trabalho e o leque de incursões possíveis de serem feitas no tema constituíram-se motivações iniciais que privilegiaram Claus Offe como a principal fonte de inspiração do estudo empreendido. Fora o fato de o autor ser mencionado com frequência pelos estudiosos das mutações do trabalho no capitalismo atual, há uma originalidade em suas proposições, particularmente na de reavaliação do trabalho como categoria de análise sociológica (Offe, 1989; König, 1994:151; Ribeiro, 1990). Dialogando criticamente com os clássicos, Offe busca remontar os alicerces teóricos da sociologia para justificar a necessidade imperativa, defendida por ele, de adequar as conceitualizações frente às mudanças do objeto. Se o trabalho mudou, e com isso o objeto da sociologia, faz-se necessário diagnosticar a extensão empírica das

mudanças do trabalho e teorizar sobre a mudança do objeto da sociologia. A construção de uma teoria sociológica sobre a mudança do seu próprio objeto é vista por Offe como uma justificativa intelectual imprescindível aos interesses de pesquisa dos cientistas sociais.

Com que pretensão o trabalho será duplamente inquirido, em sua faceta empírica e teórica? A de destacar que os planos de análise não devem ser confundidos e nem reduzidos um ao outro, bem como salientar, para efeito de uma apresentação, a imprescindibilidade da conjugação entre a empiria e a teoria. Assim, o estudo pretende averiguar não só os fundamentos justificadores do questionamento da centralidade teórica do trabalho nos dias atuais, posição compartilhada por alguns autores internacionais, mas também se as justificativas são suficientes; pretende, ainda, esclarecer alguns “mal-entendidos” comumente encontrados nas ciências sociais brasileiras, frutos de uma interpretação genérica dos autores internacionais que os classifica (erroneamente) como os que diagnosticam pelo “fim” e os que defendem a “continuidade” da centralidade do trabalho.

Nada de paradoxal<sup>3</sup>, como supostamente possa aparecer, na proliferação de cientistas sociais brasileiros estudando a temática do trabalho em um contexto de diagnóstico da “perda da centralidade”. É muito mais promissor para o empreendimento sociológico buscar distinguir os vários aspectos do debate sobre a centralidade do trabalho, do que ficar no plano da “denúncia” pura e simples entre os que são a favor e os que são contra o fim do trabalho. É do relacionamento equilibrado entre os estudos empíricos e as reavaliações teóricas que a sociologia fica mais imaginativa e avança nas explicações que formula para a organização da vida social.

Se depender das contribuições de Offe, não há paradoxo na situação descrita; há, sim, uma dificuldade de conceitualização do trabalho, oriunda das alterações que estão ocorrendo no modo de ser do trabalho, com claros reflexos nas atitudes e nos comportamentos que as pessoas assumem em relação à esfera do trabalho. A fragmentação empírica das situações concretas de trabalho rompeu com o quadro analítico de referências empíricas em que estava ancorada a sociologia clássica, o que

---

<sup>3</sup> O paradoxo é apontado por Lorena H. da Silva, no verbete Sociologia do Trabalho. In: Trabalho e Tecnologia: dicionário crítico. Antônio David Cattani (Org.). Petrópolis, editora Vozes, 1997.

implica em avaliar o que permanece e o que deixa de ter validade na teoria clássica, diante da dificuldade de apreensão teórica da infinita gama de situações concretas de trabalho.

A forma mais típica de trabalho, o trabalho assalariado, outrora o traço distintivo das relações sociais no capitalismo, contrariamente à expectativa de sua universalização, perdeu o espaço de determinação inequívoca das relações sociais (Silva, 1996:13), pois, quando visto como um traço comum em situações absolutamente distintas de trabalho, o assalariamento pouco diz sobre a conformação da identidade social e política dos indivíduos no capitalismo contemporâneo. Sob um prisma analítico, não há nenhum motivo para supor que o indivíduo por ser um trabalhador assalariado tenha precedência lógica sobre o fato de ele ser consumidor de gasolina ou contribuinte do IPI (Offe, 1989:21). Também não faz muito sentido a construção de hierarquias conceituais, sem a reflexão sobre a gênese e o desenvolvimento da sociedade capitalista como um todo.

### *Das justificativas teóricas*

Não só no meio acadêmico, mas também no político, a temática do trabalho foi conduzida a um lugar de destaque. O resultado de um interesse tão amplo e diversificado é o acúmulo de reflexões que extrapolam os domínios disciplinares. Historicamente metamorfoseado e institucionalizado na forma de emprego assalariado, foi sob a égide deste estatuto que, modernamente, o trabalho adquiriu visibilidade no imaginário social e na teoria. Assim, o recente debate sobre o trabalho inscreve-se, em grande parte, em um conjunto de preocupações irradiados pelo problema do “emprego” ou, mais precisamente, da “falta de emprego” no capitalismo contemporâneo. A diminuição quantitativa do emprego, pelo menos nas suas formas mais tradicionais, e o surgimento de novas formas de contratualidades do trabalho estão a alterar o arranjo institucional constituído com base na relação salarial e reproduzido com base na seguridade social.

É justamente no contexto da falta do “emprego”, pelo menos nas suas formas mais típicas (emprego assalariado, na grande indústria, em tempo integral, etc.), e das conseqüências sociais advindas das rupturas com o arranjo institucional predominante desde a segunda guerra mundial (baseado no “pacto de compromissos” entre estado, capital e trabalho) que parte significativa do interesse teórico e político pelo trabalho vem sendo recolocado. Mais uma vez recorrendo à história, é possível afirmar não haver nenhuma novidade no fato de os processos de inovação tecnológica e de racionalização

serem seletivos, reduzindo quantitativamente tradicionais categorias de trabalhadores. A existência de certa lógica compensatória - categorias e/ou postos de trabalho criados e transferência de mão-de-obra para outros setores da economia – e de políticas sociais sempre serviram para atenuar e/ou amenizar os impactos e as tensões sociais oriundas de alterações na base técnica, organizacional e social do sistema produtivo.

O que haveria então de novo em relação ao desemprego? Os estudiosos do tema têm compartilhado um ponto de vista cada vez mais aceito e difundido, o da impossibilidade de absorção do contingente de mão-de-obra excedente, mesmo em circunstâncias de retomada e aceleração do crescimento econômico (Dahendorf, 1992). A sociologia tem tentado explicar as consequências, a longo prazo, do fato de o crescimento da produtividade vir ocorrendo sem a contrapartida (socialmente necessária ou mesmo desejável?) do uso de “trabalho vivo”. O significado mais contundente do processo é a recomposição da base morfológica da estrutura social, ainda hoje centrada no trabalho-emprego, remunerado ou assalariado, forma histórica predominante do trabalho e centro de referência da teoria sociológica. A questão da funcionalidade do “emprego” para a reprodução da sociedade como um todo é recolocada em novas bases.

Seja nos meios acadêmicos ou políticos, o debate atual sobre o trabalho, pelos motivos brevemente sumariados, encontra-se intimamente relacionado com uma problemática correlata, a da exclusão social, pois até então, pelo menos na Europa, a exclusão e a inclusão social eram vistas sob o prisma da participação ou não dos indivíduos no mercado de trabalho. Os direitos sociais do trabalho vieram completar o “vetor de universalização da cidadania” (Pereira, 1996:213), complementando as lacunas que ainda pudessem vir a perdurar depois da generalização do assalariamento. A seletividade do mercado de trabalho e a regulação política dos critérios de inclusão social juntaram-se em um dado momento histórico, resolvendo conflitos e provocando acomodações de ordem social.

Se o que predominou na Europa foi o que Lautier denominou de “cidadania assalariada”, na América Latina “não só a garantia dos direitos civis e dos direitos políticos não faz referência ao assalariamento, como também a reivindicação dos direitos sociais não tem como base o trabalho assalariado” (Paiva, Potengy e Chinelli, 1997:134).

Além da esfera política, a explicação da reprodução do sistema econômico como um todo passa também pelo uso econômico de bases sociais preexistentes, outra variável que somente o crivo histórico consegue resgatar. De qualquer modo, o que deve ser

sublinhado é que a reprodução do sistema econômico pressupõe a existência de formas coerentes de cooperação e de integração social.

No Brasil, o debate sobre o trabalho tem ganhado novos contornos. É bem comum a maior parte dos autores, principalmente aqueles dedicados a estudar o trabalho industrial ou os setores mais avançados do terciário, fixar a década de 90 como um marco da reorientação empírica e teórica dos estudos sobre trabalho no Brasil, o que tem resultado em um conjunto muito extenso de estudos que abordam os mais diferentes aspectos do trabalho no país; já existe também uma apreciação mais sistemática, feita por pesquisadores brasileiros, sobre as proposições revisionistas dos autores internacionais no que tange ao trato teórico a ser dado ao trabalho. Fatores como a abertura econômica, a desregulamentação do mercado de trabalho, a maior sistematicidade de inovações técnicas e organizacionais (principalmente em alguns setores industriais e segmentos avançados dos serviços), a descentralização produtiva, o aumento do contingente de mão-de-obra desempregada em razão dos processos de inovações, etc. são algumas das razões que estão impulsionando os estudiosos do trabalho em direção a novos interesses empíricos e teóricos (Abramo e Montero, 1995).

O contexto brasileiro da década de 90 tem favorecido a repercussão de questões tratadas exaustivamente na Europa há mais de duas décadas. A discussão em torno do lugar reservado ao trabalho no capitalismo contemporâneo e das formas que o trabalho assumirá diante da crescente diminuição de oferta dos empregos industriais despertou o interesse de muitos cientistas sociais. Além de vários estudos empíricos, sucedem-se reflexões teóricas que buscam demonstrar qual deve ser o lugar do trabalho no estatuto teórico da sociologia e qual é a importância do trabalho para a constituição da identidade social e a determinação dos interesses dos indivíduos.

Muitas das questões que surgiram na década de 80, na Europa, como a última novidade teórica para a interpretação do capitalismo não chegam a ser novidade na América Latina. Os estudos sobre a dependência econômica, sobre o setor informal, ou de sociólogos que mesclaram o método historiográfico com o etnográfico sempre tentaram desvendar a lógica (muitas vezes aparentemente contraditória) de reprodução do sistema capitalista. As várias modalidades de uso do trabalho social e de contratualidades das relações de trabalho, a integração da casa no circuito produtor de mercadorias, os diferentes meandros de produção de sociabilidade, as relações entre o



mercantil e o não-mercantil etc. foram questões que já tinham animado muitos estudos, bem como sido utilizadas para contestar alguns dos formalismos teóricos clássicos.

Seja lá como for, relacionar a vida dos indivíduos com aquilo que eles fazem - como e por que fazem, estabelecer as possíveis conexões entre as redes de sociabilidade e esclarecer o modo de construção da identidade dos indivíduos é tarefa árdua e necessária, disso resultando o sucesso ou o fracasso do empreendimento sociológico.

### *Da metodologia*

De acordo com Claus Offe, existem duas maneiras do trabalho ser abordado do ponto de vista sociológico: ou ele é *normatizado como obrigação*<sup>4</sup> - funciona como dever de natureza ética ou moral, ou ele é *instalado como imposição* – funciona como condição externa para a sobrevivência física. No primeiro caso, ele é equacionado no âmbito da integração social e, no segundo, no âmbito da integração sistêmica. Afora os dois casos e as mesclagens empíricas entre eles, existe apenas uma terceira possibilidade, importante de ressaltar pois faz parte do debate sobre o “futuro do trabalho”: *a relativização e o enriquecimento do trabalho com elementos provenientes da esfera do domicílio, do lazer e do consumo* (bem-estar físico, variação, distração, descontração, comunicação, interesse no uso da própria atividade) *ou da esfera pública e política*<sup>5</sup> (valores igualitários ou participativos, co-gestão e “direitos da cidadania industrial”).

O caso acima trata-se de buscar relacionar a motivação do trabalhador com o seu trabalho, algo problemático de ser conseguido desde o momento em que o trabalho foi reduzido à condição de “mero” trabalho. A principal característica da moderna forma de expressão do trabalho foi a sua instrumentalização (desde Taylor desencadeou-se uma busca constante da separação entre os componentes “objetivos” e “subjetivos” do trabalho); ou seja, a sua diferenciação como uma esfera especial da ação social. A posição descrita subdivide-se em outras duas, com ambas tendo um caráter programático com relação ao trabalho: na primeira, o trabalho absorveria as necessidades e os valores convencionalmente atribuídos à esfera privada ou à esfera política (invasão dos valores domésticos no trabalho); na segunda, propõe-se que a esfera do trabalho se acople à

---

<sup>4</sup> Os grifos são do próprio autor.

<sup>5</sup> Os grifos são meus.

doméstica (ou em unidades comunitárias descentralizadas que assumiriam também as funções políticas).

O trabalho, quando considerado sob o prisma integrativo, conduz a dois problemas teóricos iniciais que precisam ser considerados: em primeiro lugar, o não-reconhecimento da funcionalidade do trabalho para a organização social seria uma espécie de autofagia sociológica<sup>6</sup>, pois a sociologia em muito contribuiu para explicar as bases constitutivas das sociedades, bem como a transformação social e, nesse sentido, é inegável que o trabalho, na sua particularidade histórica, tenha tido um papel de relevo para a constituição econômica, política e ideológica da sociedade capitalista; em segundo lugar, não se pode deduzir qualquer tipo de experimentação social ou pessoal a partir das experiências que os indivíduos adquirem do/no trabalho, visto que as distinções operadas no plano analítico não devem ser confundidas com a integralidade do experimento social. Além do trabalho, a vida social engloba a participação em diversas outras esferas produtoras de sentido, como a família, por exemplo, o que dá um caráter múltiplo à sua estruturação. Se trabalho, família e lazer não se confundem analiticamente, seja pela lógica interna ou pelos objetivos visados, na prática não se acham dissociados, o que provoca influências recíprocas.

Muitas vezes é atribuído ao trabalho e ao emprego o mesmo significado. É preciso ressaltar que são categorias de naturezas diferentes e exprimem idéias absolutamente distintas: o trabalho é uma categoria sociológica, referindo-se tanto à aspectos “objetivos” quanto “subjetivos”, indo muito além da atividade desempenhada, pois diz respeito ao modo como os indivíduos se integram na sociedade; já o emprego é uma categoria econômica, relacionada diretamente com o sistema produtivo capitalista. Na teoria dos fatores de produtividade, em economia, perdura o conceito de “fator-trabalho”, mas o conceito pouco diz em relação à atividade concreta do trabalho, pois fala somente do trabalho enquanto fator comprado pela empresa na função produção. Na gestão microeconômica das empresas ocorreu um deslocamento terminológico, de “trabalho” para emprego, onde o último deverá substituir o primeiro, indiferenciando ainda mais o trabalho e colocando em primeiro plano a produtividade do emprego.

---

<sup>6</sup> Os clássicos da sociologia concentraram grande parte dos seus esforços em situar o trabalho no conjunto das relações sociais.

Difícilmente seria sustentável hoje, como foi em um passado ainda muito recente, teorizar o trabalho em um sentido restrito, seja em termos da sua localização física dominante (a fábrica), do seu conteúdo objetivo prevalecente na indústria (a atividade transformadora de materiais), da sua racionalidade (a organização esquemática), da sua organização política formal (o sindicato), do predomínio incontestado da mão-de-obra masculina, ou de regras inequívocas de contratualidade (formalidade/assalariamento). A diversificação empírica do trabalho nos dias atuais e a interpenetração dos valores produzidos nas mais variadas esferas produtoras de sentido exigem que questões como trabalho, lazer, esfera doméstica ou outras instituições sociais recebam novos tratamentos teóricos, pois não podem ser vistas apenas como sendo de interesse secundário ou reduzidas à lógica de reprodução dos circuitos de capitais.

Outra distinção a ser feita, mas que é meramente analítica, consiste na separação entre a concepção e a execução do trabalho. Na prática, não há como separar o corpo que trabalha daquele que pensa, sente e age (Schwartz, 1996). Por mais que o taylorismo-fordismo tenha tido um bom resultado na separação entre a concepção e a execução do trabalho, alguns estudos recentes serviram para restituir, no plano teórico, a capacidade criativa e expressiva humana ou o “fator-humano”, contribuindo assim para romper com visões simplificadoras da história que não vêem os atores nos processos sociais. Por mais que os “saberes humanos” sejam expropriados pela técnica ou pela organização do trabalho, no limite sempre restará certo “saber-fazer”, condição mesmo para uma melhor execução do trabalho. Quando a técnica é considerada em relação ao contexto social, é possível perceber que os trabalhadores desenvolvem “saberes” nem sempre facilmente analisáveis, pois não são formais. O comportamento humano diante da máquina não é padronizável, pois novas habilidades são incorporadas no cotidiano da relação homem-equipamento (Fleury, 1990).

Na sua forma histórica concreta de atividade pré-definida socialmente, há uma historicidade expressa teoricamente nos termos definidores da mediação social operada pelo trabalho. O risco oposto ao de naturalizar a particularidade histórica do trabalho é o de teorizá-lo abstratamente, negligenciando-se o seu caráter moderno - mercantil, racionalidade finalística etc., o que destitui a sociologia do estranhamento, sua faceta mais original e uma das características primordiais presente nos clássicos da disciplina. Marx e Weber, por exemplo, sempre se perguntavam sobre o que levava os homens a trabalharem muito além das suas necessidades de subsistência mais imediatas. Mais do

que isso, perguntavam-se como o trabalho assumiu determinadas particularidades e como foi exteriorizado enquanto atividade, rompendo-se a unidade entre o “trabalho” e o “trabalhador”.

Recolocando a problemática em termos mais apropriados: de pouco valerá para a sociologia ficar na generalidade de admitir que o trabalho possua um caráter autoformador, humanizador, criador de autoconsciência, produtor de sentido e de formas de solidariedade. Por outro lado, deixar de considerar tais questões é perder de vista o potencial crítico da disciplina, marcado por preocupações sobre a independência, a autonomia e a emancipação humana. Desvendar as formas de dominação e estratificação social relacionando-as com o trabalho foram questões oriundas dos clássicos que perpassaram diferentes tradições do pensamento sociológico. Relacionar as contemporâneas formas de trabalho com os mecanismos de sociabilidade e de identificação no capitalismo atual é uma das maneiras de resgate da dimensão crítica da sociologia.

#### *Da estrutura argumentativa do texto*

Tecendo-se algumas considerações mais gerais sobre as características dos estudos empreendidos por Offe, é destacável o fato de o autor vir combinando contribuições espalhadas em diferentes ramos das ciências sociais, como a sociologia industrial, a psicologia econômica e a economia neoclássica. Da combinação dos resultados de pesquisas feitas por estas disciplinas e da releitura crítica dos clássicos, Offe extrai a sua conclusão principal que consiste na *perda da centralidade do assalariamento para a determinação dos interesses dos indivíduos na sociedade capitalista contemporânea*; em segundo lugar, para além do diagnóstico da mudança do objeto da sociologia, Offe defende a necessidade do *desenvolvimento de uma teoria sociológica sobre a mudança do objeto*.

Por fim, não há como deixar de reconhecer a sua preocupação em definir teoricamente um ramo muito particular de “trabalho”, os serviços, que crescem em razão de novas demandas surgidas nas sociedades capitalistas. Quando Offe põe o trabalho nos serviços em relação ao trabalho na produção, ele alarga os horizontes de interpretação do trabalho, pois vai avaliando um a um os critérios estabelecidos para mensurar e caracterizar o trabalho. O grau de generalidade proposto pelo autor permite classificar

uma vasta gama de situações concretas de trabalho, através de novos parâmetros de racionalidade e de mensuração da quantidade e da qualidade do trabalho. A generalidade proposta e a não-antinomização de categorias analíticas têm rendido muitas críticas, mas também muitos reconhecimentos sobre a contribuição que o autor vem oferecendo para os estudos do trabalho e para a sociologia de um modo mais geral.

Como foi enunciado, Offe volta-se para a apreciação crítica dos *parâmetros* instituídos pelos clássicos da sociologia quando da definição da *organização* e da *dinâmica* da sociedade capitalista. Se os clássicos concluíram pela centralidade do trabalho, partindo de um determinado quadro de referências empíricas e conceituais, a questão a ser colocada é a seguinte: a fragmentação empírica do trabalho nos dias atuais romperiam com os parâmetros que foram estabelecidos? Os dois primeiros capítulos da dissertação consistem em dialogar com os clássicos através das “lentes” de Claus Offe.

Revisitaremos Marx e Weber, no capítulo I, orientados pelo olhar que Claus Offe desenvolve sobre ambos, para determinar, no capítulo II, as rupturas recentes que as clivagens do trabalho impuseram à sua compreensão. No capítulo III será feita uma apreciação crítica, tendo como horizonte de preocupação o Brasil, no intuito de demarcar as contribuições de Offe para pensarmos as realidades nacionais, particularmente aquelas situadas na “periferia do capitalismo”.

Quais as forças “objetivas” e/ou “subjettivas” que justificariam o engajamento dos indivíduos no trabalho? Em Weber, o trabalho enquanto expressão de uma vida moralmente correta (ética do trabalho) justificaria a compulsão ao trabalho nos primórdios do capitalismo. Em Marx, a redução do trabalho à condição de mercadoria mediante os constrangimentos impostos pelo mercado de trabalho restringiria as possibilidades de escolhas. Ambos os autores corroboram a idéia de que tanto a indústria moderna, com os processos de racionalização e disciplina do trabalho, historicamente sintetizados na racionalidade estratégica, quanto a remuneração foram decisivas para organizar a “cooperação” entre o capital e o trabalho no capitalismo.

Com o alargamento dos serviços e a retração do número de indivíduos empregados na indústria, houve uma mudança significativa na natureza do trabalho, pois na produção de bens simbólicos ou intangíveis, a reflexividade do trabalho é uma característica marcante. No mínimo, teria ocorrido uma duplicação da racionalidade do trabalho, pois a racionalidade esquemática não mais atenderia aos critérios econômicos de produtividade do capitalismo. Por outro lado, a racionalidade taylorista-fordista, o

hedonismo consumista e a erosão das tradições religiosas levaram ao enfraquecimento da ética do trabalho. No mais, a intervenção do Estado na economia, distanciou trabalho e sustento material, pois a “renda” proveniente do estado enfraqueceu o engajamento dos indivíduos objetivando a obtenção de renda pela via do trabalho. Além do Estado, a renda deixou de ser o guia para onde as pessoas remetiam às expectativas de realização pessoal, o que leva à conclusão de que a renda não deve ter proeminência a priori, pois não unifica as clivagens do trabalho e nem leva à formação de agregados políticos e culturais.

Quais são as consequências para a análise oriundas do fato de que muitos países não conheceram o grau de proteção social da Europa? A “periferia” do capitalismo sempre conviveu com uma infinidade de modalidades de contratualidades do trabalho, bem como uma informalidade fortemente estruturada e legitimada socialmente o que nos leva a perguntar qual é a extensão de aplicabilidade das conclusões de Claus Offe no Brasil.



# CAPÍTULO I

## 1. O TRABALHO COMO CATEGORIA SOCIOLÓGICA

### 1.1 Como abordar o trabalho?

#### 1.1.1 Eu faço, logo eu trabalho...

Em que consiste o trabalho<sup>7</sup>? Para início de conversa, vamos partir de uma definição bem genérica e abstrata, pretendendo ampliá-la no decurso do texto: o “trabalho consiste no exercício concreto da capacidade humana, em seus múltiplos aspectos físicos, intelectuais e psíquicos, sobre um objeto determinado” (Rosso, 1996:297). O objeto em questão pode ser a natureza e desta relação estabelecida entre o homem e o meio natural surgiria uma primeira possibilidade de problematização do trabalho. Esta perspectiva de abordagem, tanto plausível quanto insatisfatória, consiste em fazer uma digressão, abstrata, e considerar o trabalho como um dos constitutivos fundamentais do fazer social, uma vez que, independentemente da época histórica a ser considerada, a produção e a reprodução dos homens pressupõe algum tipo de ação

---

<sup>7</sup> Etimologicamente a palavra trabalho vem do latim *tripaliare* = martirizar com o *tripalium*, instrumento de tortura composto de três traves de madeira, destinado a sujeitar bois e cavalos que não se deixavam ferrar. O dicionário Aurélio define o **trabalho** como sendo: **1.** Aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar um determinado fim. **2.** Atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa, serviço ou empreendimento. **3.** Trabalho (2) remunerado ou assalariado; serviço, emprego. **4.** Local onde se exerce essa atividade. **5.** Qualquer obra realizada. **6.** Esforço incomum; luta, lida. **7.** *Bras V. bruxaria*. Segundo Offe, a maior parte das línguas européias possui dois conceitos para designarem as atividades humanas (*ponos/ergon, labor/opus, labour/work, Arbeit/Werk, trabalho/obra*), pois basearam-se na antiga hierarquia entre as atividades “inferiores”, meros afazeres úteis ou necessários, e “superiores”, manifestações significativas de vida (Offe, 1989:14). “Não é preciso lembrar que nem sempre na história da humanidade o trabalho foi visto positivamente; por muitos séculos foi uma atividade relegada aos inferiores da sociedade. O prazer, a realização pessoal, o prestígio social, estavam ligados exatamente ao não-trabalho, e os que trabalhavam não ganhavam propriamente a vida com ele, faziam-no por obrigação, não moral, muito menos jurídica, mas por uma condição social de escravidão, ou de servidão” (Pereira, 1998:138). “Antes da sociedade do capital, o trabalho não era universal. Definido em sua particularidade, ele era a atividade mais humanamente empobrecida – como o labor dos humildes, ou mais humanamente enobrecida – como a ação política e intelectual, ou os feitos dos heróis. Depois do capital, estamos todos no mesmo barco; ainda que alguns no convés, e a grande maioria na sala de máquinas” (Campregher, 1998:183). Assim, como pretendemos mostrar, esta antiga hierarquia do trabalho foi modernamente rompida, sendo nivelada ou mesmo invertida.

humana (deliberada ou não, por parte do grupo humano que o realiza) sobre a natureza, objetivando a extração dos meios de subsistência.

Depois de estabelecidas as relações dos homens com o meio natural, poder-se-ia colocar uma lente de aumento na tecnologia, pois as atividades desempenhadas pelos homens dependem (primordialmente, mas não exclusivamente – tal distinção é importante) dos tipos de artefatos materiais disponíveis em uma dada sociedade. Desde a mais rudimentar relação entre o homem e o meio natural (como a caça, a pesca, a coleta etc.), o trabalho pressupõe algum tipo de mediação feita por um instrumento que potencialize o agir, com vista à obtenção de resultados mais satisfatórios. As habilidades humanas desenvolvidas (ou castradas) pelo emprego de um artefato técnico (atrelamento do trabalho à técnica) inscrevem-se nas mãos e no cérebro e, pelo processo de aprendizagem, tornam-se um produto social (Marx, 1968). Não se trata de pleitear um curso evolutivo para o desenvolvimento tecnológico da humanidade, tese refutada pelo próprio Marx, mas de buscar uma compreensão sobre o significado social da técnica.

Entendido ao nível da materialidade e da subsistência, o trabalho em pouco ou nada se diferencia ao longo das épocas históricas, parecendo ser apenas uma eterna necessidade humana, cuja satisfação pressupõe apenas uma melhor combinação das forças de trabalho, possibilitada pelo desenvolvimento do aparato técnico da sociedade. Operado neste nível, ainda assim o trabalho humano diferencia-se do trabalho animal pela capacidade de os indivíduos projetarem mentalmente o produto a ser confeccionado pelo processo de trabalho<sup>8</sup>. Além do mais, a produção social pressupõe algum tipo de cooperação dos homens entre si; seja direta, devido ao trabalho conjunto; ou indireta, devido ao fato de alguns produtos virem a constituir-se em matérias-primas de outros produtos. Obrigatoriamente, o continuum de trabalho desloca a relação instrumental do homem com a natureza, pois o caráter colaborativo do trabalho interliga os homens entre si e aos seus antepassados (Marx, 1968).

Por tratar-se apenas de um meio de potencialização do trabalho, a técnica sempre deve vir contextualizada socialmente, não devendo ser pensada isoladamente das relações sociais que a põe em movimento. Relacionar o trabalho com a técnica, sem reduzi-lo ao

---

<sup>8</sup> Quando designado como processo, a idéia é chamar a atenção para o *continuum* do trabalho, aí, sim, já ocorrendo uma ruptura com uma visão reducionista do trabalho que o trata como mera força produtiva, o que ele de fato também acaba sendo.

seu caráter técnico, é um dos modos de fugir das generalizações obscurecedoras e a-históricas e diferenciar a abordagem sociológica de uma visão puramente instrumental ou técnica do trabalho. O fato de que as disciplinas que cuidam de estudar e reconstituir os objetos materiais utilizados pelos homens dificilmente chegam a uma reconstituição fidedigna do desenvolvimento técnico da humanidade, não vale para justificar a vulgarização que muitos sociólogos fazem da técnica.

(...) Quem, quando se trata da crescente produtividade do trabalho como marca específica da modernidade, puxa uma linha reta entre o trabalho manual e a agricultura do século XVI até os computadores e robôs de nossos dias, oculta diferenças essenciais para uma compreensão adequada da história(...). É necessário uma compreensão do desenvolvimento técnico que ultrapasse a vulgaridade(...). A técnica é mais do que um meio confortável do aumento da produtividade e da efetivação. Não se entende nada de suas conseqüências, quando se limita a entender o ato de telefonar como conversa facilitada, o de dirigir como caminhar acelerado e o de fotografar como uma pintura mais exata (König, 1994:153).

“Pensar as relações entre a técnica e o trabalho tem sido um dos eixos fundamentais da sociologia do trabalho desde os seus primórdios” (Leite e Silva, 1996:42), mas é bem comum a vulgarização da técnica nestas análises, fruto de visões onde os processos da sociedade são destituídos dos atores sociais e onde a história é circunstancializada. Seria miopia sociológica não reconhecer que muitos eventos técnicos (inventos) podem significar profundas rupturas no relacionamento do homem com a natureza, pois novos objetos técnicos suscitam novas codificações sociais, contribuindo para alterar o modo dos homens se relacionarem entre si. As habilidades manuais (e mentais) humanas são modificadas pelo manuseio de novos objetos, decorrendo daí uma desanimalização no relacionamento do homem com o meio natural, cujos reflexos se voltam para as formas de experimentar a vida, pois interferem nas sensações e nas percepções e, por extensão, nas representações, sendo que tudo dependerá também do contexto social de utilização da técnica.

Se o trabalho está localizado no centro da relação que o homem estabelece com a natureza, a ruptura com o sentido natural se dá pelo fato de o trabalho mediar a relação dos homens entre si, seja através de trabalhos passados e cristalizados, seja através de formas de cooperação social desenvolvidas (Marx, 1968). Aqui residiria o sentido humanizador e humanizado do trabalho, pois ele é também criação, materialização de projeções e ideais humanos, forma de expressão e linguagem social, bem como meio de

integração da sociedade. A esta altura já é sustentável a tese de que a materialidade do trabalho, como uma faceta primária, não esgota do ponto de vista da análise social a caracterização do que seja trabalho. A abordagem sociológica do trabalho, desde os clássicos, sempre se caracterizou por discordar de qualquer forma de naturalização do mesmo.

Assim, por mais que haja mudanças técnicas na humanidade, é condição necessária de reprodução humana o estabelecimento de algum tipo de relação metabólica com o meio natural. Por outro lado, é por demais simplificador naturalizar a reprodução social, entregando o homem ao reino da necessidade e da produção dos meios de subsistência. Em sentido oposto, admitir um sentido transcendente para o trabalho, formador de autoconsciência, é entregar o homem ao reino de uma liberdade desreferenciada da estrutura social. Ambos os extremos, ao serem utilizados sem as mediações necessárias quando das análises do trabalho concreto, são reducionistas e unilaterais. Mesmo que se admita um sentido primário e originário, seria uma abstração a-historicizante não referenciar o trabalho a partir das suas manifestações concretas ou não o relacionar com as suas modernas formas de expressão.

Apanhado em duas pontas, uma de origem materialista (necessidade) e a outra de origem idealista (liberdade), fica faltando ainda um elemento essencial para que o conceito de trabalho não fique reificado. O componente que falta é a contextualização histórica, a verificação da(s) forma(s) concreta(s) de manifestação do trabalho na moderna sociedade capitalista e no capitalismo contemporâneo. Na modernidade, Marx caracteriza o trabalho pelo seu caráter mercantil e Weber por seu atrelamento a um valor moral e ético; em ambos a racionalidade finalística. Uma nota que não pode deixar de ser dada é que mesmo a historicidade do trabalho não deve ser naturalizada, por exemplo a sua mercantilização e a racionalidade, pois hão de se considerar formas históricas concorrentes do passado e do presente, sob pena de tamanha falta de acuidade analítica levar a uma conceitualização absolutizada do trabalho, como se a mercantilização e a racionalidade fossem auto-explicativas para todo o sempre.

Impõe-se necessariamente uma questão: quais devem ser os parâmetros teóricos para se pensar uma relação social esculpida por forças exteriores, visto que os indivíduos enquanto atores sociais não são meros agentes passivos dos processos históricos? Afirmar que a sociedade burguesa se caracteriza pela universalização de um tipo determinado de trabalho, e não do trabalho concreto (Marx e Weber), já é tão genérico, unilateral e

incompleto que se tem a impressão de que a instituição do mercado de trabalho e a racionalização instrumental tenham apartado para todo o sempre o homem do trabalho. Por outro lado, são inegáveis os efeitos da instauração do mercado de trabalho, cujo resultado é uma tensão constante, pois não há nada de natural no fato de os homens venderem seu trabalho no mercado (Oliveira, 1990), bem como não é natural a lógica técnica ou econômica ter sobrepujado outras possíveis lógicas<sup>9</sup>.

O experimento social do trabalho não se encerra junto com a sua mercantilização e racionalização. Entretanto, deixar de considerar tais características modernas do trabalho é não precisar a “linha que, por exemplo, separa Aristóteles, Maquiavel ou Hobbes dos sociólogos clássicos” (König, 1994:152). Por outro lado, a admissão pura e simples do trabalho como fato social central é de utilidade duvidosa para a sociologia, tamanho o grau de generalidade. O modo mais correto de aproximação do trabalho e de suas teorias explicativas consiste em precisar as divisas entre as formas históricas de trabalho, investigando-se os conteúdos dos conceitos e perguntando-se sobre as questões concretas que as teorias visam responder. É um recurso bastante útil demarcar o universo empírico de referência, bem como as tensões resultantes dos modelos teóricos criados. Nesse sentido, a conceitualização do trabalho pode avançar para as “atividades executadas como intuito de garantir a reprodução da vida social e a manutenção da vida humana, sejam elas executadas sobre a relação social do assalariamento ou sob qualquer outra” (Rosso, 1996:298). “Não é a natureza da tarefa que define se ela é trabalho ou não, mas as relações sociais dentro das quais se desenvolve a atividade” (Pereira, 1998:138).

O retorno crítico ao passado teórico continua sendo a melhor forma de iluminar o presente, pois este foi precisamente um dos ensinamentos mais fortemente enfatizados pelos clássicos da sociologia. Entretanto, boa parte dos sociólogos contemporâneos parecem esquecer deste “dever de casa”, preferindo sepultar o passado em nome do que Claus Offe denomina de “modismos sociológicos”. Para ser crítico ou superar o pensamento dos autores é preciso, antes de mais nada, revisitá-los, precisando as rupturas e as continuidades dos seus pensamentos com os pensamentos anteriores e verificando qual é o quadro de referências analíticas utilizado, se ele se mantém e em que

---

<sup>9</sup> As chamadas “correntes anti-produtivistas” na sociologia contestam veementemente a supremacia teórica da lógica técnica e/ou econômica.

medida se mantém. Deste modo, a sociologia estará exercendo uma de suas maiores vocações que consiste em desmistificar os discursos da moda.

### **1.1.2 Eu trabalho, logo eu existo...**

Na modernidade, a experiência de trabalho passou a ser designadora de um estatuto de direitos para os indivíduos que trabalham e de privações de direitos para aqueles que, por algum motivo, encontram-se fora da esfera do trabalho socialmente reconhecido. Desse modo, estabeleceu-se na percepção dos indivíduos um vínculo estreito de identificação do homem com o trabalho ou, mais precisamente, entre o homem e a atividade profissional que ele desempenha. O valor do “indivíduo-produtor” e do “indivíduo-cidadão” são duas imagens características da sociedade moderna, e que marcam um modo muito particular de dar sentido ao mundo, onde o domínio da natureza e a participação na vida política são sinônimos de liberdade, pois, ambos possuem um caráter humanizador e possibilitam a ruptura com uma condição meramente animal (Schnapper, 1997).

Este elo original, bem captado pelos clássicos, nem sempre é devidamente ressaltado, mas não se pode esquecer a vinculação entre o trabalho produtivo e a cidadania, pois a dignidade do cidadão moderno prescinde da atividade produtiva. Logo, a compreensão moderna do trabalho não deve ser desligada do âmbito da integração social, pois o “sistema social está organizado ao redor da atividade de produção” (Schnapper, 1997:16). Apenas “Durkheim buscou demonstrar o surgimento de uma solidariedade orgânica em um ordenamento corporativo da sociedade burguesa”. Ele “vê na divisão do trabalho uma nova fonte da solidariedade e da integração social” (‘orgânica’) (Offe, 1989:15).

Quanto ao fato de o trabalho produtivo ter sido elevado à condição de estruturador da organização social, o corolário subjetivo desta situação foi a transformação decisiva da percepção que os indivíduos tinham do trabalho. O emprego, a forma mais característica do trabalho produtivo nas sociedades capitalistas desenvolvidas, passou a ser o designador “objetivo” (direitos sociais) e “subjetivo” (sensação de pertencimento ou de não-pertencimento) dos critérios de inclusão e exclusão social. Mesmo com a recente queda dos níveis de empregos, ainda é bem comum nos casos de desemprego ou da falta de referências de um exercício profissional, as pessoas queixarem-se de perda de



auto-estima, de vazio existencial e de falta de sentido para suas vidas (König, 1994:159), pois as questões das divisões históricas do trabalho e da integração social transcendem a situação entre estar ou não formalmente empregado.

Dentre as várias consequências subjetivas da moderna forma de expressão do trabalho, é destacável o atrelamento do trabalho à auto-imagem e ao reconhecimento social. De algum modo, o trabalho passou a influenciar a maneira pelo qual os indivíduos relacionam os desejos às realizações e o pensamento à ação, nos diferentes níveis das relações sociais:

quer queiramos ou não, pertencemos à sociedade organizada em torno da produção de bens e serviços, com todas as consequências que daí resultam para o nosso modo de vida, para a hierarquia dos valores e dos estatutos sociais, mesmo para a relação entre os indivíduos no interior do casal ou entre pais e filhos [...] (Schnapper, 1997:17)

No entanto, não são somente os fatores relativos ao mercado de trabalho ou ao exercício profissional que influenciam as decisões no âmbito do espaço produtivo e da vida pessoal, pois um fator de suma importância refere-se à maneira pela qual os indivíduos constroem a noção de papel social. O exemplo mais elucidativo, enfatizado nos estudos de gênero, é o comportamento diferenciado de homens e mulheres, pois, para os homens, a ideia do sucesso profissional ainda está muito atrelada à da afirmação de masculinidade e virilidade (Baethge, 1994:195). A revisão de alguns papéis sociais, particularmente em relação à família, devido aos movimentos reivindicatórios e, sobretudo, ao ingresso da mulher no mercado de trabalho, encontra-se ainda longe de estar concluída, mas serve para mostrar que muitos trabalhos sociais, antes tidos como improdutivos (normalmente feito pelas mulheres), foram profissionalizados e incorporados à lógica mercantil<sup>10</sup>.

Desemprego para os homens ainda se aproxima muito da ideia de “fracasso”. Muitos se sentirão humilhados ao realizarem somente as tarefas domésticas, pois não identificam lavar, passar ou cozinhar como sendo trabalho; no caso de identificarem,

---

<sup>10</sup> O assunto será melhor discutido no capítulo III.

argumentarão que é trabalho de mulher, como se houvesse uma ordem natural definidora de papéis sociais; mais do que isso, prendem-se a estereótipos que hoje começam a ser diluídos (Baethge, 1994:19). As atividades domésticas, desde o momento em que a família e a casa deixaram de ser a unidade de produção, foram reduzidas à condição de “inferioridade” ou de “trabalho menor”<sup>11</sup>. Ainda hoje, ao responderem questionários censitários feitos por homens, as mulheres encontrarão opções opostas ao trabalho como “do lar”, “rendas domésticas”, etc.

É bem verdade que muitas mulheres também não identificam a atividade doméstica como sendo trabalho. Até mesmo quando realizam os famosos “bicos”<sup>12</sup>, usam o argumento da necessidade de complementação da renda familiar. Nessas circunstâncias, o discurso traz uma preocupação em isentar o “companheiro” de suas responsabilidades de provimento econômico do lar, como se ao homem coubesse tal obrigação. Idealizar o passado (tempo em que “tudo parecia mais fácil”, havia mais “empregos” e mais “chances”<sup>13</sup>) é uma característica comum no discurso biográfico de trabalhadores(as), quando percebem que má remuneração e desemprego escapam ao controle das vontades e habilidades dos seres individualmente.

Se perguntado sobre a sua condição de trabalhador, provavelmente um operário qualificado falará com orgulho de sua profissão, de seus feitos notáveis e de sua capacidade de resolução das dificuldades do ofício, enfatizando suas habilidades (Baethge, 1994:195). Já uma operária, em condição similar, terá, provavelmente, um discurso mais crítico e equilibrado sobre a profissão seja, ressaltando os pontos negativos e positivos do exercício profissional, a relação do emprego com a família, os efeitos sobre a vida sentimental e a colaboração como um meio de resolução dos obstáculos surgidos no ambiente de trabalho. Por fim, menciona-se que os próprios reconhecimentos sociais das atividades são construções sociais.

As especulações levantadas acima são facilmente objetáveis, mas, para os fins ilustrativos a que se destinam, isso é de importância menor. O trabalho acha-se enraizado no imaginário social com uma forte conotação valorativa e uma extensa carga simbólica. Trabalho “mental” ou “braçal”, em casa ou na fábrica, individual ou em grupo, fazendo

---

<sup>11</sup> Há uma forte carga valorativa depreciativa nesses termos.

<sup>12</sup> Relação de trabalho não regida por um estatuto jurídico. O termo traz uma forte conotação ideológica, por ser, na maioria das vezes, tomado de maneira pejorativa.

<sup>13</sup> Como ex-trabalhador fabril e leitor de etnografia de trabalhadores(as), tomo a liberdade de usar alguns termos comuns no discurso operariado.

uso direto da mão ou de ferramentas, em grupos mistos ou do mesmo sexo, faixas etárias próximas ou distantes, em pé ou sentado, com predomínio da comunicação gestual ou verbal, etc. faz uma diferença muito grande, se não para o conteúdo “objetivo do trabalho”<sup>14</sup>, pelo menos para o “conteúdo subjetivo”<sup>15</sup>.

Taylor foi o exemplo mais radical de tentativa de criar uma “ciência da produção”<sup>16</sup>, na busca de separar os componentes “objetivos” e “subjetivos” do trabalho (Braverman, 1974). Se é verdade que conseguiu ótimos resultados medidos em produtividade, não deixa de ser verdadeiro também que mesmo o fordismo ao transferir os dispositivos de controle do taylorismo para o equipamento não conseguiu padronizar o comportamento humano diante da máquina. As teorias da sociedade tiveram que explicar o maior ou menor sucesso da implementação de técnicas e modos de organização do trabalho, dependendo do local a ser considerado (Castro e Guimarães, 1991; Ramalho, 1991). Ao descobrir que a tecnologia aproximava, mas não equalizava a humanidade, as teorias acabam por redescobrir a própria complexidade da teia social.

Para não opor uma explicação *subjetivista* a um ponto de vista *objetivista*, vale a pena recorrer a Lévi-Strauss e a seu argumento de que todo elemento do real é um objeto que suscita representações. Como consequência, uma explicação integral do objeto deve considerar simultaneamente a sua estrutura própria e as representações através das quais apreendemos suas propriedades (Lévi-Strauss, 1970: cap. 1). Em direção parecida, Pierre Bourdieu mostra que o objeto das Ciências Sociais é, antes de tudo, construído pelo pesquisador, englobando também uma dimensão teórica. Não há uma verdade no mundo real pronta para ser desvelada, como pleitearam alguns adeptos da “crença positivista”. O mundo social pode ser construído de diferentes maneiras, o que determina implicações (Bourdieu, 1989: caps. 5 e 6).

Para Bourdieu, a realidade social é, em primeiro lugar, representação e, por tal motivo, faz-se necessário entender a inserção dos agentes sociais e de suas lutas pelo monopólio da definição legítima de um objeto. Assim, discutir o trabalho em uma perspectiva crítica comporta não só buscar os conteúdos “objetivos”, como o fundamento econômico ou técnico do trabalho, mas também os conteúdos “subjetivos”, como que o

---

<sup>14</sup> A atividade em si.

<sup>15</sup> Os componentes de comunicação, expressão, experimentação pessoal e troca de experiências.

<sup>16</sup> Ironia a sua intenção de criar uma “ciência do trabalho”.

trabalho está enraizado no imaginário das pessoas. Nesse sentido, tanto pelo lado da releitura dos clássicos da sociologia quanto dos sociólogos do trabalho, é parcial qualquer leitura que se faça do trabalho desconectando-o das formas representativas com os quais foi revestido ou dos mecanismos contemporâneos criados para assegurar a integração social dos indivíduos nas sociedades capitalistas.

## *1.2 A teoria sociológica sobre o trabalho*

### **1.2.1 Retorno aos clássicos**

Qualquer incursão no tema trabalho enfrenta os benefícios e as dificuldades resultantes da aproximação de um assunto que não é monopólio exclusivo de nenhum domínio disciplinar. Objeto da filosofia e da economia política clássica, o trabalho aportou na sociologia marcado por tensões explicativas decorrentes da origem diversa. Interpretado à luz da necessidade ou da liberdade, ressaltado como meio de subsistência ou de expressão humana, enfatizado como promotor de agregamento social ou expressão de uma vida moralmente correta, o fato é que lidar com a temática extrapola as questões de ordem teórica, pois implica em mexer com paixões e sentimentos fortemente arraigados no imaginário social. Para a sociologia, focar a atenção no trabalho significa retornar aos alicerces teóricos da disciplina enquanto campo disciplinar autônomo, bem como perguntar-se pelas clivagens sociais com base no trabalho.

Consequência da origem diversa, o aporte do trabalho na sociologia resultou no encontro de questões de natureza distinta, nem sempre devidamente equacionadas pelos esquemas teóricos, a saber: qual a substância da autoconsciência humana; em que se ancoraria a reprodução material e espiritual dos homens; em quais interesses estariam pautadas as ações humanas; como se acumulam as riquezas etc. Tais questões encontraram-se e, fosse concebido enquanto substrato ideal, material ou econômico das sociedades, o trabalho logrou um lugar de destaque nas teorias da sociedade burguesa e na tradição clássica da sociologia. Embora não seja possível falar de uma unidade teórica entre os autores, é inegável a importância do trabalho para a teoria social, enfatizado tanto na sua dimensão abstrata quanto na concreta.

Oriunda da modernidade, a sociologia surgiu com o firme propósito de explicar a sociedade instaurada com o advento do capitalismo, nisso se constituiu o caráter

audacioso do empreendimento sociológico. Os autores clássicos da disciplina, independentemente das divergências metodológicas e dos resultados teóricos a que chegaram, convergiram na preocupação de construir a *estrutura* e a *dinâmica* da sociedade capitalista. Definindo em termos genéricos os objetivos da teoria sociológica, Claus Offe mantém-se fiel ao tipo de apreciação que remonta à tradição clássica. Segundo ele, o objetivo da construção teórica na sociologia é o da “formulação dos princípios gerais que moldam a estrutura da sociedade, programam sua integração ou seus conflitos, comandam o sentido do seu desenvolvimento e conduzem à auto-imagem do seu presente e do seu futuro” (Offe, 1989:13).

A compreensão que Offe faz da teoria sociológica leva-o a desembocar em duas ordens de questões: a primeira, refere-se ao prisma que o autor define para apreender o patrimônio herdado dos pais fundadores da sociologia. Entre autores tão distintos residiria uma problemática de fundo comum: construíram a explicação (organização e dinâmica) da sociedade capitalista tendo o trabalho como eixo de referência teórica. Desse modo, a origem do trabalho e da produção, as relações de propriedade, os critérios de racionalidade econômica e o forjamento do consenso e do dissenso surgem como variáveis explicativas da sociedade (Offe, 1989:14); a segunda, desdobra-se da primeira, e trata-se de verificar a atualidade ou não dessas mesmas variáveis explicativas criadas, aqui denominadas como *parâmetros sociológicos*.

Como que foi possível para a sociologia formular um tipo de explicação para a sociedade onde fatores técnicos e econômicos ganharam proeminência enquanto determinantes da ação social? Antes de mais nada, é importante ressaltar dois pontos que marcaram profundamente o desenvolvimento da teoria sociológica, e da sociologia industrial e do trabalho, em particular: o primeiro trata da incorporação do ponto de vista predominante de interpretação das sociedades modernas, “de que a economia formava uma esfera central e socialmente diferenciada do conjunto da vida social” (Sorj, 1999:5); o segundo diz respeito ao fato de o trabalho, na sua moderna forma de expressão, ter se tornado uma esfera especial claramente diferenciada da ação social, sendo reduzido, na prática, à condição de “mero” trabalho (Offe, 1989:37).

Originária dos clássicos, a interpretação da particularização da funcionalidade da economia considerava que a sociedade moderna era “diferenciada o bastante para que suas partes fossem pensadas como subsistemas relativamente autônomos” (Sorj, 1999:5). A diferenciação da esfera econômica desdobrou-se em muitas interpretações sociológicas

que lhe atribuíram a qualidade de esfera privilegiada na conformação dos interesses dos indivíduos. Quanto ao trabalho, muito do esforço da sociologia clássica consistiu em mostrar a sua autonomização de outras esferas da vida social. A teoria sociológica teve, nos seus primórdios e em muitos desdobramentos, uma significativa preocupação em mostrar como foi que “a revolução industrial minou metodicamente o antigo sistema, pelo qual o trabalho, a família e o lazer eram conjuntamente conformados como um todo indiferenciado” (Kumar, *apud* Offe, 1989:36). Na sociedade moderna trabalho, família e lazer não se confundem analiticamente.

A relação entre trabalho, família e lazer retornou à ordem do dia em virtude das recentes mutações pelas quais passa o trabalho no mundo capitalista. Sem dúvida, foi (e continua sendo) uma das questões cruciais da sociologia, desde a sua constituição, relacionar o trabalho ao sistema econômico. De acordo com a teoria, família e sistema econômico seriam regidos por lógicas distintas: na família e no sistema de parentesco predominariam as “atribuições de qualidade” e “expressividade” e no sistema econômico o “ethos utilitário” (Sorj, *apud* Parsons, 1999:5). Se na teoria os valores que regem cada uma dessas esferas não se confundem, na prática acham-se misturados, possibilitando compreensões analíticas diferenciadas. A permanência da separabilidade entre trabalho, família e lazer vem sendo alvo de críticas (Sorj, 1999), mas existem também restrições à distinção muito rígida entre lógicas regendo a família e o sistema econômico, pois no cotidiano há uma “contaminação” recíproca (König, 1994).

Como foi que o trabalho veio a tornar-se uma esfera especial claramente diferenciada da ação social, regido por uma lógica muito particular? Como foi que trabalho, família e lazer puderam ser concebidos como analiticamente distintos? Ambas as perguntas serão remetidas tanto a Marx quanto a Weber<sup>17</sup>, pois ambos procuraram divisar a linha histórica que separou o trabalho moderno de outras formas de expressão anteriores. Guardando as devidas diferenças entre os autores, um problema comum para

---

<sup>17</sup> Sem dúvida é de Durkheim a interpretação de que “a divisão do trabalho produz a solidariedade, não apenas por fazer do indivíduo um trocador, como dizem os economistas, mas por criar entre os homens um sistema completo de direitos e deveres que os unem uns aos outros de modo durável” (Durkheim, 1995). Embora alvo de severas críticas, a visão funcionalista de Durkheim tem sido reapropriada por conta do debate sobre o papel do trabalho para a coesão social. No entanto, escolhemos Marx e Weber por serem os autores que mais fortemente influenciaram a sociologia do trabalho, disciplina de onde inicialmente partiu a nossa abordagem. No mais, tanto Marx quanto Weber são autores que ressaltam o sentido histórico do trabalho, uma das preocupações cruciais deste estudo.

Marx e Weber consistiu em explicar o fato de o trabalho, enquanto atividade, ter se objetivado e se subjetivado de uma determinada forma e ter adquirido unidade<sup>18</sup> com o advento da sociedade industrial e capitalista. Como puderam historicamente os indivíduos serem levados a trabalhar muito além de suas necessidades materiais e espirituais mais imediatas? Quais as forças “objetivas” ou “subjetivas” que teriam impulsionado os indivíduos na direção de um novo modo histórico de lidar com o trabalho? Qual a relação do trabalho com o modo de vida dos indivíduos?

Como se não bastassem as divergências teóricas, existem ainda as implicações de ordem política, pois o trabalho foi o centro de gravidade para onde a teoria remeteu algumas das mais importantes disputas políticas deste século. A consciência moderna, nascida segundo Habermas da fusão entre o pensamento histórico e o pensamento utópico, “cristalizou-se em torno do potencial de uma sociedade do trabalho”. A força percussiva do trabalho abstrato possibilitou que as expectativas utópicas fossem dirigidas “à esfera de produção, em suma, para a emancipação do trabalho da determinação externa” (Habermas, 1987:105 e 106). Se, nas teorias liberais da sociedade burguesa, o trabalho era a condição de libertação do homem do jugo da natureza, nas teorias socialistas, aí incluindo-se o próprio Marx, a realização da liberdade dependia da transformação das condições objetivas de realização do trabalho.

### **1.2.2 Marx e Weber: a mercantilização e a racionalização do trabalho**

Para Marx, a satisfação das necessidades materiais e espirituais do homem pressupõe a atividade produtora de bens e significados sociais e, portanto, de relações sociais. O ato de produzir, o trabalho concreto propriamente dito, ao mesmo tempo que cria um bem, cria também um sujeito, portador de uma identidade social que se faz e se refaz no conjunto de relações que são estabelecidas no exercício da atividade produtiva/reprodutiva. Caberia à história investigar como que se constituem as formas determinadas de organização da produção material, bem como as significações sociais estabelecidas (Marx, 1968).

Em termos abstratos, a produção social depende da atividade física (dispendio da energia humana) e criativa (poder de elaboração dos homens); pressupõe, igualmente,

---

<sup>18</sup> Espacial, temporal e motivacional.

um tipo determinado de trabalho, ou seja, uma maneira específica dos homens se relacionarem entre si e com a natureza. A atividade metabólica estabelecida com a natureza, objetivando a satisfação das necessidades humanas (seja de ordem material ou espiritual), e o modo particular da organização humana desse metabolismo vão dar os contornos da organização social. O conjunto das relações de produção e reprodução social confere um tipo de identidade aos indivíduos (Marx, 1968).

A esta altura, já são notórios os motivos da ênfase que vai ser colocada na relação produtiva, pois Marx admite que produzir um bem ou um serviço é construir uma utilidade e um significado social. Descendo da abstração, Marx toma a sociedade capitalista como eixo de reflexão, empreendendo uma minuciosa análise da forma pela qual se dá a troca neste tipo de sociedade, pois da peculiaridade das relações de troca no capitalismo nasceu uma sociedade sem precedentes na história. Para o intento, fixa o trabalho como uma unidade de medida de valor e busca desvendar as conseqüências econômicas, políticas e sociais oriundas do fato de a produção social instaurada romper com os critérios de utilidades e de significados sociais (ex: o “dom” e a “dádiva”) reciprocamente referidos (König, 1994:155).

A produção de mercadorias e não de bens, de valores de troca e não de uso, torna o trabalho um momento na produção, fazendo com que ele seja socializado sob esta forma, o que significa limitar as possibilidades de expressão e de troca de experiências e de significados recíprocos. A redução do trabalho a um momento do processo produtivo resulta em um ocultamento das relações sociais embutidas na produção e reprodução social e uma destituição de significação social mais ampla, provocada pela redutibilidade das utilidades sociais a um valor de troca (Marx, 1971). Aqui reside a explicação para a impessoalização, a objetificação e a coisificação, traços tão característicos das relações sociais no capitalismo. É como se a criação acabasse se impondo ao próprio criador, assumindo personalidade e identidade próprias, às expensas do ato de criar e das relações sociais travadas na criação.

De todas as particularidades da moderna forma de expressão do trabalho, a principal de todas é o caráter abstrato e genérico, pois a substância do valor de troca é um trabalho geral, simples, uniforme e abstrato. Embora as mercadorias sejam frutos de trabalhos individualmente diferenciados, quando socialmente considerados, aparecem como trabalho em que a individualidade dos trabalhos se extinguiu (Marx, 1987:37). A forma burguesa de trabalho, a particularidade desta forma histórica de trabalho, consiste



assim na “produção de valores de uso como mercadorias e o processo de troca das mercadorias como uma forma social natural” (Marx, 1987:56). O trabalho enquanto medida da grandeza de valor das mercadorias deixa de ser confundido com a atividade imediata natural dos indivíduos, ocorrendo tal confusão apenas quando o trabalho é tomado unilateralmente para a análise, como fez a moderna economia política, embora já o admitisse como o cerne de valor.

O trabalho contido no valor de troca é um trabalho social, abstratamente geral, decorrente da alienação multilateral dos diferentes trabalhos individuais. O dinheiro é a forma de existência mais imediata deste trabalho alienado. Desde o século XVIII, na Europa, a particularização histórica do trabalho era um problema para os economistas. Como explicar a passagem do trabalho útil efetivo (real), que não pode em si ser considerado como uma fonte geradora de riqueza, para o trabalho que põe valor de troca (social)? Não é todo e qualquer trabalho que é gerador de riquezas, como se pode depreender da leitura de Adam Smith, mas o trabalho social, indiferenciado ao nível do sistema econômico e convertido em fator de produção (Marx, 1987:57).

Não existe nenhuma novidade no fato de o produto assumir a forma de mercadoria, pois isto já acontecera em épocas pré-burguesas. Entretanto, “a mercadoria como forma básica elementar da riqueza, e a alienação como forma predominante da apropriação, pertencem apenas ao período burguês de produção” (Marx, 1979:59). É exatamente por isso que o caráter específico do trabalho no período burguês, depositário de valor de troca, permite que ele seja designado enquanto negócio e não como meio de subsistência ou de expressão de utilidades e significados socialmente construídos. As particularidades descritas permitem distinguir o trabalho de todas as outras épocas anteriores.

A crítica de Marx aos economistas burgueses reside na não-demarcação da linha divisória do trabalho moderno para outras formas de trabalhos sociais. A mesma não-demarcação tem ocorrido muito no recente debate sobre a centralidade do trabalho. A economia havia designado como verdadeiras fontes de riqueza as formas particulares do trabalho real, como a agricultura, a manufatura, a navegação e o comércio, e não o trabalho socialmente combinado. Smith, por exemplo, considerava “o trabalho em geral, a saber, no conjunto de sua figura social, como divisão do trabalho, como a única fonte da riqueza material ou dos valores de uso” (Marx, 1987:59).

A equação objetiva que não sensibilizou Smith é a seguinte: “o processo da sociedade se realiza forçosamente com os trabalhadores desiguais pela igualdade subjetiva de direitos dos trabalhadores individuais” (Marx, 1987:60), na figura do trabalhador social geral. “Com o desenvolvimento da subsunção real do trabalho ao capital ou do modo de produção especificamente capitalista, não é o operário industrial, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente real do processo de trabalho total” (Marx, *apud* Antunes 1997:285).

Para Marx, o erro de Smith consiste em buscar na divisão do trabalho as explicações para a transição histórica do trabalho efetivo (concreto) para o trabalho que põe valor de troca (abstrato), ou seja, o trabalho burguês na sua forma fundamental. “É tão correto a troca privada pressupor a divisão do trabalho, quanto é falso a divisão do trabalho pressupor a troca privada” (Marx, 1987:60). Já David Ricardo, em oposição a Smith, “salienta a determinação da mercadoria pelo tempo de trabalho e mostra que esta lei domina também as relações burguesas de produção” (Marx, 1989:60). De resto, aí o ponto da crítica de Marx àquele que ele considera “o finalizador da economia política clássica”, Ricardo considera a forma burguesa do trabalho como a eterna forma natural do trabalho social.

Mesmo nas análises econômicas de Marx, o trabalho socialmente considerado corresponde ao centro de gravidade da teoria. Se, filosoficamente, ele admite a centralidade do trabalho no plano da construção ontológica, no livro ‘*O Capital*’ busca explicar como o trabalho se cristaliza social e historicamente, e como se deu a passagem do trabalho para a forma capital. De uma maneira simples; como o capitalismo provocou rupturas com antigas formas de relações sociais e como, sob a égide da racionalidade econômica e técnica, as relações sociais foram reestruturadas, rompendo-se com modos de pensar, sentir e agir, formas de organização familiar, tipos de solidariedade e identificação social etc.

Com o advento da fábrica capitalista, a família deixa de ser a unidade de produção social. A casa, unidade produtiva até então, onde homens, mulheres e crianças trabalhavam com base em critérios de divisão social do trabalho, cede lugar a um novo espaço físico que reúne, sob o mesmo teto, trabalhadores e ferramentas. A divisão do trabalho assume a particularidade de ser determinada tecnicamente e o trabalho foi sendo paulatinamente decomposto em unidades menores, o que implicava em aumento de produção pela rotinização das tarefas, diminuição dos custos de formação da mão-de-

obra etc. O aumento da produtividade que no início do processo de industrialização fora conseguido pela extensão da jornada de trabalho e esbarrara no limite da própria resistência física do trabalhador, encontrou na parcelização do processo de trabalho e na mecanização da produção, onde os dispositivos de controle do taylorismo foram transferidos para o equipamento, o meio mais eficaz de sua efetivação (Braverman, 1974).

A realocação física e a reorientação da lógica de organização do trabalho não foi um processo simples, como a descrição acima possa ter feito parecer. Na realidade, Marx analisa o fato de um modo de vida anterior ser desarticulado e um novo modo ser gestado. Muitas lutas sociais foram travadas e muitas resistências surgiram; fosse na esfera produtiva: reivindicações por melhores condições de trabalho, melhor remuneração ou contra a lógica compartimentada de produzir, etc; fosse na esfera política mais geral: críticas às estruturas de poder da sociedade. Entretanto, no fundo, a equação de troca no mercado para os trabalhadores, devido à falta de escolha mediante a conversão do trabalho em força de trabalho, consistiu em trocar a força de trabalho por um salário determinado e resistir, na medida do possível, aos termos desse contrato, inventando formas de intervir nesse tipo de relação social. Já para os capitalistas, a equação consistiu em relacionar trabalho, trabalho livre e trabalho abstrato a uma forma determinada de trabalho, passível de um cálculo racional. Em outros termos, o problema era como transformar o trabalho em um fator de produção, passível de quantificação e mensuração. É em torno da interpretação da calculabilidade moderna do trabalho que vai girar a argumentação weberiana, na qual o autor tentará buscar as respostas, seja no plano do valor ético e moral, seja na perda do fundamento religioso básico que esteve na raiz do processo de racionalização do trabalho, para a transformação do trabalho em uma atividade dotada de um forte teor de normatização sobre os indivíduos.

A configuração social oriunda do uso produtivo do trabalho na sociedade capitalista estabeleceu um antagonismo referenciabilizante entre os possuidores dos meios de produção e os vendedores da força de trabalho (Marx, 1971). A contrapartida da instituição do mercado de trabalho foi uma economização das relações sociais, cujo resultado é o desencadeamento de um alto grau de autonomização das relações sociais em relação a um possível sentido originário de homem. O enfraquecimento do controle sobre o processo de trabalho acarretou a perda do controle sobre o próprio destino, desde

então traçado no mercado<sup>19</sup> (Marx, 1971). A identidade social passou a ser balizada por critérios técnicos e/ou econômicos, enfraquecendo-se os critérios de valores e de significados solidários e reciprocamente referidos.

Assim, o trabalho passou a contemplar novas dimensões que se tornaram correlatas, como a sua vinculação à produtividade (Offe, 1989; Zarifian, 1997), à racionalidade (Habermas, 1987; Offe, 1989) e à remuneração (Habermas, 1987; Gorz, 1995; Offe, 1989). De todos estes aspectos, principalmente na sociologia do trabalho, a relação salarial ganhou proeminência como “o ponto de referência central por intermédio do qual todos os demais aspectos da sociedade, organização política, cultura, sistemas cognitivos, família, sistema moral, religião, dentre outros, deveriam ser deduzidos” (Sorj, 1999:6). “É exatamente esse amplo poder macro-sociologicamente determinante do fato social do trabalho (*assalariado*) e das contradições da racionalidade empresarial e social que o comanda, que agora se torna sociologicamente questionável” (Offe, 1999:16).

Ainda buscando inspiração na teoria clássica, o próximo passo é visitar Weber que, por seu turno, defende a tese de que a conduta econômica do homem moderno tem origem em crenças religiosas. Para ele, motivos extra-econômicos podem muito bem funcionar para determinar comportamentos, cuja origem pareceria ser econômica. Nessa direção, advoga que os valores oriundos do protestantismo ofereceriam a chave para a explicação de uma conduta humana voltada para o mundo (Weber, 1967). Com este raciocínio, propõe-se a desvendar a gênese de um comportamento dominante em uma forma particular de sociedade, a capitalista, nos seus alicerces culturais constitutivos, originados antes mesmo do capitalismo ter se efetivado como modo-de-produção.

Weber parte da constatação de que algumas idéias se impõem na história com uma força tamanha que passam a orientar o agir humano em uma determinada direção e, com isso, propõe-se a genealogizar a mentalidade aquisitiva do homem moderno. Como, quando e por quê teria surgido na história da humanidade um conjunto de valores que sanciona positivamente a filosofia do querer mais ? E, posteriormente, qual é a

---

<sup>19</sup> A instituição do mercado de trabalho funciona como um constrangimento, mas significou historicamente, como atestam os economistas ingleses, um espaço de realização da liberdade, pois, depois do mercado, a sobrevivência não depende exclusivamente da relação travada com a natureza e não está atrelada a obrigações particularistas. Não é à toa que foi uma “bandeira” das mulheres fazerem parte do mercado de trabalho. Mais tarde, Marx vai criticar os economistas ingleses, mostrando os limites da realização da liberdade no mercado, pois a possibilidade de escolha entre participar ou não do mercado de trabalho quase deixou de existir enquanto opção.

explicação para o fato de tal filosofia ter se tornado um dever moral, através do qual somos julgados, e de ter criado um estilo de vida e um modo de pensar que se impuseram, gerando uma mentalidade que possibilitou ao capitalismo florescer, rompendo com os entraves de origem religiosa que condenavam o lucro?

Respondendo às perguntas, o autor identifica uma afinidade eletiva entre a idéia de sucesso material na vida como sinal do recebimento da graça divina e a pulsão aquisitiva e cumulativa do capitalismo. Dito de outra forma, o ideário protestante de salvação teria fornecido o “substrato espiritual” para um sistema econômico baseado no lucro. O “espírito do capitalismo”, precedendo ao próprio sistema econômico, constituiu-se na domesticação do “afã aquisitivo”, o que foi de importância ímpar para explicar um tipo de mentalidade e de comportamento em relação à vida, unificador de expectativas e regularizador e uniformizador da maneira pelas quais as ações são conduzidas.

Weber identifica a Reforma Protestante como um acontecimento de efeitos duradouros, cuja conseqüência mais importante a longo prazo foi a de engendrar um novo tipo de mentalidade social, hoje genericamente referida como a ascendência do homem moderno. Com a reforma iniciara-se a transformação de uma concepção de vida e de mundo, de valores e de atitude perante os olhos de Deus, dos homens e da própria autoconsciência. A associação feita pelo protestantismo entre a atividade secular e a salvação da alma, ao mesmo tempo que territorializou a conduta visando à salvação, tornou o comportamento do homem moderno mais econômico.

A incerteza constante de ser um dos escolhidos por parte de Deus, particularmente no calvinismo, faz com que os homens precisem a todo momento do sinal da escolha, o que se traduz numa atitude de busca incessante, constante e regular. Independentemente do que já se adquiriu, a atitude não deve ser de acomodação, pois, aos olhos de Deus, não é positivo contentar-se com o que se tem. O contentamento leva o indivíduo a correr o risco de perder a graça divina, haja visto que ela não é concedida para toda vida. Desse modo, a riqueza não pode fazer com que os indivíduos se acomodem e fiquem simplesmente a usufruir das benesses de “trabalhos” passados, o que, no extremo, faz com que o resultado final dos princípios de salvação do protestantismo acabe desembocando numa sistematização ética. A ética resultante criaria uma conduta cuja racionalidade e regularidade serviriam aos princípios econômicos gerais do capitalismo (Weber, 1967).

De acordo com Weber, foi de grande vulto para a história da humanidade o fato da aquisição econômica tornar-se a finalidade última da vida do homem, pois a consequência mais imediata disso foi o fim da subordinação da atividade econômica ao homem, como o meio de satisfação das suas necessidades materiais. A dedicação a um trabalho metódico e regular, o autocontrole, a supressão de prazeres imediatistas e efêmeros, a supressão de atitudes e ações que sob o ponto de vista da glória de Deus e da salvação da alma podem ser consideradas irracionais etc. inauguram uma concepção de vida e de mundo que se espraia pelos diversos domínios da vida social. Como efeito mais visível, e de interesse particular para a sociologia, ficou decretada a ruptura das ações humanas com as necessidades materiais mais imediatas. O trabalho enquanto tal, muito mais do que se vincular à sua materialidade, primordialmente liga-se à salvação da alma, um aspecto que lhe é exterior.

O dever de organizar a vida de maneira mais metódica, mais sistemática, menos contemplativa, privada de gozos e prazeres mundanos e efêmeros, e a busca incessante do sucesso, da eficiência e do êxito como provas do recebimento da graça divina e da salvação da alma teriam inaugurado uma forma de conduta essencialmente ascética, cuja origem (histórica) e sentido (sociológico) podem ser remetidos à religião protestante. A conduta ascética, oriunda de uma forma particular de dar inteligibilidade ao mundo, acabaria por servir bem aos objetivos econômicos de rentabilidade, produtividade e poupança, características tão marcantes da sociedade capitalista e tão difíceis de serem explicadas sob a ótica exclusivamente econômica. Determinar a identidade, os interesses e as motivações dos indivíduos constitui-se em um dos principais pontos de divergência entre os sociólogos.

Por fim, Weber argumenta que a aquisição econômica, o desejo de adquirir mais, o afã aquisitivo e a atitude rentável acabaram tornando-se um dever moral. O desejo aquisitivo conformado funcionou como um princípio balizador e orientador do capitalismo. A ruptura com uma visão de mundo condenadora do lucro, da avareza e da acumulação, cuja base se assentava na doutrina católica, barreira maior à expansão plena e à efetivação do capitalismo, teria fornecido o substrato espiritual necessário ao sistema econômico: a preparação de uma mentalidade que organizasse, de modo coerente, produzir, poupar e reinvestir. Assim sendo, a reforma, em suas diferentes manifestações, liberou os indivíduos para agirem no mundo, libertando os espíritos para a aquisição material.

Depois da reforma o trabalho adquiriu um sentido vocacional, passando a ser portador de um forte teor ético e moral e, safado do abrigo religioso, pode ser utilizado racionalmente na sociedade capitalista. Trabalhar passou a ser a expressão de uma vida moralmente correta, perante a Deus, perante os olhos de outros homens e os próprios. Opera-se uma classificação dos trabalhos que são interessantes ou não aos olhos de Deus, para a sua glorificação, finalidade contemplada com um trabalho metódico e regular. Posteriormente, depois de esvaziado o sentido de valor originário, o tipo de percepção acerca do sentido do trabalho reveste-o de um valor não mais religioso, mas como um elemento de identificação e reconhecimento social. Os homens passam a ser identificados por aquilo que eles fazem e, nessa direção, a profissionalidade passa a ter um interesse todo especial (Weber, 1967).

Feitas estas considerações sobre Marx e Weber, constata-se que, embora eles tenham equacionado de maneira distinta as questões resultantes de seus esquemas teóricos, em alguns pontos os autores se aproximam. Em primeiro lugar, as análises recaem sobre uma forma determinada de trabalho, o trabalho na moderna sociedade capitalista. Desse modo, o trabalho não seria socializado por aquilo que ele poderia ter de geral ou natural, mas de específico, na particularidade da conotação social que ele assumiu no espaço e no tempo. As relações sociais são datadas historicamente, o que significa dizer que o trabalho foi generalizado no capitalismo a partir dos critérios decorrentes da sua mercantilização e da sua racionalização:

Como mostrou Max Weber, o trabalho foi desligado da relação da satisfação de necessidades, afastado dos critérios diretos centrados no elemento doméstico e de valor de consumo (...). Por outro lado, como mostrou Marx, com o surgimento da grande indústria capitalista, ele perdeu cada vez mais a referência a necessidades finitas, concretas, e, ao invés disso, foi integrado ao contexto abstrato, desconcretizado, infinito dos movimentos de dinheiro e capital.

Antes de partir para a teorização que a sociologia do trabalho fez do trabalho, vale ressaltar algumas características do trabalho na modernidade e, ainda, deixar uma pergunta para a discussão que hoje se faz a respeito da centralidade do trabalho. Haveria um conteúdo substantivo do trabalho, expropriado pela divisão do trabalho, operada pela sociedade capitalista? Admitir que o capitalismo funda a “sociedade do trabalho” significa, pelo menos se o referencial teórico for marxiano, que o advento da sociedade capitalista funda a “sociedade do trabalho alienado”, pois o que vai caracterizar

precisamente a sociedade capitalista não é a universalização do trabalho, mas sim o trabalho tornado um momento, destituído da sua materialidade e da experiência ligada a ela pela totalização dos trabalhos concretos. É a universalização histórica de um tipo particular de trabalho, ligado a valor de troca, mercadoria e mercado, que vai caracterizar o trabalho na sociedade capitalista.

Falar de uma “sociedade do trabalho” pode fazer parecer, se não houver um cuidado em localizar historicamente as manifestações e os valores do trabalho, perder de vista a linha que separa o trabalho de formas anteriores de relações de trabalho (König, 1994: 150). Há uma contradição no termo “sociedade do trabalho”, pois além da generalidade, a expressão vem sendo usada exatamente para designar uma sociedade na qual o trabalho, na sua forma mais típica, o emprego assalariado, perde o poder de determinação. No plano especulativo, cabe indagar: o que leva a crer que a emancipação social passe pela erradicação de uma forma histórica de uso do trabalho? Estamos indo em direção à liberalização de um trabalho errôneo? Qual é a atualidade das proposições de Marx, diante da redução quantitativa do contingente operário empregado nas indústrias?

### **1.2.3 A sociologia do trabalho**

Qual a origem do conceito de trabalho que aportou na sociologia do trabalho? Certamente, há de se destacar que a sociologia não forjou um conceito de trabalho, mas utilizou-se de uma formulação que data da segunda metade do século XVIII, na Europa, cujo nome mais marcante é Adam Smith. A partir de um procedimento analítico que visava decompor a realidade complexa em elementos constitutivos mais simples, o trabalho foi definido “como a realização de um conjunto de operações elementares de produção que podem ser objetivadas e definidas de maneira precisa, independente da pessoa que vai realizá-las” (Zarifian, 1997:75).

A definição do trabalho, como seqüência de operações elementares e objetiváveis, feita pelos economistas clássicos, provocou uma ruptura radical entre dois novos objetos:

a) um objeto chamado trabalho, definido então como um conjunto de operações elementares que é possível descrever objetivamente e racionalizar;



b) e um objeto chamado trabalhador, definido como uma força de trabalho, dotado de uma certa energia e de uma certa habilidade, capaz de assumir a realização dessas operações (Zarifian, 1997:75).

Como consequência desta formulação, a qualificação do trabalhador passava a ser vista como a sua capacidade de ajuste às operações em troca de um salário e a subordinação a um “empregador”. A definição do trabalho e a subordinação da qualificação a um novo modo de concebê-lo provocou uma “ruptura violenta com a maneira pela qual a atividade profissional era vivida e praticada, tanto no seio do mundo camponês quanto naquele do artesanato, atividade que não se separava do saber adquirido e posto em funcionamento pelo indivíduo humano” (Zarifian, 1997:75).

Decorrência da definição conceitual, de particularização do objeto “trabalho” e do objeto “trabalhador”, a duplicidade ganha sentido ao se construir uma noção de produtividade do trabalho que se desdobra em:

produtividade física, que é tão somente a velocidade de realização das operações de trabalho e a rapidez de encadeamento entre as operações; e a produtividade econômica, que é a expressão da produtividade física no campo da produção social do valor econômico e que se traduz por uma baixa do valor unitário de cada mercadoria produzida” (Zarifian, 1997:75).

Conceitos básicos da economia, como preço de produção e de valor adicionado, foram elaborados com base no fundamento de produtividade descrito, posteriormente reinterpretado por Taylor, que lhe deu uma aplicação instrumental ao separar concepção e execução do trabalho (Zarifian, 1997:76). O taylorismo, reduzindo os “poros” de tempo entre uma operação e outra, generalizando mais rapidamente o quanto for possível o método aparentemente mais eficaz e organizando a socialização do processo de aprendizagem, proporcionou um aumento significativo da produção. A elevação da produtividade foi conseguida através da extração de maior eficácia de cada operação, o que possibilitava o aumento da produção física por unidade produtiva e por trabalhador e diminuição de custos da unidade produzida (Braverman, 1974).

Do exposto, Zarifian retira uma conclusão: “não se pode falar do trabalho assalariado assim construído sem falar da produtividade. A definição da produtividade não se situa no exterior do trabalho, mas no seu interior. Ela lhe é consubstancial” (Zarifian, 1997:76). A produtividade é um elemento essencial, constitutivo deste objeto muito particular denominado “trabalho” que, na realidade social da sociedade capitalista,

é expresso predominantemente pelo trabalho assalariado. “Não se trata apenas de um problema de intensidade do trabalho ou de condições de trabalho” (Zarifian, 1997:76).

Teria a sociologia do trabalho construído um conceito de trabalho alternativo ao conceito econômico? Respondendo à pergunta, Zarifian diz que não, a sociologia do trabalho ainda não soube inventar um conceito de trabalho que oferecesse uma alternativa ao que foi desenvolvido pela economia clássica, restringindo-se, no máximo, a denunciar os efeitos negativos do taylorismo para os trabalhadores e a criticar a divisão capitalista do trabalho:

ela soube falar dos atores sociais, das relações de trabalho, da regulação social, mas não conseguiu elaborar uma redefinição do trabalho, capaz de propor uma visão alternativa da atividade profissional no terreno mais decisivo: uma nova abordagem da produtividade, uma nova definição do ‘valor’, uma nova visão do indivíduo no seio da produção. (Zarifian, 1997:77).

Na realidade, boa parte da crítica de sociólogos do trabalho ao taylorismo esteve muito influenciada por uma visão passadista do trabalho artesanal, como que defendendo uma volta ao período pré-taylorista do “ofício” profissional. Ao invés da crítica voltar-se para o futuro, ancorou-se no passado, o que, em grande parte, a privou de oferecer elementos conceituais positivos ao debate sobre a crise do trabalho. Tal contribuição teórica só muito recentemente começou a acontecer, com alguns autores que realizam um esforço considerável de criar um novo paradigma de trabalho para a sociologia.

A conceitualização do trabalho feita pelos economistas clássicos, reinante absoluta na sociologia do trabalho até a década de 70 aproximadamente, vem passando por reelaborações, pois “a velocidade e o encadeamento rápido das operações de trabalho estão perdendo uma boa parte do seu valor econômico para o próprio capitalismo” (Zarifian, 1997:78), já que uma boa parte das ações humanas no processo de produção deixa de ser baseada em operações. Embora em muitos ramos industriais ainda predominem as linhas de montagem, estruturadas a partir das seqüências rápidas de operações elementares, os sistemas técnicos automatizados e informatizados, na Europa, têm absorvido as operações elementares de trabalho (Zarifian, 1997:78).

O trabalho humano vem passando por um duplo deslocamento. Em primeiro lugar, caminha na direção de situações não-previsíveis e não-rotineiras (como uma pane no sistema técnico, uma inovação etc.). A resolução destas situações pressupõe ser capaz de estudá-las, tirar os ensinamentos possíveis e agir de forma conseqüente. Em segundo

lugar, desloca-se na direção da prestação de serviços a um destinatário (como um usuário de serviço público, um cliente de uma indústria privada etc.), o que vai pressupor o estabelecimento de um diálogo entre contratador e contratado do serviço, a fim de que o contratado perceba, compreenda e leve em conta as demandas e as necessidades do seu cliente. Estamos, sem dúvida, assistindo a alguns deslocamentos na materialidade do trabalho profissional moderno (Zarifian, 1997:78).

Em economia, perdura o conceito de “fator trabalho”, mas tal conceito não diz muito em relação à atividade concreta de trabalho, pois fala somente do trabalho enquanto fator comprado pela empresa e incorporado na função produção. Na gestão microeconômica das empresas ocorreu um deslocamento terminológico de “trabalho” para “emprego”, onde o último deverá substituir o primeiro.

A produtividade do emprego passa, assim, a ocupar o primeiro plano. Consiste em reduzir a quantidade de emprego para realizar um volume determinado de produção. E, desde então, o controle sobre o trabalho torna-se um controle indireto, a partir da realização de uma dupla pressão: sobre o volume de emprego e sobre os objetivos de produção que são estabelecidos para os trabalhadores e que estes devem atingir (...). Para os dirigentes empresariais não há mais necessidade de saber em que consiste precisamente este trabalho, contanto que os objetivos sejam atendidos (...). Torna-se então muito difícil continuar a separar um “trabalho” objetivado daquele que o realiza. Trabalho e trabalhador tendem a se fundir sobre bases novas” (Zarifian, 1997:79).

### *1.3.1 Possibilidades e limites dos modelos explicativos*

#### **1.3.2 Sociologia do trabalho: voltar aos clássicos?**

Embora a sociologia do trabalho já tenha ensinado que a expropriação do “saber-fazer” não elimina todo e qualquer conhecimento ligado à experiência do fazer, do agir (do “viver”), e que o uso continuado dos equipamentos técnicos pode levar ao desenvolvimento de novas habilidades, não deixa de ser bastante razoável a idéia marxiana de que um corpo treinado para executar um movimento repetitivo ficaria limitado de expandir plenamente todo o seu potencial criativo, pois, nessa situação, a capacidade humana sofreria uma limitação constitutiva no próprio modelo de trabalho implementado no capitalismo, criador de um constrangimento ao corpo, à mente e à

experimentação social. Os sociólogos do trabalho fartaram-se de denunciar os efeitos que uma rígida divisão técnica do trabalho acarreta para os indivíduos.

Se a história moderna do trabalho é uma história de dominação, não deixa também de ser uma história das reivindicações políticas, econômicas e sociais do trabalho. Embora seja razoável a afirmação, não decorre daí que os reais interesses e as atitudes dos trabalhadores possam ser deduzidos através de um puro formalismo teórico. É uma abstração pouco elucidativa para a sociologia falar do trabalhador com tamanho grau de generalidade, caminho vem sendo abandonado. Entretanto, seguindo a linha da reflexão genérica e abstrata, chega-se ao paradoxo de Marx: a domesticação do trabalho operada pelo taylorismo-fordismo é limitadora da percepção dos trabalhadores em relação aos horizontes da vida. Por outro lado, é devido ao fato de o trabalhador da linha de produção ter parte do seu potencial castrado que ele, em tese, consegue perceber as conseqüências que isso traz para o desenvolvimento pleno das potencialidades da vida.

Posto o paradoxo, é possível afirmar que ele contém algumas das polêmicas que perpassaram a sociologia, sobretudo de inspiração marxista, e a sociologia do trabalho, cuja matriz teórica remonta a Marx e à sua discussão sobre processo de trabalho e de valorização. Foi problema constante para Marx, preocupado com questões referentes à dominação e à emancipação humana, formular um projeto político emancipatório que, na sua teoria, seria levado a cabo pelos trabalhadores, consistindo na transformação radical das relações de trabalho e de propriedade. Se é mais perceptível para o indivíduo (condição necessária, mas não suficiente) aquilo que decorre de uma experiência vivida, como os trabalhadores vislumbrarão um novo devir histórico, atados que estão às forças técnicas?

Marx afirmava que a classe trabalhadora era a classe revolucionária, pois era oriunda de um tipo de modelamento social do trabalho, inibidor do lado criativo humano, castrador do corpo e das formas comunitárias e solidárias da construção de significados sociais. Para ele, enquanto o trabalho não adquirisse um razoável grau de autonomia que permitisse ao homem gerir da melhor maneira possível a sua própria vida e o seu destino, a contradição maior da sociedade capitalista não estaria desfeita. É por tal motivo que Marx credenciava a classe trabalhadora como sendo potencialmente (e só potencialmente, pois outros fatores intervêm, a questão não é econômica como queriam muitos marxistas) capaz de operar a emancipação humana. Emancipar seria aproximar o homem da experiência vivida, algo improvável de acontecer em uma sociedade cujo traço

distintivo maior foi o de socializar o trabalho separando-o da experiência mais imediata e das significações sociais.

Desde Marx, ficou para a sociologia a indagação relativa aos mecanismos da transformação social. O autor credenciava a mudança social à construção de um projeto político de superação das contradições inerentes ao modo-de-produção capitalista. Marx criticava os socialistas de seu tempo por imaginarem uma sociedade ideal, fruto não de um experimento social, mas de um sonho daqueles que não percebem qual é o fio que liga suas vidas ao mundo em que vivem e a que pertencem. Aliás, no quesito mudança social, os autores clássicos se distanciam bastante, sendo esse um dos “divisores de água” entre eles. Weber, por exemplo, concorda com Marx quanto ao fato da exteriorização do trabalho ser seu traço distintivo na modernidade, mas desconfia de um projeto humano consciente de transformação social, visto que, no curso da ação, na visão weberiana, surge o imponderado, já que a ação humana intencional não seria descolável dos efeitos não-previsíveis desta ação. A transformação social não é, em Weber, fruto de um projeto formulado racionalmente.

Retomando a explanação sobre o significado das experiências decorrentes do uso do corpo, chega-se à contradição que representa a expectativa e a desilusão com a qual Marx se deparou, e que foi desdobrada em diferentes abordagens da sociologia até os dias atuais. O autor acreditava ser possível perceber plenamente a submissão do homem (pelo menos no capitalismo), apenas na vivência do experimento da limitação da capacidade criativa humana, fruto do adestramento (controle externo) do uso do corpo. Por outro lado, enquanto o homem estiver mergulhado no espaço físico da domesticação do seu corpo, dificilmente perceberá a dimensão criativa humana, em sentido mais amplo. O adestramento do corpo funcionaria, de modo contraditório, como uma espécie de condição de aprisionamento e de libertação do homem.

Se assim for, em termos abstratos, a existência de uma sociedade composta por classes, onde camadas sociais detenham o domínio físico ou espiritual sobre outras mediante o domínio do trabalho, impõe limitações para o ser humano expressar-se plenamente. O não-reconhecimento das formas de dominação social pode levar a sociologia a incorrer em fatalismos determinísticos quanto ao uso social da técnica (determinismo tecnológico), pois a subordinação moderna do trabalho não se reduz a um problema de racionalização técnica do trabalho. Embora a técnica seja um componente fundamental na compreensão de uma formação social, não se justifica considerá-la

isoladamente, descontextualizada da sociedade como um todo, lição esta que remonta ao próprio pensamento de Marx onde ele distingue entre “forças produtivas” e “relações sociais de produção”, ou “processo de trabalho” e “processo de valorização”. A partir de Marx é possível contestar os pontos de vista naturalizadores, a-políticos e a-históricos das relações sociais

Marx guia-se pelo princípio de que os homens caminham pelo devir histórico, no qual o modo de se organizarem para produzir a existência material e simbólica acaba por determinar limites, pois a apropriação privada do trabalho, característica da sociedade classista, ao exercer o controle do corpo, impede o exercício pleno da consciência que liberta. Já extrapolando as sinalizações teóricas, sua percepção volta-se para a crítica dos fundamentos de dominação e exploração da sociedade capitalista, para a busca de um ideário de emancipação que seja conformado no seio do experimento social. A sociedade “ideal” marxista é uma espécie de sociedade do “dom” ou da “dádiva”, determinada por experiências vividas e não por pressões econômicas, liberta da conformação oriunda do trabalho puramente exteriorizado, instrumentalizado.

Quando Weber percebe que a ação instrumental passa a predominar no mundo, determinando exteriormente o destino da vida das pessoas, experimenta um conflito de natureza diferente do de Marx, decorrente de seus pressupostos teóricos que não permitem que ele vislumbre caminhos por onde possa passar a emancipação humana. Próximo a uma tradição filosófica centrada no indivíduo, mesmo indo ao cerne do processo de individualização, ou de como os indivíduos tornaram-se indivíduos, Weber acaba sendo tomado por um pessimismo, quando percebe que uma ação pautada por um critério de valor pode perder esta referenciabilidade valorativa e instrumentalizar-se. Devido a ênfase que dá aos valores, Weber passa a impressão de tomar partido em favor da conduta voltada para Deus ao se deparar com a instrumentalização do agir humano.

Enquanto Weber privilegia um certo sentido ético com pretensão de universalidade para o homem, Marx contrapõe-se, por princípio, ao idealismo weberiano. Embora ambos igualmente desconfiem de um mundo destituído de ideais, a solução weberiana, diferentemente da de Marx, se vale de um ideal conformado antes mesmo do capitalismo, mas que não deixa de ser cunhado em uma sociedade classista. Marx desconfia de qualquer valor ético com pretensão de universalidade, devido ao engendramento ter ocorrido em uma sociedade de classes. Seu materialismo não o

impede de pensar em um paradigma ético, defesa da expressão plena da vida, no que ela traz de experiência social e de significação, cooperação e solidariedade.

Mesmo reconhecendo só ser possível falar de uma sociedade sem exploração no plano especulativo, Marx admite que a subversão da exploração passa primordialmente pela erradicação do domínio do corpo, de uns sobre os outros, modernamente feito pelo controle do processo de trabalho. As divergências em relação à interpretação sobre a “revolução marxista” decorre da explicitação política de Marx, a partir dos condicionantes materiais contraditórios e de uma ênfase exagerada na explicitação do ethos econômico imperante, em parte fruto de interpretações posteriores que enfatizaram os interesses econômicos como norma de conduta do homem moderno.

Forçando as grades da “jaula de ferro”, uma pergunta a ser colocada é a interrogação sobre o que seriam os homens antes das relações de troca descritas ou o que seriam verdadeiramente as relações humanas. Responder à pergunta indicada é encontrar a “chave do paraíso”; é aproximar-se do mito de criação do mundo; é aceitar uma concepção essencialista de homem, ponto em que muitos autores marxistas foram criticados. Também não é aceitável que se descambe para uma concepção circunstancialista de homem, pois esta não resolve o problema colocado.

A literatura social isenta-se, em grande parte, de oferecer qualquer tipo de solução para o problema. Embora seja amplamente criticada, a solução de Marx permanece sendo uma das mais provocativas, pois não apanha o trabalho somente pela sua materialidade (objetividade), ou pela sua significação (subjetividade). O indivíduo é pelo que faz, mas só será se o fizer. O problema da ontologia do ser é casado com o da gnoseologia. Uma solução diferente dessa corre o risco de recair nas raias do campo metafísico, ou em um materialismo radical. O homem nem é um ser autônomo, nem é escravo de determinações redutíveis à materialidade.

Quando a sociologia deixa de perceber as hierarquias internas da sociedade, abre mão de desvendar os mecanismos de dominação social e acaba por pactuar com uma visão naturalizadora das relações sociais, como se houvesse uma ordem natural, imutável, determinadora de “papéis” a serem ocupados na estrutura da sociedade. De algum modo, cabe à sociologia explicar a invenção humana de alocar os indivíduos em camadas sociais e atribuir-lhes importância mediante a localização ocupada. De certo, muitas das clivagens que cortam a sociedade capitalista foram constituídas com base na divisão do

trabalho. As hierarquias sociais, assim, passam a ser objeto de reflexão e crítica, por serem criação da própria dinâmica da sociedade.

O conjunto das considerações feitas até aqui pretende delinear o território em que se situa este estudo, demarcando algumas das possibilidades e limites resultantes da abordagem desenvolvida. Em primeiro lugar, a exposição do “tipo-humano” de modo genérico e abstrato, não pretende idealizá-lo, mas situá-lo e localizá-lo na história. Marx sofreu muitas críticas por supostamente na sua análise ter idealizado os tipos-sociais, pois, de acordo com os seus críticos, o artesão a que ele se refere nunca teria existido efetivamente, pelo menos nos moldes em que ele o descreveu. Hannah Arendt sofreu crítica semelhante (König, 1994:150), mas, menos do que aceitar a existência ou não do artesão, analiticamente ele vale como um contraponto ao operário industrial, desenraizado que foi do chão cooperativo em que habitava (Zarifian, 1997:75).

O surgimento do moderno operariado industrial, a racionalidade inerente à indústria, as justificativas éticas do trabalho etc. servem para divisar a moderna forma de expressão do trabalho. Se a primeira idéia a ser retida refere-se à historicidade do trabalho, a segunda consiste em teorizá-lo sociologicamente. Em sentido genérico, o trabalho surge como uma forma ímpar de experiência social vivenciada, pois conforma-se no seio do experimento social; está na base da produção material das sociedades, bem como das experiências criadas no ato de produzir e da reprodução material e espiritual das sociedades; define formas de sentir e experimentar o mundo, de relação e integração social, de dar sentido à experiência social e de conferir identidade aos indivíduos. É por isso que o trabalho é tão importante para a teoria clássica da sociologia, devendo ser buscado na prática e na teoria, não como realidade transcendente, mas uma realidade que o sociólogo precisa constantemente desvendar. Cabe, agora, buscar sair do sentido genérico e verificar rupturas e continuidades das características detalhadas na teorização da sua moderna forma de expressão.



## CAPÍTULO II

### A RECONSTRUÇÃO ANALÍTICA DA CATEGORIA TRABALHO

#### *2. A busca de novos horizontes compreensivos*

##### **2.1 O encontro entre abordagens**

Não há divergências substantivas na compreensão que Marx e Weber fazem de que:

a racionalidade estratégica do cálculo capitalista é a força motriz dominante da racionalização (“formal”) das sociedades capitalistas, com o que o trabalho é desvinculado de todos os critérios imediatos de referência doméstica ou de valor de uso, assim como do ritmo da fome e da satisfação (Offe, 1989:15).

O trabalho tornado um momento, destituído da sua materialidade e da experiência ligada a ela pela totalização dos trabalhos concretos, é que vai caracterizar o trabalho nas sociedades capitalistas; ou seja, é a universalização histórica de um tipo de trabalho, o trabalho abstrato, que distingue do trabalho de outras épocas históricas (König, 1994:151). Se para Marx a ruptura com o sentido natural reside na redução das mercadorias ao seu valor de troca, para Weber consiste na instauração de um sentido ético e moral para o trabalho. Logo, mesmo que se admita um sentido originário para o trabalho, o que ambos acabam tratando é de uma forma particular de trabalho, o trabalho na sociedade capitalista, ligado à racionalidade estratégica (conteúdo técnico e/ou econômico).

Uma das conclusões possíveis de serem extraídas da argumentação acima é a de que o trabalho precisa, para ganhar corporalidade teórica, ser preenchido por aquilo que ele tem de mais característico. Nessa direção, recolocar a pergunta sobre os aspectos “objetivos” e “subjetivos” do trabalho é indagar como o trabalho se “objetivou” e se “subjetivou” no capitalismo; ou seja, com quais “substâncias”, e se elas se mantiveram ou se modificaram, como e em que proporção. “O trabalho assalariado, apartado da esfera doméstica e das formas comunitárias tradicionais, despido ainda da proteção política”

(Offe, 1989:15) foi certamente o elemento mais característico do soerguimento das sociedades capitalistas.

É bem verdade que para Marx o trabalho deveria ser muito mais do que a base do capital; sua pretensão consistiu em fazer do trabalho “a substância da história do homem”, uma “força civilizatória” capaz de ultrapassar os próprios limites da sociedade burguesa. A sociologia de esquerda há muito tempo já havia se conformado com a idéia da impossibilidade de fazer do trabalho a base da teoria revolucionária<sup>20</sup>. A recorrência a Marx valia mais para destacar “a filosofia do trabalho materialista e operar a crítica da economia política, do que para as implicações revolucionárias, às quais o próprio Marx já não dedicava tanta atenção” (König, 1994:151). O conhecimento de que Offe se vale para refutar o poder de determinação do trabalho assalariado não chega a ser uma novidade para a teoria sociológica.

Se é bem verdade que Offe compilou convincentes “indicações da força objetivamente decrescente de fatores como o trabalho, produção e lucro na determinação da constituição e do desenvolvimento da sociedade em geral” (Offe, *apud* Habermas, 1987:106), interpretação mais comum de ser feita sobre o autor, nem por isso é possível afirmar, pelo menos até agora, “que a grande variedade nas formas de organização do trabalho e relações de trabalho houvesse dinamitado a lógica capitalista de produção e socialização do trabalho abstrato, produção de mercadorias e acumulação” (König, 1994:158). Pelo contrário, ancorando-se nos próprios argumentos de Offe, é preciso mostrar como que mais e mais atividades na sociedade capitalista, muitas anteriormente desempenhadas através de trabalhos voluntários, foram profissionalizadas e incorporadas ao conceito de trabalho produtivo.

O trabalho assalariado, desde os clássicos elevado à condição de elemento estruturador da cooperação social produtiva das sociedades capitalistas, tem agora a sua centralidade questionada (Offe, 1989:16). A perda da centralidade do assalariamento serve para denunciar análises que trabalhavam com a perspectiva de sua generalização (Silva, 1996:13). Por outro lado, a difusão do assalariamento e de formas ambivalentes de remuneração, por uma extensa gama de atividades que pouco tem em comum, recoloca em discussão o papel que a relação salarial ainda teria na determinação dos interesses dos

---

<sup>20</sup> As questões levantadas serão melhor detalhadas no capítulo III.

indivíduos. O crescimento do “trabalho” em serviços serve para denunciar que o olhar sociológico esteve muito voltado para a indústria (Offe, 1989). Se os limites empíricos do modelo teórico aconteciam na “periferia” do capitalismo, agora é no próprio “centro” que o revisionismo teórico ganha força desde os anos 80.

Quando se considera as áreas “periféricas” do capitalismo, como a América Latina, forçosamente é preciso reconhecer que a acumulação capitalista assumiu alguns traços distintivos nestes locais. Além da compressão salarial possibilitada pela existência de uma extensa massa de desempregados, a reprodução da força de trabalho muitas vezes combinou (combina) processos mercantis com não-mercantis (atividades “tradicionais” e “informais”). A reprodução da força de trabalho não teve no assalariamento a âncora quase que exclusiva, mas sim na “superposição de uma série de atividades complementares e de circuitos de consumo não propriamente capitalistas” (Jaramillo e Cuervo, 1990). Isso implica em uma diferenciação do conteúdo social a partir de estratégias de acumulação peculiares<sup>21</sup>.

Ao admitir que o processo de desenvolvimento do capitalismo foi desigual e contraditório e que as relações capitalistas de produção convivem com outras relações sociais, conclui-se que os modelos teóricos não podem ser transplantados mecanicamente. A necessidade da busca de mediações, como, por exemplo, integrar a casa no circuito de reprodução capitalista, sempre foi uma constante para os teóricos voltados para o estudo do trabalho em regiões “periféricas”. Por outro lado, o trabalho mais típico (fabril, assalariamento, masculino e em tempo integral, racionalidade técnica, o sindicato como a organização mais visível do trabalho etc.), antes de ser a regra por aqui, concentrou-se em algumas regiões mais industrializadas. Não dá para deixar de reconhecer que a expansão das relações capitalistas ocorre a partir de uma base social preexistente, o que indica conflitos, resistências, acomodações etc.

Outra característica das regiões “periféricas” do capitalismo foi a convivência com as situações de desemprego, hoje uma realidade das economias capitalistas “centrais”. O desemprego tem suscitado o interesse pelo debate sobre a possível crise da “sociedade do trabalho”. O interesse pelo desemprego explica-se pelo fato de que no capitalismo a sobrevivência material das pessoas está intimamente articulada ao trabalho, na sua forma

---

<sup>21</sup> Assunto a ser repercutido no capítulo III.

mais típica. Se o desemprego aumenta, ou se o trabalho assume outras formas diferenciadas (tempo parcial, contratos temporários, trabalho a domicílio, etc.), normalmente o sentimento de insegurança tomará conta daqueles cujas vidas pressupunham formação profissional específica, salários, estabilidade, aposentadoria na velhice etc. (Beynon, 1995). Não é fácil para os indivíduos arcar com os “riscos econômicos do empreendimento”<sup>22</sup>, ainda mais quando se constata que o imaginário social dos vendedores da força de trabalho (pelo menos nos países capitalistas “centrais” e nas áreas mais fortemente industrializadas dos países “periféricos”) em muito foi conformado pelo trabalho assalariado.

O desemprego, por seu turno, sempre foi um tema de disputa teórica e política; teoricamente, já foi entendido como a manutenção de um “exército industrial de reserva”, funcional para a reprodução do mercado de trabalho, ou interpretado como fruto de inovação técnica, ou deduzido da crise econômica, ou ainda da intervenção indevida do estado nos mecanismos de mercado, o que impediria um equilíbrio mais harmonioso entre a oferta e a procura; politicamente, sempre teve um papel crucial por ser enquadrado e equacionado (no discurso e na prática) distintivamente por socialistas, liberais e sociais-democratas. Mais recentemente, tornou-se um problema social tão grave na Europa que foi um dos pontos centrais das plataformas políticas de disputas eleitorais recentes.

Certamente, quando se adentra no significado social das alterações na estrutura dos empregos dos países capitalistas “centrais”, há de se considerar que, do ponto de vista da teoria sociológica, estamos frente a frente com um clássico problema de integração sistêmica, ou seja, do arranjo organizativo da sociedade com vista a permitir a subsistência individual e a reprodução material da sociedade, pois tal reprodução pressupõe um arranjo que guarde um mínimo de coerência. A associação entre trabalho e emprego, realizada pela revolução industrial e pelo capitalismo é, do ponto de vista da longa história da humanidade, fenômeno recente, o qual, ao que parece, a própria evolução do capitalismo está se incumbindo de desfazer” (Pereira, 1998:138). A dificuldade de dar conta teoricamente do desemprego, ou de situações de trabalho que destoam dos padrões convencionais do capitalismo tem animado os teóricos a refletirem

---

<sup>22</sup> Termo utilizado por Sorj, 1999.

a respeito do significado do desemprego e das diferentes inserções dos indivíduos no sistema produtivo. Na “periferia”, os “teóricos da informalidade” já haviam ensinado que na situação de pleno-emprego, a distinção entre economia formal e informal não faz sentido; entretanto, o desemprego rompeu com a pressuposição da “universalização do modelo ideal do assalariamento”, tornando-se parte integrante fundamental da explicação das dinâmicas do mercado de trabalho (Silva, 1996).

O desemprego, realidade dos países capitalistas “centrais” na década de 80, trouxe para os teóricos europeus uma preocupação que já era moeda corrente na “periferia”: explicar o modo pelo qual a reprodução do sistema capitalista produz efeitos diferenciados para o conjunto dos trabalhadores. A atual dinâmica do capitalismo rompeu com o padrão imperante de emprego que havia permitido aos teóricos da informalidade forjarem uma dicotomia bem demarcada entre a economia formal e a informal, em que a precariedade era uma das características do setor informal, distintiva em relação ao setor formal. Nos últimos anos, tem sido observável o surgimento de novas “zonas de instabilidade” em relação ao trabalho, mesmo em categorias profissionais tradicionais e mais estáveis. A economia percebida em termos de uma estrutura dual (formalidade e informalidade) tornou-se menos distinguível no plano analítico, pois os limites ficaram mais difusos, visto os contornos serem empiricamente mais indefinidos do que no passado. O estabelecimento de relações entre o desenvolvimento da economia capitalista e a evolução da economia formal e informal, depois dos teóricos da informalidade, passou a depender da averiguação das formas de reprodução da força de trabalho em contextos sociais distintos (Castells e Portes, 1990).

Alguns desafios conceituais e teóricos emergem das considerações tecidas a propósito da informalidade, mas a principal contribuição destas abordagens é a “retirada do véu” com que o trabalho foi revestido na sociedade capitalista. Se é bem verdade que o trabalho ganhou visibilidade social e teórica no capitalismo a partir de formas típicas, apreensíveis por princípios bem definidos de *funções técnicas* e de *critérios de economicidade*<sup>23</sup>, não deixa de ser verdade que o setor industrial, a “essência” do desenvolvimento capitalista, jamais deixou de utilizar trabalhos realizados fora da sua órbita mais direta de influência; ou seja, do espaço fabril. Aproximar trabalho e não-

---

<sup>23</sup> Os grifos são de Claus Offe.

trabalho e distanciar trabalho e emprego, rompendo com critérios meramente técnicos e econômicos, é alargar a compreensão conceitual do trabalho e verificar como, socialmente, formas de “trabalho” e de “trabalhador” se impuseram.

Sob o prisma acima, cabe recolocar para os clássicos da sociologia, bem como para alguns revisionismos teóricos as seguintes questões: qual a extensão e o limite da contribuição que os esquemas teóricos podem oferecer à reflexão sobre as realidades nacionais, particularmente o Brasil? Quais as implicações da utilização de modelos interpretativos concebidos no “centro” ou na “periferia” (se é que os termos ainda podem ser úteis) do capitalismo? Como havia dito anteriormente, muito do que hoje na Europa se apregoa como sendo a última novidade do capitalismo como, por exemplo, formas diferenciadas de contratualidade jurídica ou informalidade, é parte constitutiva fundamental do próprio desenvolvimento desigual do capitalismo, não chegando a ser nenhuma novidade para quem olha o capitalismo a partir da “periferia”. A realidade do desemprego e do sub-emprego e os efeitos sobre as relações de sociabilidade e institucionalização promovem um encontro entre as abordagens revisionistas e as “teorias” da informalidade, o que pode servir para fecundar ambas.

## **2.2 A fragilização da relação de assalariamento**

Os “regulacionistas franceses” interpretaram a crise econômica da sociedade capitalista como a “crise do fordismo” e das regras de contratualidade que o regiam (relação salarial); a partir daí, tornou-se lugar-comum buscar a explicação do modo pelo qual se estruturou e entrou em crise o arranjo institucional alavancador do desenvolvimento do capitalismo. Embora as bases do regime de acumulação capitalista tivessem sido lançadas no período entre guerras, reconhece-se que o pós-segunda guerra mundial foi a “época de ouro” do capitalismo. O equilíbrio institucional do período foi construído graças a um “consenso negociado” entre capital e trabalho, bem como a intervenção distributiva por parte do estado. Tal equilíbrio, viabilizado pelo aumento de produção, salário e receita, começou a ser rompido no final dos anos 60, agravando-se na década de 70 com a crise do petróleo. Nos anos 80, a Europa, os EUA e o Japão vão buscar resolver a crise econômica através de estratégias diferenciadas, uns países mergulhando em uma onda de “reestruturação produtiva”, outros revendo em favor do capital o “pacto social” constituído historicamente entre capital, trabalho e estado.

A crise econômica frustrou os entusiastas do capitalismo, rompendo com a expectativa da incorporação universalizante e homogeneizante de todos os trabalhadores no processo produtivo. Mesmo alguns críticos do capitalismo corroboravam a perspectiva de que a tal incorporação erradicaria outras formas de trabalho que não o assalariado. Paralelamente ao trabalho assalariado, regulado, o que se viu empiricamente foi o entrelaçamento desta modalidade de trabalho com outras, estabelecendo-se diferentes modalidades de relação social, mediatizadas pelo trabalho. Os implementos técnicos e organizacionais, o enfraquecimento do Estado do bem-estar, a variabilidade de contratualidades do trabalho, o desemprego crescente e o surgimento de novos movimentos reivindicatórios (feministas, ecologistas etc.), características do período descrito, alteraram o equilíbrio institucional do pós-guerra, redefinindo as formas de sociabilidade e de solidariedade, muitas das quais construídas com base no trabalho assalariado.

Os acontecimentos descritos, localizados sobremaneira nas duas últimas décadas, são alguns dos motivos impulsionadores de um revisionismo teórico na sociologia do trabalho, para não falar na sociologia como um todo. Logicamente, não há como caracterizar as revisões conceituais como fruto de um esforço integrado e colaborativo entre os sociólogos. Na verdade, o mais visível é o fato de alguns autores, não necessariamente do domínio da sociologia, virem combinando contribuições teóricas espalhadas em diferentes campos disciplinares. Na sociologia propriamente dita, trabalhos de importante envergadura teórica têm contestado alguns dos pressupostos da herança clássica da disciplina, principalmente no que tange ao lugar conferido ao trabalho no estatuto teórico da sociologia.

Diversos autores admitem que estariam ocorrendo mudanças significativas nas modalidades de uso do trabalho social, o que provocaria rupturas importantes nas formas de cooperação e integração social da sociedade capitalista. Vale lembrar que até bem pouco tempo atrás, muitos consideravam o acesso ao mercado de trabalho e a participação na relação salarial como a condição de ingresso na cidadania social, tamanha foi a importância atribuída ao trabalho assalariado para a organização da vida econômica, política e social do capitalismo. O trabalho assalariado tornou-se o centro de gravidade da teoria sociológica, eixo em torno do qual a sociologia do trabalho desdobrou uns e/ou

secundarizou outros interesses sociais. Não é à toa que o trabalho assalariado quando visto sob prisma histórico é remetido ao problema de integração social (Castel, 1995), pois, em última análise, estado, família, escola, lazer, representação de interesses, ou seja, a maior parte das instituições sociais (formulação herdada dos clássicos) teria sido organizada a partir do trabalho remunerado ou assalariado.

### **2.2.1 Crise da “sociedade salarial”**

Existe uma certa concordância em diferentes prismas de análise de que o trabalho assalariado foi elevado, na teoria, à forma ímpar de trabalho no capitalismo. Quando se fala da diferenciação interna do trabalho assalariado e do desassalariamento, fenômeno comum em algumas economias capitalistas avançadas, não há consenso sobre os efeitos sociais e teóricos do fenômeno. Para a sociologia do trabalho ressurge a questão da sobrevivência material dos indivíduos e a dos valores relacionados ao trabalho e às formas de cooperação e solidariedade. A coesão social, construída em grande parte com base no trabalho remunerado ou assalariado, estaria sendo ameaçada? Estaria a sociedade salarial cedendo lugar a um novo tipo de sociedade, onde a sobrevivência material, a coesão social e os valores seguiriam novos parâmetros? A seguir, destacam-se duas respostas absolutamente distintas, Robert Castel e André Gorz, para, depois, alinhar a problematização de Claus Offe sobre o assunto. Como foi enunciado, a questão social da exclusão/inclusão está hoje intimamente relacionada com a diluição de formas históricas de proteção social, construídas com base no assalariamento. Em Castel, três consequências merecem destaque:

- *“a desestabilização dos estáveis”* - A precarização passaria a ocupar um lugar central no sistema fazendo parte de sua dinâmica, não sendo um efeito restrito a uma zona “marginal” ou de uma “periferia precária”. Enquanto no passado, “a consolidação da sociedade salarial continuamente aumentava a base das posições asseguradas”, hoje, a mobilidade ascendente encontra-se bloqueada. A tradução política de tamanha insegurança pode ser expressa em termos do fortalecimento de concepções populistas e, a ideológica, pela proliferação de valores individualistas;
- *“a instalação da precariedade”* - O emprego estável ficaria cada vez mais ameaçado e decresceria em relação ao conjunto da população. Por outro lado, o emprego temporário, precário, antes restrito a alguns grupos particulares (jovens, mulheres, migrantes etc.),



creceria a ponto de irradiar-se entre grupos de trabalhadores clássicos e setores da classe média, tornando a precarização um destino cada vez mais inexorável;

- “*déficit de lugares ocupáveis na estrutura social*” - “Utilidade social” e “reconhecimento público”, associados à posição ocupada na estrutura social, estão cada vez mais restritos. Aqueles que não ocupam uma posição na estrutura produtiva, grupo cujos integrantes aumentam, passam a ocupar um “lugar nenhum” na estrutura social, reduzidos a uma posição de “inúteis” e tomando parte no grupo dos “excedentes” (Castel, 1995).

Em outro extremo de análise, Gorz vem formulando o que seria uma sociedade em que a sobrevivência material dos indivíduos estivesse desatrelada do trabalho assalariado. Critica, assim, as propostas de revalorização do trabalho, e sugere que a racionalização do capitalismo seja levada às últimas conseqüências. Revalorizar o trabalho, na sua visão, significaria um empecilho no caminho do socialismo, pois a condição *sine qua non* para a superação política do capitalismo consistiria em liberar os indivíduos do trabalho, desvinculando-o da sobrevivência material (Gorz, 1995). “Gorz fundamenta sua proposta de desvincular trabalho e renda por via de um rendimento mínimo garantido, com o abandono de toda a expectativa marxiana de que a auto-atividade ainda possa coincidir com a vida material” (Habermas, 1987:106).

Teremos ultrapassado a sociedade do trabalho assalariado – e com ela, o capitalismo – quando as relações de cooperação voluntárias e de trocas não-mercantis auto-organizadas se impuserem sobre as relações de troca capitalistas: sobre o trabalho-emprego, o trabalho-mercadoria. Essa superação do capitalismo está inscrita na lógica da mutação técnico-econômica em curso. Mas ela só levará a uma sociedade pós-econômica, pós-capitalista, se esta sociedade for projetada, exigida por uma revolução tanto cultural quanto política: quer dizer, se os ‘atores sociais’ se apoderarem do que é ainda uma mutação *objetiva* para se afirmarem como *sujeitos* da liberação que esta mutação torna possível (Gorz, 1995:143).

Gorz parte da distinção, feita com mais clareza em Marx do que em Weber a respeito da análise da “proletarização da força de trabalho e a liberação moral da atividade desencadeada pela utilização industrial dessa força motriz” (Offe, 1989:15), de que os componentes da racionalidade do tipo finalístico são a racionalidade *técnica* e a *econômico-estratégica*; na primeira, buscam-se fins na relação entre o homem e a natureza; na última, buscam-se fins na relação entre os atores econômicos. Marx, ao contrapor conceitualmente processo de trabalho e processo de valorização, distinguiu os dois tipos de racionalidade, o que lhe permitiu construir teoricamente um curso de

desenvolvimento onde, em algum momento, as forças produtivas e as relações de produção se tornariam incompatíveis (Offe, 1989:15). Weber, por sua vez, fixou-se particularmente na racionalidade técnica, ao analisar o cálculo capitalista racional.

Da distinção entre racionalidade técnica e econômico-estratégica e da incompatibilidade entre ambas decorrem os famosos “grilhões”, onde a ruptura com a racionalidade econômica de unidades concorrentes de capital torna-se condição para a liberalização das forças produtivas, “técnicas”, e para a formação de uma sociedade onde *ainda* haja o domínio da racionalidade técnica, mas *não mais* da racionalidade econômica do capital (Offe, 1989:15). A partir deste raciocínio de Marx, Gorz preconiza uma evolução cultural que vá no sentido de “relegar ao segundo plano o valor trabalho, símbolo da conquista social e profissional, e colocar em primeiro plano o objetivo da ‘realização pessoal’ (...) e não mais a integração e a ‘identidade’ social e profissional no seio de uma ordem que predetermine o lugar de cada um” (Gorz, 1995:143).

Todavia, essa evolução cultural ainda não foi explicitada por um discurso social e político. Falta ainda uma mediação entre as aspirações dos indivíduos a se tornarem sujeitos de sua própria vida, de suas escolhas, de sua escolha de vida e o *reconhecimento social* da legitimidade e do valor desta aspiração. Falta ainda um *estatuto social* que confira às atividades não socialmente predeterminadas e que não têm sua remuneração monetária como condição e objetivo; existência social e política que o dinheiro, o pagamento, o contrato conferem ao trabalho (Gorz, 1995:143).

A resolução do problema levantado por Gorz passa, segundo ele mesmo, pela liberalização dos indivíduos do trabalho compulsório e pela expansão de atividades e serviços socialmente úteis, em que haja possibilidades de escolha e de sentimentos gratificantes com o exercício de tais escolhas, bem como oportunidades para experimentar, estudar, criar, agir. Assim, ao mesmo tempo que os indivíduos ficariam protegidos contra o sentimento de isolamento, de impotência e de exclusão social ligado ao desemprego, por outro lado teriam o direito de se dedicar a uma atividade reconhecida como sendo socialmente útil ou, por outro, “o reconhecimento social do direito às atividades sem utilidade social direta. O reconhecimento pelo sujeito dos valores socialmente úteis lhe vale então o reconhecimento social dos valores do sujeito” (Gorz, 1995:143).

### 2.3.1 A descentralização do assalariamento

Como foi reiterado, Claus Offe distingue a categoria analítica trabalho da manifestação empírica, buscando oferecer elementos positivos que possibilitem uma nova conceitualização do trabalho. A distinção entre o trabalho empírico, na sua multiplicidade de formas concretas, e o trabalho como categoria de análise, visa ampliar a noção conceitual do trabalho e alargar os horizontes do conceito para ele abarcar outros ramos de atividades humanas, algumas menosprezadas pela sociologia do trabalho. Por mais que o trabalho típico (industrial, assalariado, racionalizado, sindicalizado, tempo integral, masculino etc.) tenha se generalizado e entrado em crise, a ponto de alguns autores falarem em fim do trabalho, na realidade o trabalho típico não esgota, do ponto de vista teórico, o que seja trabalho.

O que está em crise não é o trabalho (o todo), mas a forma particular (o emprego, ou seja, a parte) com que foi revestido e difundido no capitalismo. Quanto à categoria trabalho, Offe recorre ao setor de serviços para designar uma qualidade de trabalho diferente do trabalho industrial, seja pelos fins perseguidos, seja pelos meios utilizados. O crescimento desse setor serve como indicativo de que uma lógica diferente de trabalho, concorrente mesmo sob certos aspectos, está colada à lógica do trabalho industrial. Se, do ponto de vista teórico, admitirmos que a atividade neste segmento é trabalho, cuja qualidade é diferente do trabalho industrial, obrigatoriamente a categoria de análise deverá ser revista. Outro aspecto com o qual o trabalho estava intimamente relacionado refere-se à identificação que os indivíduos faziam da atividade que desempenhavam como expressão de uma vida moralmente correta; o enfraquecimento do sentido ético implica em um novo conceito de “valor”.

Afinal, o que, precisamente Offe põe em “xeque”? O amplo poder *macro-sociologicamente determinante do trabalho assalariado*<sup>24</sup> enquanto fato social, bem como a racionalidade empresarial e social que o comanda. Até muito pouco, o trabalho

---

<sup>24</sup> Os grifos são do autor.

assalariado e a racionalidade estratégica corresponderam ao epicentro do desenvolvimento da teoria e da pesquisa nas Ciências Sociais:

O trabalho assalariado, apartado da esfera doméstica e das formas comunitárias tradicionais, despedido ainda da proteção política, inserido na organização capitalista do trabalho, e nos a ela inerentes processos da divisão do trabalho, da pauperização, da alienação e da racionalização, assim como formas por ele desenvolvidas de integração social ou de resistência econômica, política e cultural, eram então o ponto de referência óbvio para o desenvolvimento da teoria e da pesquisa nas Ciências Sociais, a partir do qual todos os outros aspectos da sociedade – política e cultura cognitiva, família e sistema moral, formas de ocupação do solo e religião – deveriam ser desdobrados (Offe, 1989:16).

Para operar o questionamento do poder macro-sociologicamente determinante do trabalho assalariado, ou a neutralização das diferenças internas das situações concretas de trabalho em nome do assalariamento, Offe, inicialmente, volta-se para a observação dos documentos disponíveis na área de Ciências Sociais, frutos de textos de divulgação acadêmica ou de publicação editorial, concluindo que o trabalho, com as características definidas acima, e a posição do trabalhador deixaram de ser tratados como o princípio organizador das estruturas sociais. A dinâmica do desenvolvimento social não tem sido conceitualizada como resultante de conflitos em torno da dominação no plano empresarial, ou da “luta de classes”, no sentido clássico de parte do marxismo que a deduzia a partir de interesses econômicos, menosprezando o papel regulador dos estados e as identidades sociais produzidas fora do espaço da produção. Por fim, a racionalidade prevalecente no capitalismo industrial, oriunda da otimização das condições técnico-organizacionais (processo de trabalho) ou da relação meios e fins econômicos (processo de valorização), já não tem mais sido vista como a condutora da continuidade do desenvolvimento social (Offe, 1989:16).

Por mais que as sinalizações acima sejam completamente plausíveis, e o são, e por mais que captar a realidade social em categorias do trabalho assalariado e em relação à escassez seja incompleto ou incorreto diante de diversas outras clivagens – gênero, status, etnia etc. - que não são de ordem exclusivamente econômica e determinam não só novas formas de ordenamento das estruturas sociais, bem como novas dinâmicas sociais, fica incompleta qualquer análise sociológica que não considere as conseqüências dos referidos deslocamentos conceituais e teóricos. Para Offe, uma justificativa conseqüente de tais deslocamentos, para não cair em um “modismo sociológico”, implica no desenvolvimento de uma teoria sociológica sobre a mudança do objeto da sociologia. A

teoria a ser desenvolvida deve ter por objetivo captar o modo pelo qual, historicamente, a sociedade capitalista foi moldada pelo trabalho, objetiva e subjetivamente falando. Mais do que isso, deve verificar a relação do fato de que uma parcela constantemente crescente da população dependa da remuneração, com uma possível perda de relevância individual e coletiva do trabalho na vida dos indivíduos (Offe, 1989:19).

Um primeiro conjunto de dúvidas teóricas de que “a categoria do trabalho (assalariado) ainda tenha um papel central na determinação da estrutura e do desenvolvimento social” (Offe, 1989:19) surge ao se considerar a multiplicidade dos aspectos empíricos do trabalho. “Trabalhar” ou ser “trabalhador”, no sentido formal, cada vez diz menos quanto ao conteúdo da ação, a percepção de interesses, o estilo de vida etc. “A expansão relativa do trabalho remunerado dependente é acompanhada de sua diferenciação interna. Essa diferenciação não pode ser adequadamente captada pelo conceito usual de divisão do trabalho” (Offe, 1989:19), pois o grau de generalidade do conceito abarca, sem distinguir, aqueles que são mais e os que são menos afetados pela racionalidade da divisão do trabalho.

Do ponto de vista sociológico, Offe distingue cinco traços capazes de fundamentar a unidade e a homogeneidade do trabalho, apesar de toda a sua diferenciação e heterogeneidade:

- a) a dependência da força de trabalho (não proprietária) da atividade remunerada e sua submissão ao controle de relações de autoridade empresarialmente organizadas;
- b) o risco permanente da perda de oportunidades de trabalho por motivos subjetivos (p. ex. doença, invalidez) ou objetivos (p. ex. mudanças técnicas e econômicas);
- c) o efeito uniformizador da existência e da atuação de grandes entidades do tipo de “sindicatos únicos”;
- d) existência de um orgulho coletivo enquanto base unificadora da autoconsciência do trabalho, tal qual uma teoria reflexiva do valor trabalho, na qual o trabalho é visto como “fonte de toda riqueza e de toda cultura” (Offe, 1989:20).

Os atributos descritos ainda unificariam o trabalho e suplantariam a diversificação objetiva da realidade e da experiência vivencial? A resposta a tal questão empírica não pode ser dada de maneira antecipada, através da construção de hierarquias conceituais, fato que ocorreu com a elevação do trabalho remunerado dependente à condição de determinador de interesses sociais, autoconsciência, comportamento organizacional e político dos trabalhadores. O grau de incerteza torna-se ainda maior quando se observa

“grandes e crescentes margens de variação entre as diversas situações de trabalho, com respeito à renda, qualificação, estabilidade no emprego, visibilidade e reconhecimento social, carga de trabalho, possibilidades de ascensão, comunicação, autonomia, etc.” (Offe, 1989:20).

Os fatores mencionados acima, de grande e crescente heterogeneidade, são sinais da diversificação empírica do trabalho, e “tornam duvidosa a persistência de qualquer relevância sensível do trabalho remunerado, *enquanto tal*, na percepção dos interesses sociais, na autoconsciência, no comportamento organizacional e político dos trabalhadores” (Offe, 1989:20). O caráter cada vez mais “abstrato” do trabalho indica que não há justificativa para se enunciar o “trabalhador”, no sentido formal, como “o ponto de partida para a formulação de agregados culturais, organizacionais e políticos, e para interpretações coletivas” (Offe, 1989:21).

Offe reconhece não ser nada evidente, mesmo nos primórdios do capitalismo, “a formação de uma identidade social fundamentada no trabalho enquanto fonte de toda riqueza social, por mais que as tendências à unificação possam ter sido objetiva e subjetivamente favorecidas pelos incentivos involuntários do capital à solidarização” (Offe, 1989:21). Mesmo que Marx tenha se deparado com “a aglomeração maciça de uma força de trabalho homogênea e da forma organizacional da grande indústria na produção, os parâmetros das condições institucionais do mercado de trabalho” (Offe, 1989:21) e a conseqüente mobilidade vertical e horizontal do mercado e do contrato de trabalho geraram dilemas fundamentados na forma do trabalho assalariado, ao ponto de o fato “do trabalho assalariado não representar mais nenhum papel privilegiado enquanto foco de atenção e significado social, ou de decisão sócio-política” (Offe, 1989:21).

Alguns dilemas fundamentados no trabalho assalariado devido ao mercado de trabalho sempre estiveram a confrontar os objetivos com os interesses daqueles que trabalham,

parcialmente sempre incompatíveis, na renda, no emprego e nas condições de trabalho, e – no plano dos meios – com os dilemas entre interesses individuais ou “corporativos” e interesses coletivos, entre a “luta no sistema de assalariamento” e a “luta contra o sistema do assalariamento” (Offe, 1989:21).

A diferenciação interna do “trabalhador genérico” da qual falava Marx, amplificada no capitalismo atual, serviu para pôr em dúvida a evidência que se tinha sobre a noção

social “do” trabalhador, concebida sociologicamente como um conceito *a priori* das manifestações empíricas. “As diversas clivagens do trabalho assalariado, supostamente determinado unitariamente em sua forma, são por demais evidentes - mesmo em suas conseqüências sobre a ação individual, organizada e política” (Offe, 1989:22), embora menosprezadas no plano da construção teórica.

Olhando para as pesquisas, Offe observa clivagens sociais: em primeiro lugar, com base no mercado de trabalho: a) mercados primários e secundários; b) mercados internos e externos; em segundo lugar, mesmo na “sociedade dos empregados”, a produção de bens e serviços é crescentemente feita fora da esfera institucional do trabalho formal e contratual, não por “empregados”, mas por membros de famílias ou de unidades domésticas, de entidades compulsórias como exércitos e prisões, ou de uma economia subterrânea (ou de trabalho clandestino) semilegal ou criminalizada; em terceiro lugar, o crescimento de posições “intermediárias” ou “mescladas”, de interesse especial para os sociólogos marxistas por provocar rupturas no seio dos trabalhadores assalariados; por fim, surgem clivagens sociologicamente importantes entre formas de trabalho “produtor de bens” e formas de trabalho “gerador de serviços” (Offe, 1989:22).

Das clivagens descritas, Offe mantém um interesse todo particular pelo “setor de serviços”, por este estar na base da produção de ensaios teóricos macro-sociológicos sobre a superação da sociedade industrial. Mais do que se interessar pela quantificação de um “setor de serviços”, volta-se para a determinação qualitativa do trabalho em serviços, trilhando o caminho da crítica da economia política quando da determinação do trabalho industrial. “Sua questão central não é a mensuração, mas a definição teórica do conceito, dado que a noção de um ‘setor de serviços’ tem um sentido elusivo, um caráter residual, afinando-se com a noção de ‘sociedade pós-industrial’ que abriga tal ‘setor’ como dominante” (Oliveira, 1990:115). Quanto ao aspecto objetivo do trabalho diante da multiplicidade de situações empíricas, ele questiona o fato de que a racionalidade do trabalho, seja de ordem econômica ou técnica, permaneça una, pois o “setor industrial”, privilegiado pelos clássicos e pela sociologia do trabalho, e a “prestação de serviços” possuiriam racionalidades cujas lógicas internas seriam distintas.

### **2.3.2 A teorização do “setor de serviços”**

O desenvolvimento de uma teoria sociológica sobre a mudança do objeto implica obrigatoriamente em reavaliar os *parâmetros* com os quais a sociologia definiu a sociedade capitalista; implica, ainda, em verificar o poder explicativo destes parâmetros diante de um quadro referencial bem mais heterogêneo. Com tal intuito, Offe elege o “trabalho” na geração de serviços como a clivagem privilegiada do seu estudo, particularmente pela lógica e pela racionalidade que lhe são inerentes, o que o particulariza como um “ramo de trabalho” muito especial. Os critérios técnicos e econômicos utilizados para determinar a natureza do trabalho na indústria perdem a força explicativa ao serem utilizados nos serviços, pois uma das características centrais do trabalho aqui é a produção de bens não-tangíveis e não-materiais, o que dá ao trabalho um caráter de imaterialidade, trazendo dificuldades para quantificá-lo. “A averiguação do quociente de trabalho no setor de serviços numa sociedade e da sua evolução quantitativa ao longo de um período de tempo, é obviamente também influenciada pelo conceito teórico estabelecido para o trabalho no setor de serviços” (Offe, 1991:81).

O “setor de serviços” sofre de uma grande imprecisão nas definições mais usuais com as quais os autores buscam caracterizá-lo. Boa parte da literatura existente sobre o “setor terciário” ou o “setor de prestação de serviços” limita-se a tratá-los como um não-conceito, ou seja, como uma categoria tipo coletânea residual. A operacionalização é simples, pois é feita por predicados negativos, com o “setor” sendo tratado por aquilo que efetivamente ele não é. No “setor de serviços” são enquadrados todos os trabalhos e organizações que não podem ser agregados claramente ao trabalho “primário” (extrativo) ou “secundário” (produtivo), mas que são “trabalho”, no sentido de trabalho remunerado (Offe, 1991:81).

Das predicações negativas comumente vinculadas ao trabalho no “setor de serviços”, é comum ler-se: o resultado não é material; não pode ser armazenado nem transportado; não é facilmente suscetível de racionalização técnica e organizacional; a produtividade não é facilmente mensurável; não há como controlar as normas de produtividade; não é “produtivo” no sentido da definição de produtividade utilizada na economia clássica, englobando inclusive Marx (Offe, 1991:82). Tais definições insatisfatórias, muitas das quais obedecendo aos critérios cunhados na economia para a mensuração do trabalho industrial, estão longe de definir o “setor de serviços”. Mesmo



algumas análises sociológicas, utilizando-se de categorias correspondentes às categorias econômicas, conseguiram no máximo “estigmatizar” uma possível nova “classe” surgida, o que, Segunda Offe, se trata de uma inconsequência sociológica (Offe, 1989:25).

Tratar apenas de forma estigmatizante os grupamentos sociais envolvidos na geração de serviços como se fossem “corpos estranhos”, ou denunciar seus valores e seu hedonismo consumista como antagônicos aos estabelecidos pela racionalidade do trabalho industrial, não é, sociologicamente falando, a maneira mais correta de caracterizar o “trabalho” e os “trabalhadores” neste segmento, pois há também a necessidade de refletir sobre a imprescindibilidade funcional destes grupamentos sociais e buscar a gênese das “novas classes” (Offe, 1989:25).

As críticas de Offe às abordagens residuais pautam-se pela sua perspectiva de “fornecer uma explicação de caráter totalizador para as altas taxas de crescimento deste setor, como processo recorrente e duradouro das sociedades industriais” (Paiva, Potengy e Chinelli, 1997:126). Quando Offe define o trabalho em serviços “em contraposição complementar, ressaltando a natureza essencialmente sintetizadora e reflexiva de sua relação de cooperação funcional com a esfera de produção de mercadorias, ele conclui por uma racionalidade específica do trabalho em serviços” (Paiva, Potengy e Chinelli, 1997:126).

### **2.3.3 A dualização da racionalidade do trabalho**

Definindo em poucas palavras o trabalho de prestação de serviços, Offe vai situá-lo:

no ponto de interseção de duas racionalidades: a racionalidade da “economia industrial”, com precisas especificações de objetivos e meios, controle vertical direto do comportamento no trabalho, um mínimo de margens de liberdade de ação e alta esquematização – por ser um trabalho remunerado dependente; e a racionalidade da “intermediação”, típica do trabalho no setor de serviços, que pressupõe margens de liberdade de atuação aproveitáveis conforme a situação, visto que é prestação de serviços” (Offe, 1991:84).

A intenção de Offe ao considerar o trabalho de prestação de serviços desta maneira é deixar transparecer a sua função social, denominada por ele de “normalizadora” ou “sintetizadora”, o que determina um duplo tensionamento, implicando em um problema de equilíbrio dessas tensões. “Por um lado, trata-se da tensão entre ‘norma’ e ‘caso’, já que

para cumprir a função da prestação de serviços, jamais um desses aspectos deveria predominar, isto é, nem como completa padronização, nem como total individualização” (Offe, 1991:84). A conceitualização remete “às atividades que visam ‘normalizar’ os casos individuais e ‘individualizar’ as normas. Em outras palavras, a particularidade das situações em que se encontram os clientes deve ser preservada, mas o resultado da produção deve ter o sentido de conformá-la a certas regras, valores e normas gerais” (Oliveira, 1990:115). “Certo” é tão-somente a combinação entre “caso” e “norma”, cuja proporção relativa é mais ou menos indeterminada, devendo ser estabelecida a cada momento.

A consequência da tensão entre “norma” e “caso” é a sua agudização ao nível pessoal<sup>25</sup>; ou seja, na execução da prestação do serviço recorre-se a orientações normativas, experiências, ética profissional e competências específicas de interação. Já ao nível da organização<sup>26</sup> encontra-se a tensão oriunda do fato da prestação de serviços ser executada por organizações, na forma de trabalho remunerado contratual. O critério de racionalidade das organizações (efetividade, controle, esquematização etc.) “colide com a necessidade de autonomia e flexibilidade resultantes da natureza da primeira tensão” (Offe, 1991:85). “Este problema foi descrito e analisado como o dilema entre orientações e arranjos burocráticos e profissionais” (Offe, 1991:85).

Efetuando-se um paralelo entre o trabalho realizado na produção industrial de bens e o trabalho em serviços, enquanto o primeiro pode ser levado ao “denominador comum abstrato, por ser regido pelo mesmo regime de produtividade técnica e organizacional, assim como pela decisiva rentabilidade de cada unidade econômica; no segundo o trabalho torna-se reflexivo e tais critérios do processo de trabalho e da valorização perdem sua (relativa) nitidez” (Offe, 1989:22). “Os problemas de escassez e da eficiência, determinantes da racionalidade da produção industrial de bens, se confrontam com problemas de ordenamento e de normatização que não podem ser adequadamente processados com os meios da superação técnica e econômica da escassez”<sup>27</sup> (Offe, 1989:23). Na realidade, o trabalho no setor de serviços, como já foi

---

<sup>25</sup> Os grifos são do autor.

<sup>26</sup> Os grifos são do autor.

<sup>27</sup> Os grifos do parágrafo são meus e destaca importantes rupturas com a apreensão que os clássicos faziam do trabalho.

destacado, obedece a uma racionalidade de outro tipo, onde prevalecem os critérios de “eficácia”.

Não há como deixar de considerar o significado do crescimento quantitativo do trabalho social dedicado à geração de serviços, do qual uma das conseqüência importante é a desagregação do “trabalhador total” segundo local de trabalho, e não – como é convencional – segundo “setores” (Offe, 1989:37). Por outro lado, uma característica fundamental do trabalho reflexivo presente na maior parte da prestação de serviços consiste na elaboração e na manutenção do próprio trabalho, ou seja, o “trabalhador” cuida da produção mental e organizatória dos “serviços”. Se, sociologicamente falando, não faz sentido contrapor “setor industrial” e “setor de serviços”, e sim “produção industrial de bens” e “geração de serviços”, quais seriam as atividades classificáveis em prestação de serviços? “Atividade como o ensino, a cura, o planejamento, a organização, a negociação, o controle, a administração, a consultoria etc. – ou, em termos mais genéricos: atividades de prevenção, absorção e assimilação de riscos e desvios da normalidade” (Offe, 1989:23).

Embora o assalariamento faça parte da prestação de serviços, assim como da produção de bens, as atividades de serviços se diferenciam claramente por pelo menos duas características: a primeira, como já foi destacada, devido à “falta de homogeneidade, da descontinuidade e da incerteza temporal, social e material dos ‘casos’ tratados pelo trabalho em serviços” (Offe, 1989:23). É muito comum não ser possível normatizar uma função técnica da produção para o trabalho, enquanto critério de execução do trabalho, pois as conseqüências de tal normatização podem ser contraproducentes; em segundo lugar, o trabalho em serviços “não dispõe de um claro e inquestionado critério de economicidade, a partir do qual se possa derivar estrategicamente o tipo, o volume, o local e o momento de sua oferta” (Offe, 1989:23).

Os diversos serviços gerados resultam em “utilidades” concretas, mas em nenhum “rendimento” monetário (e no máximo de economias de volume dificilmente quantificável) (Offe, 1989:23). Isto quer dizer que em termos de economia do trabalho faltam referências que possibilitem captar qualitativa e quantitativamente as utilidades geradas pelo trabalho em serviços, assim como faltam “funções técnicas de produção para a geração da utilidade concreta, e faltam, ainda mais, referências sobre o volume da ‘demanda’ a ser atendida” (Offe, 1989:23), pois não são os “agentes da demanda” (no caso

dos serviços profissionais) que definem a oferta, e sim a demanda que é definida pelo lado da oferta.

Quanto à impossibilidade de normatização da racionalidade técnica em serviços, deve ser:

compensada com virtudes como a capacidade de interação, o senso de responsabilidade, a empatia e a experiência adquirida casuisticamente; no lugar dos critérios de racionalidade econômica e estratégica surgem estimativas da demanda e das utilidades adquiridas por convenção, por consenso profissional ou de forma política discricionária. Os critérios de racionalidade desenvolvidos para o aproveitamento e o controle da força de trabalho na produção capitalista de mercadorias só podem ser transpostos para a ‘produção’ da ordem e da normalidade, gerada pelo trabalho em serviços, sobretudo no bojo do serviço público, com limitações rigorosas, e mesmo assim só com descontos característicos na sua racionalidade ‘formal’” (Offe, 1989:24).

Assim, o trabalho em serviços, seja público ou privado, mesmo não sendo “emancipado” do regime da racionalidade econômica formal do trabalho, permanece funcionalmente imprescindível, mesmo que o admitamos como um “corpo estranho”, pois é delimitado apenas externamente sem ser estruturado internamente por este tipo de racionalidade. Daí decorre a maior consequência teórica, extraída da conceitualização do trabalho pela racionalidade, de onde Offe retira a conclusão de que “não se pode mais falar de uma unidade fundamental, de um tipo de racionalidade organizando e regendo todo o trabalho” (Offe, 1989:24).

É da diferenciação dentro do conceito de trabalho, seja pelo peso quantitativo dos serviços, seja pelos critérios de racionalidade que os regem, que alguns intérpretes retiraram os argumentos de defesa do pós-industrialismo. Claus Offe vai criticá-los por não refletirem sobre a gênese do trabalho em serviços, bem como sobre a sua imprescindibilidade funcional de fiscalização, regulamentação, manutenção e programação dos processos sociais, oriundos “das deficiências funcionais criadas pelo próprio desdobramento da sociedade do trabalho” (Offe, 1989:25).

Nessa nova interpretação os vestígios da racionalidade normatizada e “material”, tão eficientemente apagados, no trabalho diretamente produtivo, por meio da transformação da força de trabalho em uma “mercadoria” como qualquer outra, reafirmariam sua imprescindibilidade através do crescimento das profissões e do aparato de serviços, cuja tarefa e cujo “trabalho *sui generis*” consistiriam na reconstrução, através de um tipo especial de trabalho, da função da garantia institucional do existente (Offe, 1989:24).

A própria “ordem” da sociedade do trabalho pressupõe “atividades de serviço do tipo pedagógico, terapêutico, policial, que garantam e mediatizem o sentido comunicativo de todo o conjunto” (Offe, 1989:24). Daí resulta a ambivalência e a autonomia do trabalho social em serviços, pois ele:

assegura e normaliza as condições prévias e paramétricas de um tipo de trabalho, ao qual ela mesmo não pertence. Por um lado ele atua como “guardião e regulador” (Marx) do trabalho e da valorização, mas por outro lado ele está pelo menos parcialmente liberado da disciplina direta da racionalidade do trabalho social e de seus respectivos controles de rendimento e produtividade (Offe, 1989:25).

Como consequência mais contundente do processo de normalização e regularização do trabalho produtivo, o trabalho em serviços enquanto “agente de sintetização dos sistemas e processos sociais, confronta-se (...) de modo objetivante e externo de tais sistemas e processos” (Offe, 1989:25). O distanciamento é ao mesmo tempo sócio-econômico, cognitivo e normativo (Offe, 1989:25).

Assim, mais do que estigmatizar os grupos sociais oriundos da prestação de serviços, o que seria uma inconseqüência sociológica, condenando ou tomando partido por seus valores e seu hedonismo consumista, cabe à sociologia refletir sobre a imprescindibilidade funcional destes grupamentos para o funcionamento da própria “sociedade do trabalho” nos termos já definidos. Ao fazer isso, não só estaremos refletindo sobre o aparato conceitual da sociologia, como admitindo uma duplicação do conceito de trabalho, sociologicamente explicável, nos termos de um paralelo e de uma oposição de critérios de racionalidade correspondentes aos papéis de “produtor eficiente” e da “manutenção efetiva” (Offe, 1989:26). Fica eliminada a univocidade do conceito de trabalho e o poder de determinação macro-sociológico do trabalho assalariado, visto que a clivagem do trabalho em serviços não pode ser unificada em nome do assalariamento.

#### **2.3.4 A “mercadoria” serviço**

Ao analisar os serviços, Offe vai decompô-los em comerciais, internos à organização e públicos/estatais, distinguindo-os a partir do grau de “distanciamento estrutural” de cada um em relação ao sistema produtivo (Offe *Apud* Paiva, Potengy e Chinelli, 1997:126). Admitindo a mercantilização como um fator decisivo na prestação

dos serviços, Offe sugere uma interpretação alternativa, tratando os que “trabalham” nos serviços como empregados, o que significa, de certo modo, adotar conscientemente a perspectiva do “empregador”. Assim, identifica uma “racionalidade da intermediação” no trabalho de prestação de serviços, onde prevalecem critérios de “eficácia” e não de “eficiência”, pois o último é característica do trabalho na produção.

empregados nos serviços comerciais não serão tratados enquanto *sujeitos* do seu trabalho, dos seus modos de pensar e agir cultural, organizacional ou politicamente, mas sim como *objetos* à disposição das empresas”. É nesta qualidade que os empregados são recrutados, remunerados e subordinados à determinadas condições de trabalho: submetendo-se a controles específicos no trabalho e a determinadas medidas de racionalização. Nossa suposição é a de que tais arranjos seguem determinadas *estratégias*, diferente das que determinam as condições de trabalho de outras categorias da força de trabalho (Offe, 1991:56).

A partir desta perspectiva de análise, Offe acredita ser possível reconstruir as *estratégias*<sup>28</sup> típicas da gerência industrial capitalista frente aos empregados comerciais. Mais ainda, acredita estar revendo os *parâmetros*<sup>29</sup> quanto aos conteúdos com os quais a sociologia caracterizou o trabalho na sociedade capitalista, a saber, os critérios de compra e venda da força de trabalho, a racionalidade do trabalho, os mecanismos de controle de uso do trabalho social ou de valor do trabalho etc. Se a mercantilização ainda pode ser vista como uma característica do capitalismo, se a racionalização que acompanhou o trabalho moderno na normalização de esforços individuais de trabalho ainda possui algum significado, e se o trabalho vincula-se a algum critério de valor, então é necessário explicar como os serviços se tornam mercadorias, quais os critérios de racionalização que o acompanham e quais os valores que se associam ao “trabalho” na prestação de serviços.

### **2.3.5 O enfraquecimento do sentido ético do trabalho**

Uma vez questionada a univocidade do conceito de trabalho, com base na admissão de uma dupla racionalidade que distaria a produção industrial de bens e o “trabalho” em serviços, Offe parte para a indagação sobre a centralidade e a validade do conceito para aqueles que trabalham; ou seja, remete-se à relevância subjetiva e ao significado

---

<sup>28</sup> Os grifos são do autor.

<sup>29</sup> Os grifos são meus.

valorativo do trabalho. Nesse sentido, abstraindo-se das situações concretas de trabalho e dos critérios de racionalidade, ele formula genericamente sobre o significado do trabalho remunerado para o modo de vida e a consciência dos “trabalhadores”; pergunta-se também sobre as atitudes e as motivações que os trabalhadores remunerados desenvolvem frente à esfera do trabalho e à atividade econômica.

Como se justificaria a situação paradoxal que consiste numa crescente “participação” da população nas atividades remuneradas do trabalho, paralela a uma “decrecente” participação da atividade remunerada no indivíduo? A explicação recai sobre o fato de os indivíduos deixarem de perceber a renda enquanto possibilidade de adquirirem mais satisfação, ou, então, por acharem o engajamento em busca de um “trabalho útil e significativo” mais relevante. Outro motivo extremamente relevante refere-se ao fato de a proteção social do Estado do bem-estar funcionar como um desestímulo ao trabalho, pois fez com que a sobrevivência dos indivíduos deixasse de depender exclusivamente da venda de força de trabalho no mercado. A esfera do trabalho assalariado passou a sofrer a concorrência de outras esferas da vida social na determinação dos interesses do indivíduo, o que teria provocado o seu deslocamento para as margens da biografia dos indivíduos (Offe, 1989:26).

Do ponto de vista sociológico, interrogar-se sobre o papel do trabalho na organização da existência pessoal pode ser feito a partir de dois eixos, ou dois mecanismos que atribuiriam, ou não, uma centralidade ao trabalho: “o trabalho poderia ser *normatizado como obrigação*, no âmbito da integração social, ou *instalado como imposição*”, no âmbito da integração sistêmica. No primeiro caso, o trabalho seria referência da vida moralmente correta; no segundo, condição externa para a sobrevivência física” (Offe, 1989:26 e 27). A indagação sobre a centralidade do trabalho deve incidir sobre os dois mecanismos: *dever* e *necessidade*<sup>31</sup>.

Quanto ao âmbito da integração social, onde o trabalho é equacionado em termos do dever, é evidente o enfraquecimento do sentido ético do trabalho, sendo altamente questionável que ele ainda possa ser visto como a expressão de uma vida regrada e moralmente correta, fruto que outrora fora da sistematização ética de princípios religiosos, tal como foi demonstrado por Max Weber. As razões da perda do sentido ético

---

<sup>30</sup> Os grifos são do autor.

<sup>31</sup> Os grifos são meus.

do trabalho explicam-se pela erosão das tradições religiosas, pelo hedonismo consumista e, depois de neutralizado o sentido moral do trabalho, pela racionalização taylorista-fordista. Com a praticamente eliminação do “fator humano” da produção, a racionalização imperante na produção industrial de bens minou as condições estruturais e os espaços de autonomia necessários para a manutenção das orientações morais (Offe,1989:27).

Com a desprofissionalização decorrente das mudanças na infra-estrutura do trabalho desaparece o lado subjetivo da profissão, o que gera uma situação de desagregação de ambientes e estilos de vida criados com base em categorias de trabalho e na profissão. As imagens de um trabalhador dedicado a um ofício e orgulhoso do seu trabalho cada vez mais pertence ao passado, seja pela descontinuidade entre formação e exercício profissional, seja devido à tendência secular da redução do tempo de trabalho (Offe,1989:27).

A tendência secular da redução do tempo de trabalho como um fenômeno continuado das sociedades capitalistas avançadas, seja pelo alargamento das fases de vida antes e após o trabalho, seja pela expansão do tempo livre oriundo da utilização de tecnologias poupadoras de mão-de-obra, também contribui para provocar descontinuidades na biografia do trabalho. A redução do tempo de trabalho no tempo de vida relativiza o trabalho como mais um “assunto” dentre outros, limitando a função do trabalho como um ponto central de referência para a construção da identidade pessoal e social. O desemprego, como uma situação mais corriqueira, faz com que ele deixe de ser percebido como fracasso ou culpa pessoal, diminuindo a estigmatização moral. Afora estas, colaboram para a relativização do trabalho as situações em que os indivíduos se retiram voluntariamente do mercado de trabalho (Offe,1989:28).

### **2.3.6 O enfraquecimento da relação entre renda e sustento**

Quanto ao âmbito da integração sistêmica, onde o trabalho é equacionado em termos da necessidade (“ganha-pão”), ainda se espera algum engajamento dos “trabalhadores”, mas já se admitindo que, neste caso, o trabalho corresponde à relação “instrumental”, moralmente neutralizada. Ainda assim, mais do que intuir, algumas ressalvas são feitas por Claus Offe, com base em estudos recentes da psicologia econômica, da sociologia industrial e da escola econômica neoclássica. A renda não é mais



o ponto de convergência que obriga ou motiva o indivíduo a vender o seu trabalho no mercado. Para comprovar a sua hipótese, Offe argumenta, apoiado em estudos feitos pela psicologia econômica, que o aumento da renda e da satisfação não são proporcionais. Nos níveis mais altos de renda, as pessoas reclamam por autonomia, auto-estima, lazer livre de tensões, felicidade familiar, amizades, mas não relacionam a obtenção destes objetivos ao aumento de suas rendas. Já nos níveis mais baixos de renda, mais do que reclamar por aumento salarial, na década de 70, na Europa, as reivindicações voltaram-se não para o “direito ao trabalho”, mas para o “direito a um trabalho útil e significativo”, como mostraram estudos da sociologia industrial.

A partir de evidências extraídas dos estudos desenvolvidos pela escola econômica neoclássica, Offe extrai uma consequência de suma importância para os seus estudos. *Com a expansão dos Estados do bem-estar, desvincula-se paulatinamente a idéia de trabalho da idéia de sustento material.* A conexão estreita ficaria rompida com a intervenção estatal, fruto da expansão dos Estados do bem-estar depois da crise de 29. O princípio segundo o qual “quem não trabalha não deve comer” (proclamado tanto pelo apóstolo Paulo quanto por Josef Stálin), “não tem mais tanta validade institucional assim nos Estados Liberais de bem-estar” (Offe, 1989:31):

Isso significa que, na medida em que o circuito regulador individual entre trabalho e *rendimento* é coletivizado pelas instituições do Estado de bem-estar e pelos direitos subjetivos dessa forma adquiridos, assim como pela instituição da grande empresa e da negociação coletiva, surge inevitavelmente um problema clássico dos bens coletivos, qual seja, a disjunção entre as ações e suas consequências ao nível do ator individual. Aguçando a crítica ao Estado de bem-estar: o descumprimento individual da obrigatoriedade do trabalho, que “deveria” ser cumprida pelo mercado, não é necessariamente reprimido e, por outro lado, os esforços individuais “não valem a pena”, devido aos encargos fiscais e parafiscais, que dizemam seus frutos. (Offe, 1989:31)

Offe afirma uma certa separação entre trabalho e sustento, pois os trabalhadores aufeririam mais vantagens nos Estados do bem-estar na condição de “carona”, haja visto que é, de certo modo, racional aproveitar os serviços de bem-estar em volume superior à contribuição individual junto aos sistemas de seguridade coletiva (Offe, 1989:31). Descrito de outra maneira, os Estados do bem-estar teriam contribuído decisivamente para o surgimento de rupturas nos elos de ligação entre a reprodução da força de trabalho e a atividade produtiva.

Se a reprodução da força de trabalho não depende mais, com exclusividade, da sua venda no mercado de trabalho e se a erosão do lado subjetivo das categorias profissionais é uma realidade, as bases de sustentação do Estado do bem-estar ficam comprometidas, pois o Estado passa a esbarrar “na resistência dos investidores privados, fato tão mais claro quanto mais exitosa é a implementação de seus programas (...) e não pode assegurar o lugar ao trabalho como um direito civil” (Habermas, 1987:108). Assim, torna-se alvo da crítica liberal, e de uso por parte dos trabalhadores em proporção desequivalente da contribuição. Daí surge uma contradição fundamental a este tipo de Estado, oriunda da dificuldade de manutenção de regras de solidariedade e obrigações éticas do trabalho que acarretam uma espécie de não-responsabilização individual frente ao estado, particularmente nas situações de crise. A questão que fica é se o Estado do bem-estar possuiria os recursos culturais ou os meios econômicos de coerção necessários para a expansão de uma centralidade subjetiva de orientação do trabalho.

## CAPÍTULO III

### ALGUMAS REPERCUSSÕES DAS PROPOSIÇÕES REVISIONISTAS

#### 3.1 *Parâmetros gerais do revisionismo teórico*

##### **3.1.1 Deslocamentos no trabalho**

Nos dias atuais, o que haveria de comum nos sistemas econômicos avançados? Buscando responder à questão, Castells enfatiza que, independentemente das características históricas que tenham assumido como modos-de-produção, os sistemas econômicos avançados apresentariam cinco traços que possibilitariam falar de uma economia de novo tipo (Castells, 1992)<sup>32</sup>:

- *necessidade constante da introdução de conhecimento organizacional e tecnológico no processo produtivo*<sup>33</sup>. Produtividade e crescimento econômico estariam imbricados e interdependentes. Menos do que uma intensificação de capital e trabalho, o aumento da produtividade pressuporia uma melhor combinação dos fatores de produção. Por sua vez, o grau de desenvolvimento de uma economia dependeria cada vez mais do componente informacional e técnico-científico;
- assim como a primeira, uma tendência secular que estaria ocorrendo seria a *transição de sociedades de produção material para sociedades de processamento de informações*, fato comprovável mesmo quando diferentes critérios de mensuração são adotados, como o PIB, a população empregada etc. Desse modo, soam de maneira imprecisa as referências que tentam dar conta do problema raciocinando em termos da passagem de atividades industriais para as atividades de serviços, ou de uma sociedade industrial para uma “pós-qualquer”;

---

<sup>32</sup> É polêmica a sua definição de economia informacional, mas, aqui, o objetivo é menos o de avaliar a extensão das mudanças, ou identificar as causas e mais o de reconhecer que o autor sintetiza bem algumas alterações nos sistemas produtivos; uma das consequências foi desencadear uma extensa avaliação do conceito de trabalho.

<sup>33</sup> Os grifos são do autor.

- como consequência das duas primeiras mudanças enunciadas, estariam ocorrendo mudanças na organização da atividade econômica: *passagem da produção de massa uniformizada para a produção flexível segundo os impulsos da demanda*, facilitada pela utilização de unidades econômicas descentralizadas, verticalizadas e interconectadas pela informação. “Um traço essencial da nova economia seria a ênfase organizativa na flexibilidade da produção e gestão e na adaptação constante a uma demanda mutante num mercado mundial em constante evolução”;
- *globalização*: os fluxos dos fatores de produção e a gestão de mercados estariam se organizando de modo a romper as fronteiras nacionais, criando uma “economia mundial de mercado”, um grande sistema econômico mundial;
- *revolução tecnológica*: estimulada pela demanda, constituindo-se na *base material para as transformações econômicas e organizacionais* (infra-estrutura para uma economia global).

Nos novos modelos de desenvolvimento econômico, a tecnologia e a orientação exportadora surgem como fatores essenciais de crescimento econômico (Castells, 1992). A competição desigual, princípio histórico definidor da relação entre os diferentes centros capitalistas, passa a se dar entre produtos de alto e de baixo valor agregado, implicando na perda de competitividade da África e da América Latina no mercado internacional e na redefinição da lógica “centro” e “periferia”.

Tratando-se da organização da produção e gestão da força de trabalho, alguns autores contrapõem as mudanças pelo par opositivo de categorias *rigidez X flexibilidade* (Ramalho, 1999). Humphrey vai identificar mudanças na natureza da demanda, no período em questão, na qual a solução encontrada pela produção foi a de conceber seu rendimento em escalas menores, em pequenas unidades produtivas. Ele identifica quatro tipos de “especialização flexível” criadas em contraponto à “rigidez fordista” (Humphrey, 1989):

- a flexibilidade da produção: relativa à facilidade de modificar as especificações de um produto, ou as etapas do processo de produção;
- a flexibilidade de práticas empregatícias: cria uma variedade de contratos de trabalho, conforme as necessidades da empresa;

- a flexibilidade funcional: envolve a mudança freqüente dos trabalhadores das suas tarefas ou funções;
- a flexibilidade das relações entre empresas: envolve uma teia de complexas relações entre as empresas que contemplam subcontratações, trabalho a domicílio etc.

Quando o assunto em pauta são as metamorfoses no mundo do trabalho ocorridas no capitalismo contemporâneo, normalmente problematiza-se o trabalho relacionando-o aos pontos brevemente sumariados, pelo menos quanto aos seus aspectos objetivos mais visíveis, ou seja, as regras de contratualização, a racionalidade, a fragmentação espacial e temporal, a incerteza, a terciarização etc. Grande parte da reflexão de Claus Offe é orientada para os conteúdos efetivos do trabalho no capitalismo contemporâneo, naquilo que eles poderiam romper com os parâmetros de análise vigentes na sociologia. Nos dias atuais, ainda faria sentido admitir a centralidade do trabalho, como elemento fundamental definidor da sociabilidade humana? A intensa diferenciação do trabalho quanto aos seus conteúdos objetivos, particularmente nas sociedades capitalistas avançadas, romperia com a unidade reinante nos primórdios do capitalismo? A crítica atual à herança clássica é generalizável, a ponto de se propor uma revisão radical dos pressupostos em que a sociologia se apoiou? O trabalho como categoria de análise perdeu a sua centralidade?

### **3.1.2 Deslocamentos na “sociedade do trabalho”**

Segundo Silva, quatro princípios fundamentariam a noção de “sociedade do trabalho”:

- i) “a *empresa industrial capitalista* (cujo paradigma é a fábrica), que, como instituição separada da unidade produtiva familiar, organiza a atividade produtiva de acordo com critérios de racionalidade econômica;
- ii) o *trabalhador (manual) assalariado*, duplamente liberado – dos laços feudais e dos meios de subsistência – para que possa vender livremente sua força de trabalho como mercadoria no mercado;
- iii) a instituição do *mercado de trabalho*, onde capitalista e trabalhador se encontram para respectivamente comprar e vender a mercadoria força de trabalho;

- iv) uma *ética do trabalho* que justifique como moralmente válidos não apenas a necessidade e o dever de trabalhar, mas toda a teia de relações que compõe esse conjunto de instituições” (Silva, 1995:168).

A idéia ou noção de sociedade (ou civilização) do trabalho em muito se assemelharia à noção de sociedade industrial ou mesmo à de capitalismo industrial, pois articulam a fábrica como a unidade mais importante de produção e o trabalhador manual como o agente principal no processo de transformação da natureza (Silva, 1995:168). Não é sem razão que trabalho e trabalhador foram conjugados nos termos de “protótipo paradigmático de trabalhador” (Ramalho, 1999), pois predominou nas economias capitalistas ocidentais mais desenvolvidas – Europa e Estados Unidos – um certo arquétipo de trabalho e de trabalhador (Hirata, 1998; Ramalho, 1999; Sorj, 1999): trabalho manual, profissional, assalariado, em tempo integral, mão-de-obra masculina, racionalidade estratégica etc.

A partir dos deslocamentos descritos acima, ocorridos tanto em relação ao trabalho quanto à sociedade do trabalho, é inevitável questionar a extensão da aplicabilidade no Brasil de estudos feitos em outros contextos históricos, pois não fazemos parte do que Castells denomina “sistemas econômicos avançados”, nem tampouco fomos modelados socialmente pelo que Silva caracteriza como princípios fundadores da noção de sociedade do trabalho. Antes de repercutir tais questões, vamos abrir um parêntese para demarcar algumas características dos estudos sobre o trabalho no Brasil, principalmente na sociologia do trabalho.

### *3.2 O contexto brasileiro do revisionismo teórico*

O contexto brasileiro do final da década de 80, a partir de condicionantes econômicos, políticos ou acadêmicos, provocou algumas mudanças nos interesses teóricos e/ou empíricos dos sociólogos do país, diretamente ou indiretamente envolvidos com estudos sobre o trabalho. Uma consequência disto foi a consolidação, na década de 90, de um importante ramo de pesquisas nas Ciências Sociais brasileira, cuja temática são as configurações do trabalho no capitalismo contemporâneo. Embora a maior parte dos estudos produzidos tenha enfatizado primordialmente a indústria, tal exclusivismo já foi contestado em diferentes momentos, abrindo caminho para novos campos de investigação empírica e de problematização teórica, ainda mais devido ao fato de o

trabalho vir merecendo a atenção não só de cientistas sociais, como também de estudiosos de outros campos disciplinares.

A literatura sociológica brasileira vem repercutindo o trabalho sob vários aspectos, sendo que ganham força as interpretações que buscam situá-lo em relação a um espectro mais amplo de alterações na base econômica e sócio-técnica das sociedades capitalistas neste fim de século, ou seja, nos modos de produção e reprodução sociais, bem como nos arranjos integrativos e cooperativos da sociedade. O termo amplamente utilizado para designar a qualidade das mudanças em curso, “reestruturação produtiva”<sup>34</sup>, envolve questões tais como as inovações técnicas e organizacionais (gerenciais) na produção e na gestão e organização da força de trabalho, a nova divisão internacional do trabalho, a espacialização física e temporal da atividade produtiva, as qualificações e competências profissionais etc. Muito recentemente, as preocupações dos autores europeus com a “crise” e o “futuro” do trabalho foram incorporadas aos estudos sobre o trabalho no Brasil, embora sem as relativizações necessárias devido as peculiaridades e particularidades do capitalismo nacional.

Se, na década de 80, os estudos produzidos por sociólogos sobre o trabalho no Brasil estavam sobretudo voltados para o “setor industrial”, ramo considerado por muitos economistas como o centro dinâmico da economia por estar intimamente relacionado ao capitalismo, na década de 90 isto não vale mais. Embora a indústria continue sendo privilegiada quanto ao número de estudos produzidos, cresce o número de autores preocupados em analisar o crescimento do “setor de serviços”, característica presente ao longo do desenvolvimento das economias capitalistas. Mais do que mensurar quantitativamente este “setor”, Offe veio a interessar-se pela existência de um possível tipo de trabalho que romperia com as características predominantes no trabalho industrial, tanto em relação às regras de normatização quanto ao conteúdo objetivo e subjetivo do trabalho. Depois de reconhecer os motivos do crescimento dos serviços e de detectar as suas particularidades na “periferia” do capitalismo, cabe funcionalizar os serviços e relacioná-los com a reprodução do sistema econômico como um todo.

Os estudos produzidos sobre o trabalho industrial na década de 90 enfatizam a maior sistematicidade do implemento de inovações técnicas (de base microeletrônica) e

---

<sup>34</sup> O termo é genérico e por isso mesmo vago; os autores utilizam-no sem muito rigor ou, pelo menos, sem definir o sentido do seu uso.

organizacionais (sistemas mais participativos) nas indústrias brasileiras. Dois motivos teriam sido decisivos: em primeiro lugar, a crise econômica teria forçado as empresas a buscarem o mercado externo como saída para a retração do mercado interno; em segundo lugar, a abertura econômica do governo Collor teria forçado as empresas nacionais a melhorarem as suas estratégias de qualidade e de produtividade, com o objetivo de concorrer no mercado internacional (Ruas, 1992). Profundas modificações sucederam-se no tecido industrial, com crescente descentralização produtiva e desregulamentação do mercado de trabalho, onde modificações introduzidas, ainda muito tímidas até então ou utilizadas para aplacar conflitos no interior do sistema produtivo, ganharam visibilidade por se tratar de um processo mais amplo de reestruturação do sistema produtivo.

O movimento produtivo que ocorre nos anos 90, marcado pela abertura, pela recessão e por planos de estabilização, conduz a uma reestruturação sem política industrial, sem políticas sociais compensatórias, sem um plano nacional de desenvolvimento. (...) e o que se observa é uma modernização restrita à ponta da cadeia produtiva. A indústria montadora de automóveis aumentou quase 60% a sua produção, mas a cadeia produtiva não acompanhou o mesmo nível de produção. Isso foi possível porque a grande indústria mudou o seu *mix* de produção. Ao invés de comprar ao longo de sua cadeia, gerando um efeito para trás, passou a importar vários produtos intermediários e isto desestruturou e está desintegrando parte da estrutura produtiva. (Singer, 1996:137).

Como consequência da modernização concentrada na ponta da cadeia produtiva, emblemática quando se concebe que a base industrial brasileira gerada pelos ciclos de desenvolvimento estruturou uma base produtiva ao longo de várias cadeias, as empresas têm optado por decisões defensivas e ajustes de sobrevivência, devido a estarem mudando o seu mix de produção e mediante a falta de uma política industrial, o que, em geral, significa transferência de custos para os trabalhadores e para o Estado (Singer, 1996:137). Também não foi criada uma legislação para fazer face ao dumping e à concorrência desleal (Nogueira, 1996:138). O resultado desta modernização da economia é a perda de postos de trabalho na indústria e a não-produção de empregos assalariados regulares e regulamentados, mesmo em condições do aumento das taxas de crescimento econômico, como ocorreu entre 93 e 95 (Singer, 1996:137). Com isso, ficou frustrada a expectativa, muito apregoada pelos economistas na década de 80, de que a retomada do crescimento econômico do país desencadearia a retomada de postos de trabalho perdidos na indústria.



Ainda que se faça objeções às análises econômicas da natureza das alterações na estrutura produtiva, elas possuem o mérito de recolocar em destaque, sob novos termos, o problema do desemprego. Muitos sociólogos interessaram-se pela temática, desencadeando a formação de um amplo espectro de estudos sobre o trabalho no Brasil, rompendo-se, em grande parte, com muitas abordagens anteriormente predominantes. Na busca de demarcar as rupturas e as continuidades com os interesses empíricos e teóricos do passado, Chaia utiliza-se de uma perspectiva histórica e reconstrói a relação entre estado, capital e trabalho da década de 50 aos dias atuais, delimitando e caracterizando três momentos da reflexão sobre o trabalho no Brasil.

O último momento (ênfático aqui por referir-se à datação e à problematização deste estudo), localizado de meados da década de 80 para cá, caracteriza-se por ser “um modelo de integração ao capital internacional”, já tendo sido consolidada a transição democrática, “em que o neoliberalismo manifesta-se na primazia das regras de mercado e da iniciativa privada, com o trabalhador encontrando dificuldade de inserção no mercado de trabalho” (Chaia, 1995:127). Nesse sentido, a abertura econômica e a desregulamentação do mercado de trabalho foram decisivas para o desencadeamento de modificações no arranjo político-institucional brasileiro predominante desde o período substitutivo de importações, o que provocou alterações nos termos da relação entre capital, trabalho e estado. “À medida que diferentes modelos econômicos são implantados ou testados no Brasil, a equação trabalho/capital altera-se, circunscrevendo-se períodos distintos” (Chaia, 1995:127).

As abordagens feitas pelos cientistas sociais e por economistas neste terceiro momento caracterizam-se, sobretudo, pelo distanciamento em relação às práticas sindicais e partidárias, bem como às atividades do Estado, fato muito comum nas reflexões dos períodos anteriores. Ocorre um deslocamento das análises sobre o trabalho, do âmbito das perspectivas políticas para o do diagnóstico econômico e das (im)possibilidades do futuro social (Chaia, 1995:128). É bom lembrar alguns fatores determinantes dos deslocamentos de interesse na década de 90: crise fiscal do estado, refluxo do movimento sindical, o desemprego (e as conseqüências sociais do fenômeno), o processo de reestruturação produtiva (nas situações de globalização econômica, de aceleração do progresso tecnológico e de implementação de inovações organizacionais na indústria), a flexibilização, a terceirização, a terciarização, a automação etc. Grosso modo, desloca-se o “eixo de atenção da transformação social e do engajamento partidário para a

discussão teórica acerca da relevância e do significado conceitual do trabalho” (Chaia, 1995:131).

A queda do número de postos de trabalho na indústria na década de 90 e a segmentação e o funcionamento do mercado de trabalho ensejaram preocupações e interesses pela temática da “crise” e do “futuro” do trabalho, envolvendo universidades, centros de pesquisa e órgãos sindicais. A concorrência intercapitalista, o desenvolvimento tecnológico, a ampliação dos blocos econômicos internacionais, a integração dos mercados, a busca de competitividade e a flexibilização articulam o debate sobre a globalização e o mercado de trabalho (Chaia, 1995:132). “Na realidade atual, assim como os temas macroeconômicos (e muitas vezes os microeconômicos) não podem ser tratados fora da ótica e influência global, também os temas sociais, dentre eles o emprego, não podem ser enfocados apenas no âmbito regional e muito menos nacional” (Castro apud Chaia, 1995:132).

Paralelamente ao redirecionamento de enfoques e interesses dos estudos sobre o trabalho no Brasil, a década de 90 traz em seu bojo a repercussão de uma outra polêmica presente na Europa desde a década anterior, a da crise de paradigmas nas Ciências Sociais, onde se questionam as unidades de análise sobre as quais se baseou o pensamento sociológico. Algumas das categorias explicativas mais usuais na sociologia, fartamente utilizadas (como classes sociais, estado-nação etc.), foram colocadas em questão quanto ao seu poder explicativo. Na falta de categorias explicativas para o entendimento de fenômenos sociais de natureza diversa, especialmente alguns movimentos reivindicatórios, cujas origens não são redutíveis aos interesses econômicos puro e simples (como movimentos feministas e estudantis, desde a década de 60), proliferou uma gama de expressões que proclamam o fim ou a morte de alguma coisa (Sorj, 1999).

Foi neste contexto, brevemente sumariado, que ganhou atenção no Brasil a polêmica envolvendo o fim da sociedade do trabalho. Por aqui, o debate ganhou corpo mediante o desemprego e as possibilidades diferenciadas de inserção no mercado de trabalho, conforme o grupo a ser considerado (mulheres, grupos étnicos e etários etc.). O trabalho foi interrogado quanto à centralidade a partir das inovações técnicas e da concorrência intercapitalista, tornando-se uma preocupação tanto de sindicalistas quanto de intelectuais. Algumas são as questões de fundo que animam o debate: “a redução do fator trabalho na produção, sob as novas condições de ocorrência no capitalismo”

(Ramalho, 1999; Sorj, 1999; Chaia, 1995), a ampliação do “setor de serviços” (Sorj, 1999; Paiva, Potengy e Chinelli, 1997), a desregulação das relações contratuais de emprego (Ramalho, 1999; Sorj, 1999; Oliveira, 1998; Antunes, 1996; Silva, 1996), a segmentação do mercado de trabalho (Ramalho, 1999; Hirata, 1998; Antunes, 1996; Chaia, 1995), a relação entre trabalho e direitos (Ramalho, 1999; Campregher, 1998; Oliveira, 1998;), a relação entre trabalho e qualificação (Paiva, Potengy e Chinelli, 1997; Leite, 1996), etc.

Por outro lado, e é exatamente aqui que reside o interesse maior deste capítulo, a categoria trabalho vem passando por muitas reflexões, cujo resultado final provavelmente será o seu redesenhamento. As contribuições são vastas, oriundas dos estudos de gênero (Ramalho, 1999; Sorj, 1999; Chaia, 1998; Hirata, 1998), da ampliação dos serviços (Sorj, 1999; Paiva, Potengy e Chinelli, 1997), da valorização da subjetividade do trabalho (Sorj, 1999; Chaia, 1998; Lopes, 1997), da mudança de natureza do trabalho (Sorj, 1999; Paiva, Potengy e Chinelli, 1997; Antunes, 1996; Silva, 1996; Cocco, 1995; Silva, 1995) etc. De qualquer modo, como havia sido indicado no início da seção, é notório o fato de o trabalho ter adquirido o estatuto de uma área autônoma de reflexão, onde ganha amplitude a revisão da categoria analítica trabalho, muito mais desvinculada de formulações puramente econômicas ou de noções intuitivas. A extensa produção sociológica brasileira sobre trabalho na década de 90 caracteriza-se pela separação entre teoria e prática ou entre reflexão e ação, aqui residindo uma diferença fundamental das análises feitas sobre o trabalho em períodos anteriores (Chaia, 1998).

### *3.3 Reflexões sobre o Brasil*

#### **3.3.1 Depois dos clássicos**

Desde quando Marx e Weber desconectaram o trabalho da mera satisfação de necessidades finitas e concretas, afastando-o dos critérios de reciprocidade e de significação social, ficou demarcada uma linha muito clara de separação entre o trabalho na sociedade capitalista e quaisquer outras formas históricas que ele possa ter assumido em outros tipos de formação social, “distantes” no espaço e no tempo. Desta herança teórica, desdobrada na sociologia por diversos autores, ficaram as questões seguintes: como explicar os “mecanismos” da elevação do trabalho a uma atividade não-natural, os fundamentos lógicos objetivos e subjetivos do trabalho e os modos de cooperação e

solidariedade (pré e pós) existentes ao trabalho na sua forma concreta. A instituição do mercado de trabalho foi uma das chaves explicativas da redutibilidade do trabalho a um caráter instrumental, posto que foi desligado da utilidade e da significação social, rompendo-se com os critérios de solidariedade e de reciprocidade.

Este efeito (destrutivo, H.K.) da implantação de um mercado de trabalho hoje é visível nas áreas colonizadas. Os nativos devem ser obrigados a custear a sua subsistência com a venda de sua força de trabalho. Para isto, suas instituições tradicionais devem ser destruídas e vetada a sua reimplantação, pois numa sociedade primitiva o indivíduo, via de regra, não é ameaçado pela fome, enquanto a comunidade, como um todo, não chegar a essa situação... É justamente a falta da ameaça da fome para o indivíduo que torna, de certa forma, a sociedade primitiva mais humana do que a sociedade de economia de mercado, mas, ao mesmo tempo, também menos econômica. A primeira contribuição do homem branco para o mundo do homem negro consistia, de modo grotesco, principalmente em ensinar-lhes as possibilidades de utilização do flagelo da fome. Assim, os colonizadores foram capazes de ter a idéia de podar árvores de fruta-pão, a fim de produzir uma escassez artificial de alimentos, ou então gravavam com imposto as cabanas dos nativos, para forçá-los a vender a sua força de trabalho. (König *apud* Polanyi 1994:170).

Na realidade, a situação descrita acima trata-se de uma tensão, oriunda do fato de os indivíduos não terem nascido para vender o seu trabalho no mercado. Da apreciação de Marx e Weber, é possível extrair um problema teórico fundamental, hoje muito retomado por conta do debate sobre a “crise” da “sociedade do trabalho”. Para onde remeter a explicação da reprodução da força de trabalho na sociedade capitalista ou, numa linguagem mais reducionista, a sobrevivência material dos indivíduos ou, reduzindo ainda mais, o sustento? Tal problema interessa tanto aos teóricos do Welfare State, quanto aos da informalidade, pois está intimamente vinculado à discussão em torno da reprodução global do sistema capitalista e ao grau de autonomia dos agentes econômicos no mercado. Sob este prisma, quanto mais uma sociedade estiver entregue às leis de mercado, menores serão as diferenças entre a economia formal e a informal, pois a economia estará menos atrelada à regulação feita por instituições da sociedade, e portanto menos regulamentada (Castells e Portes, 1990).

Pode até ser que Marx, mediante sua intenção teórico-revolucionária, tenha feito o trabalho sobressair-se metafisicamente. Por outro lado, é inegável que a instituição e “a disseminação do mercado de trabalho, através do qual o trabalho é transformado em trabalho assalariado e as pessoas em forças de trabalho” (König, 1994:154), não tenha nada de natural, gerando efeitos e conseqüências sociais. Quanto a isso, é indiscutível que

a história do mercado de trabalho seja uma história de sucesso, entretanto ao preço de devastações sociais, como a separação dos que trabalham das condições objetivas do seu trabalho, minando “formas econômicas pré-capitalistas baseadas na troca e na economia de subsistência e cujos princípios de regulação não eram a troca de equivalentes no mercado, mas princípios de comunidade recíprocos e solidários” (König, 1994:154).

E não se pode, de forma alguma, dizer que com isto fica caracterizada somente uma História muito remota e cruel, que hoje estaria ultrapassada e afastada de um presente mais feliz. Somos não apenas os herdeiros de uma submissão, forçada há muito tempo, dos homens sob as leis de mercado, mas também os seus contemporâneos. Os países famintos do Terceiro Mundo “agradecem” sua miséria (e não muito pouco) ao fato que, menos ou mais violentamente, foram integrados à circulação de mercadorias e capital do mercado mundial, e enquanto países de mão-de-obra barata, isto é, países com gigantescas reservas industriais, alcançam do capitalismo do Ocidente lucros respeitáveis. A miséria do Terceiro Mundo - sempre vale a pena enfatizar - é o reverso da história do sucesso do mercado nos países industriais. (König, 1994:155).

De qualquer forma, a idéia principal a ser retida, embora com variantes, consiste na relação que os autores estabelecem entre a sobrevivência material dos indivíduos e o trabalho. A conexão estreita ficaria rompida com a intervenção estatal, fruto da expansão dos Estados do bem-estar depois da crise de 29. O princípio segundo o qual “quem não trabalha não deve comer” (proclamado tanto pelo apóstolo Paulo quanto por Josef Stálin), “não tem mais tanta validade institucional assim nos Estados Liberais de bem-estar” (Offe, 1989:31):

Offe afirma, com base na teoria econômica neoclássica, uma certa separação entre trabalho e sustento, pois os trabalhadores aufeririam mais vantagens nos Estados do bem-estar na condição de “carona”, haja vista que é, de certo modo, racional aproveitar os serviços de bem-estar em volume superior à contribuição individual junto aos sistemas de seguridade coletiva (Offe, 1989:31). Descrito de outra maneira, os Estados do bem-estar teriam contribuído decisivamente para o surgimento de rupturas nos elos de ligação entre a reprodução da força de trabalho e a atividade produtiva.

As intervenções sociais, situadas respectivamente no plano dos direitos sociais e políticos, variando de país a país, particularizariam as condições do uso e da reprodução da força de trabalho, seja limitando os métodos de dominação gerencial, ou reduzindo a dependência dos trabalhadores em relação à venda da força de trabalho no mercado. Não é sem motivos que alguns autores imbricam trabalho e estado, chegando a afirmar que no

capitalismo contemporâneo a formação dos mercados de força de trabalho “tem como elemento estruturador fundamental o deslocamento do contrato mercantil para o plano dos direitos” (Oliveira, 1998:6).

Ao se admitir que modernamente o trabalho se constituiu na forma ímpar de obtenção do sustento (Camargo, 1996:141), e que o desenvolvimento do Estado do bem-estar enfraqueceu esta lógica, separando a idéia do sustento da de trabalho (Offe, 1989:31), não há como deixar de reconhecer que estratégias de acumulação peculiares acabem determinando estratégias distintas de produção e de reprodução social, em contextos sociais dispostos segundo uma lógica de inserção no sistema capitalista como um todo. A fragilidade do Estado brasileiro enquanto distribuidor de riquezas e de direitos traz implicações para a compreensão do trabalho no Brasil, seja em relação à estrutura de empregos e de contratos de trabalho, seja quanto à percepção que os indivíduos têm do trabalho no conjunto de suas experiências sociais.

### **3.3.2 Depois da releitura dos clássicos**

Como foi destacado no Capítulo II, o trabalho na modernidade foi a condição de realização da cidadania, pois os indivíduos passaram a conquistar a sua dignidade trabalhando. A economia clássica e a filosofia liberal estabeleceram respectivamente o mercado e a política enquanto esferas privilegiadas de realização da liberdade, valor fundamental da concepção liberal. Em Smith, o mercado possibilitou ao homem deixar de estar submetido ao jugo da natureza; em Rousseau, a autonomia do indivíduo é obtida graças ao seu trabalho, condição para o exercício da autonomia política. Duas imagens, a do “indivíduo produtor” e a do “indivíduo-cidadão”, passaram a estar correlacionadas, e é exatamente o trabalho que funcionaria como o elo de ligação. Marx faz a crítica da organização da produção, pois a seu modo de ver, o trabalho alienado historicamente perverteria o verdadeiro sentido do trabalho (Schnapper, 1998:18).

Como a vida do indivíduo não se resume a trabalhar, ou pelo menos não se reduz a trabalho produtivo no sentido atribuído por Marx, a vida está além dos limites do trabalho ou, para ser mais preciso, do espaço produtivo. Como foi mostrado, as análises dos clássicos sobre a sociedade capitalista mostraram com muita clareza a separação entre as esferas do trabalho, do lazer e do domicílio. Com a industrialização, era bastante óbvio a distinção entre o espaço domiciliar e o espaço da fábrica. Marx considerava que a

vida do indivíduo não se resumia a trabalho produtivo e que o trabalhador deveria ser considerado também no período de não-trabalho. Ao distinguir entre trabalho produtivo e não-produtivo, concentra sua análise no primeiro; ou seja, no trabalho no sentido econômico do termo. Admitia, porém, que o trabalho produtivo avançaria para os domínios da vida onde prevaleceriam outros valores.

O trabalho produtivo, nos tempos de Marx representado pelo trabalho industrial, passou a determinar o ritmo da vida. Os indivíduos tiveram de habituar-se a um ritmo imposto exteriormente pela fábrica. As várias etapas da vida, no capitalismo, foram construídas com base no trabalho, como bem demonstrou Dahendorf: preparação para o exercício profissional (“aprendizado das qualificações e absorção dos valores”), “folgas como recreação do e para o trabalho” e a aposentadoria como “recompensa por uma vida de trabalho”. Assim sendo, não-trabalho foi definido em relação a um conceito de trabalho, trabalho produtivo, empiricamente representado pelo trabalho industrial. Qual seria a principal consequência do crescimento dos serviços? Ou ele passa a ser considerado na categoria trabalho produtivo, ou então a categoria deixará de caracterizá-lo como trabalho.

O mesmo raciocínio pode ser utilizado em relação ao trabalho doméstico. Se a casa é incorporada ao circuito produtor de mercadorias, trabalhos antes tido como improdutivos podem vir a diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho. Estudos de feministas marxistas na década de 80 mostraram como o trabalho doméstico não-remunerado era incorporado como atividade produtiva, diminuindo os investimentos públicos com a reprodução da mão-de-obra (Paiva, Potengy e Chinelli, 1997:133). A sociologia do trabalho negligenciou muito os vínculos estreitos entre a atividade remunerada e o trabalho doméstico (Sorj, 1999:11), o que a impediu de captar “a contínua tendência de transformação do trabalho próprio em trabalho profissionalizado e desenvolvido no mercado e a transformação das relações e serviços pessoais em objetos de gerência” (König, 1994:165).

A falta de uma base econômica e social que anule a mercantilização de atividades que antes eram resolvidas domesticamente redefinem a distância teórica entre “casa” e o “espaço da produção”. Quando se admite que a “casa” não pode ser reduzida à mera condição de reprodução da força de trabalho e que regras de ação e de comportamento gestadas em esferas distintas (como no trabalho remunerado) se interpenetram (König,

1994:166), impõe-se a necessidade de revisão das fronteiras teóricas tradicionais entre trabalho e não-trabalho (Sorj, 1999:13).

O fato do trabalho não estar diretamente ligado ao mercado não impede a sua cobrança através do sistema industrial. A universalidade deste se mostra justamente no fato de que ele também, com as suas estruturas, ainda se impõe onde não dominam diretamente as leis do mercado e da produção de mercadorias (...). Já há muito tempo pode-se constatar, nas sociedades industriais, a tendência a que, não apenas os trabalhos domésticos de produção de vestuários e alimentos, de educação dos filhos, de assistente aos doentes e velhos seja assumida e desenvolvida através do mercado ou de especialistas, mas também, ao contrário, muitas tarefas que antes faziam parte do trabalho remunerado são transformadas, na linha de expansão da economia de mercadorias, em trabalhos próprios e em componentes domésticos. (König, 1994:166)

Como exemplo da transformação de trabalho remunerado em trabalho próprio ou em trabalho doméstico, König cita “a obrigação de auto-atendimento em supermercados, magazines e postos de gasolina, ou ir buscar, transportar e montar os próprios móveis” (König, 1994:166). Isto seria o indício de uma “tendência à inclusão cada vez mais estreita do consumidor no processo de produção” (Toffler apud König, 1994:166). Outra tendência, conforme citada por Sorj em relação a alguns grupos ocupacionais (como vendedores de grandes cadeias varejistas, trabalhadores em restaurantes, hotéis, secretárias, corretores de imóveis, enfermeiras terapeutas, comissários de bordo, caixas de supermercados e lojas etc.) é a inclusão dos atributos do trabalhador como parte do valor do produto a ser oferecido ao cliente (Sorj, 1999:16). A qualidade da interação produziria significados e valores.

Tais tendências, mais do que casos isolados, ganham peso e significância crescentes para as economias capitalistas. O alargamento dos serviços pessoais é um importante fenômeno a ser problematizado na sociologia do trabalho, ainda muito acostumada a estudar o trabalho industrial e a reduzir outras formas de trabalho à racionalidade imperante na indústria. Com todas as objeções possíveis que se possa levantar a Claus Offe, particularmente a seu corte analítico genérico, permanece o problema de como incorporar na categoria trabalho as atividades que antes eram resolvidas no âmbito doméstico, prevalecendo a mercantilização como um critério de determinação das relações sociais, pois ainda não há (Gorz, Habermas e Offe tentam formular) uma “base econômica e social para anular a mercantilização de atividades antes resolvidas domesticamente” (König, 1994:165).



Por sua vez, a participação da mulher no mercado de trabalho, reivindicando igualdade de direitos com os homens, acabou transformando-se num dos principais motivos históricos a colocar em questão padrões de análise extremamente cristalizados, pois, como se argumentou no capítulo I, a compreensão que homens e mulheres fazem do trabalho não é a mesma, o que é negligenciado somente quando a sociologia não percebe os atores sociais.

Se, num primeiro momento, os estudos feitos por feministas<sup>35</sup> de inspiração marxista serviram para avançar na compreensão que se tinha sobre o trabalho, mostrando que o espaço doméstico fora invadido pela lógica de acumulação capitalista e de valorização do capital, diminuindo os “custos” com a reprodução da força de trabalho, muitos trabalhos antes tidos como improdutivos foram incorporados ao circuito produtor de mercadorias, rompendo-se as distâncias empíricas (devemos teorizar sobre) entre trabalho e domicílio. Estamos agora, homens e mulheres, no mesmo barco, definitivamente incorporados ao processo de mercantilização.

Como conciliar um plano de análise mais geral, que explique a organização e a dinâmica do desenvolvimento capitalista e estabeleça relações entre os contextos sociais específicos em que entrem, por exemplo, as ações estratégicas dos atores sociais, constitui-se numa das principais dificuldades teóricas a serem resolvidas (Paiva, Potengy e Chinelli, 1997; Silva, 1996). As alterações na forma de ser do trabalho (Antunes, 1996), ou o fato de o trabalho ter se tornado abstrato (Offe, 1989), ou a imaterialização do trabalho (Cocco, 1995), ou a produção de bens intangíveis (Sorj, 1999) etc. somente se tornam apreensíveis, pelo menos ao ver de alguns autores, quando o trabalho é socialmente considerado:

A redução da dimensão variável do capital, em decorrência do crescimento da sua dimensão constante – ou, em outras palavras, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto – oferece, como tendência, a possibilidade da conversão do trabalhador em supervisor e regulador do processo de produção (...). Para Marx, havia a impossibilidade de esta tendência ser plenamente efetivada sob o capitalismo, dada a vigência da lei do valor (Marx *apud* Antunes, 1996:285). Portanto, sob o impacto tecnológico há uma possibilidade, levantada por Marx, no interior do processo de trabalho, que se configura pela presença da dimensão

---

<sup>35</sup> Os estudos de gênero, hoje uma realidade incontestável, enriqueceram bastante as análises sobre o modo de homens e mulheres estarem situados e perceberem a sua situação na sociedade capitalista. Além desta questão, avançam em diferentes direções questionando alguns padrões de análise predominantes na sociologia do trabalho (Abreu, 1990; Chaia, 1995; Hirata, 1998; Ramalho, 1999; Sorj, 1999).

mais qualificada em parcelas do mundo do trabalho, pela intelectualização do trabalho no processo de criação de valores, realizado pelo conjunto do trabalho social combinado. (Antunes, 1996:285).

Qual seria a consequência maior do *trabalho socialmente combinado* ter se tornado o *agente real* do processo de trabalho total? “Temos que mais e mais *funções da capacidade de trabalho* se incluem no conceito imediato de *trabalho produtivo*, e seus agentes no conceito de trabalhadores produtivos, diretamente explorados pelo capital e *subordinados* em geral a seu processo de valorização e produção” (Marx, *apud* Antunes, 1996:285).

Críticas como as de Ricardo Antunes, menos do que invalidar os argumentos de Offe, servem para mostrar que ele vem tocando em pontos essenciais “das diferenciações sociais que caracterizam o desenvolvimento das sociedades industriais, sobretudo depois da segunda guerra mundial” (König, 1994:156) e da teoria sociológica. É evidente que o conhecimento que Offe enfatiza “que a pura qualidade de trabalhador assalariado não seja apenas mais critério dos quais resultam, como de si mesmas, orientações culturais organizadoras e políticas”, não é tão novo na sociologia (König, 1994:156 e 157). “O fim da existência de trabalhadores assalariados pela consciência de classe e a ação política da luta de classes sempre foi ligado à problemática suposição de que o proletariado se deixa guiar em suas ações por interesses racionais e econômicos” (König, 1994:37).

Também não há muita novidade quanto ao fato de o *homo economicus*, burguês ou proletário, não poder ser tomado como a base da ação social, pois há muito a teoria social ligada a Marx, de Bernstein, via Lênin, Lukács e Korsch, até a teoria crítica de Horkheimer, Adorno e Marcuse, mostrou que a “percepção dos próprios interesses é caracterizada por muitas determinações que só de longe têm a ver com a esfera do trabalho” (König, 1994:157). No entanto, ficar ao nível da denúncia ou do deslumbramento em relação aos valores dos grupos sociais que não estão diretamente envolvidos com a indústria não é o melhor caminho para a sociologia. Não há motivos para supor que “apenas *uma* forma da organização do trabalho e apenas *um* modelo da carreira e da biografia proletária sejam compatíveis com a sociedade de trabalho” (König, 1994:157).

O capitalismo sempre se provou como muito capaz de transformações. Sua capacidade para a metamorfose, a capacidade de reagir a crises com novas estratégias de produção e regulação não raro levou o sociólogo crítico do

capitalismo a dificuldades teóricas. Porém o capitalismo não está fixado numa forma de racionalização, e o fim do taylorismo e da produção em massa, caso isto esteja realmente para acontecer, não seria o fim do capitalismo. São variados os caminhos, sob os quais as relações de trabalho e vida são submetidas a abstratos critérios de tempo e dinheiro. As formas de capitalização podem diferir de ramo para ramo, de país para país, de fábrica para fábrica, de fase de desenvolvimento para fase de desenvolvimento (...). (König, 1994:158).

Com tudo isto, não se pode dizer, pelo menos até agora, “que a grande variedade nas formas de organização de trabalho e relações de trabalho houvesse dinamitado a lógica capitalista de produção e socialização de trabalho abstrato, produção de mercadorias e acumulação” (König, 1994:158). Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que o trabalho vem tendo sua natureza alterada (Ramalho, 1999; Sorj, 1999; Silva, 1996; Silva, 1995; Cocco, 1995; König, 1994; Leite e Castro, 1994; Oliveira, 1990; Offe, 1989; etc.), particularmente no que tange a seus aspectos interativos (Sorj, 1999; Cocco, 1995; Offe, 1991 e 1989). Se o trabalho mudou, mas a lógica de organização mantém alguns traços essenciais já demarcados desde os clássicos da sociologia, fica posta a necessidade de situar as “novas formas de trabalho” na *organização* e na *dinâmica* do desenvolvimento capitalista (Offe, 1989).

Com isto, fica demarcado por Offe um espaço de investigação, consistindo nos significados e nas conseqüências das alterações na natureza do trabalho para a “evolução” da teoria sociológica. Primordialmente, Offe enfatiza a perda de determinação do trabalho assalariado, o que significa que os interesses e as atitudes dos indivíduos deixaram de ser percebidos em função de interesses econômicos *stricto sensu*, tal como eles foram sintetizados na sociedade capitalista (na forma de relação salarial). A conseqüência maior da “perda das determinações” pode ser, assim, remetida ao problema da integração social no capitalismo, a ser explicada, pois afirmar ter sido que foi uma abstração inadequada determinar os interesses e as ações dos indivíduos a partir de interesses racionais e econômicos é uma crítica apenas parcial, não indo aos alicerces das explicações que a sociologia formulou para a ação social.

Recentemente, a sociologia do trabalho tem sido mais permeável aos estudos questionadores do *homo economicus* como a base da ação social, tanto é que surgiram outras linhas investigativas sobre o trabalho e os trabalhadores. Estas abordagens, bastante influentes no Brasil, algumas delas inspiradas em E. P. Thompson, outras na escola de Frankfurt, salientam temas como a cultura e a representação simbólica que os “indivíduos” fazem de si. Os alvos principais destas críticas voltaram-se para alguns

reducionismos muito presentes na sociologia do trabalho, particularmente alguns autores de formação marxista que ancoraram suas interpretações em explicações técnicas e/ou econômicas para mostrar os processos de construção de sociabilidade e identidade no capitalismo.

Tais críticas vêm oferecendo importantes contribuições para as análises da sociologia do trabalho, particularmente por se voltarem contra um “tecnicismo” e/ou um “economicismo”, muito presente(s) em alguns autores que entendem e explicam a ação social através de interesses racionais e econômicos. A referência aqui é a alguns desdobramentos teóricos da sociologia do trabalho pós-Braverman<sup>36</sup> que, enfatizando o plano das representações e da cultura, buscam mostrar que as identidades sociais são forjadas no seio do experimento social e que os interesses e as motivações dos indivíduos são construídas no âmago da sociedade.

Enquanto que para a sociologia mais ortodoxa, refratária aos desenvolvimentos teóricos e revisionistas do marxismo, a identidade operária deveria ser lida como identidade de classe, mais recentemente alguns deslocamentos teóricos fizeram com que as explicações sobre a identidade operária fossem buscadas para além do “chão fabril”, nas suas múltiplas formas de estruturação. Em outras palavras, a inferência possível de ser feita é que tanto o “conflito” quanto o “consenso” no “mundo da produção” não se explicariam somente a partir da esfera produtiva, pois se forjariam também fora do “espaço da produção”, pelo estado, conforme bem descreveu Burawoy e por instituições sociais modeladoras dos indivíduos (Castro e Guimarães, 1991; Ramalho, 1991).

toda identidade, pessoal ou social, é fugaz e transitória. (...) As identificações, além de plurais e dominadas pela diferença, perderam alguns núcleos relativamente mais consolidados, devido às mudanças nos referentes da família, das crenças religiosas ortodoxas, da classe, da profissão e do emprego. (Pereira, 1998:144)

Feitas as devidas críticas às interpretações “tecnicistas” e “economicistas”, muito comuns nos estudos de sociólogos do trabalho, certamente não se pode deixar de reconhecer que a teoria social já havia posto em questão muitos pressupostos em que estas interpretações se apoiavam. No entanto, fica faltando para muitos críticos dos

---

<sup>36</sup> Harry Braverman, com seu clássico livro *Labor and monopoly capital*, de 1974, é considerado por muitos como um “divisor de águas” no debate teórico da sociologia industrial e do trabalho.

“tecnicismos” e dos “economicismos” uma historização das relações de trabalho, um estranhamento quanto à mercantilização e à racionalização do trabalho e às mediações entre a atividade concreta e a categoria. Mais do que isso, fica faltando a definição do conceito de trabalho adotado e as consequências desta definição para o estabelecimento das fronteiras entre trabalho, não-trabalho, lazer e família.

Para Offe, mesmo que se fizesse o sugerido acima, ficaria faltando ainda formular uma teoria sociológica da mudança do objeto da sociologia, pois o oposto seria uma inconseqüência sociológica. Se é verdade que o capitalismo se complexificou, não deixa de ser verdade que, independentemente da grande variedade nas formas de organização de trabalho e relações de trabalho, permanece a lógica capitalista de produção e socialização de trabalho abstrato, produção de mercadorias e acumulação (König, 1984:158). Se historicamente a mercantilização, a racionalização técnica e organizacional e o sentido ético definiram o trabalho, permitindo à teoria explicar a *organização* e a *dinâmica* da sociedade capitalista com base no trabalho, cabe agora perguntar pelas rupturas e as continuidades dos *parâmetros sociológicos* estabelecidos para a caracterização deste tipo de arranjo social, e articular, na teoria, vida e trabalho, pois a vida está sendo desligada de uma forma típica de trabalho, o emprego assalariado.

### **3.3.3 Depois das lições históricas**

O Brasil, enquanto “periferia” da acumulação capitalista, foi designado pelos “regulacionistas” como “fordismo periférico” (Lipietz e Leborgne, 1990) por não possuir alguns traços fundamentais do “fordismo clássico”, modelo de desenvolvimento econômico predominante nos países “centrais”. Além da compressão salarial facilitada pela existência de um grande número de desempregados, a reprodução da força de trabalho combinou (combina) processos mercantis com não-mercantis (atividades “tradicionais” e “informais”). O assalariamento, desde os primórdios, conviveu com formas precárias e parciais de remuneração, bem como com um setor “informal” fortemente estruturado e uma economia que se desenvolveu às margens do mercado oficial<sup>37</sup>. A reprodução da força de trabalho nestas condições não repousará exclusivamente no salário, “mas também na superposição de uma série de atividades

---

<sup>37</sup> Drogas, armas, contrabando, etc.

complementares e de circuitos de consumo não propriamente capitalistas” (Jaramillo e Cuervo, 1990). Isso implica em uma diferenciação social a partir de estratégias de acumulação peculiares.

Os estudos sobre a informalidade, que desde a década de 60 se circunscreviam a interpretar as áreas “periféricas” do capitalismo, como a África e a América Latina, ressurgem com muita força no cenário mundial da década de 80, pois o quadro mundial de desemprego obrigou os teóricos europeus a reconsiderarem uma série de pressupostos em que baseavam as suas análises. Claus Offe é considerado um destes exemplares da nova fase de produção de estudos que tentam dar conta do caráter contraditório da organização do processo produtivo, gerador de desigualdades nos mais diferentes níveis, e não somente entre os empregados e os desempregados. Na década de 80, como muitos estudos de sociólogos europeus demonstraram, sucederam-se profundas mudanças no processo produtivo mundial, tornando a estrutura de empregos bem mais complexa e heterogênea. A descentralização produtiva, a introdução de equipamentos de base eletrônica no processo produtivo, as “novas” formas de organização da produção e gestão da produção, o crescimento do contingente de trabalhadores nos serviços, a crise do Estado do bem-estar etc. geraram um cenário de incertezas em relação ao destino e à qualidade dos empregos. A visão que a sociedade capitalista tinha sobre si mesma foi modificada, bem como a visão dos teóricos da informalidade que estavam ancorados sobretudo em um material empírico africano e latino-americano. O quadro de referências analíticas em que se apoiavam as conclusões dos teóricos da informalidade teve de ser ampliado (Paiva, Potengy e Chinelli, 1997; Silva, 1996; Silva, 1993) e, por outro lado, a América Latina passou a ser considerada um caso exemplar, de onde poderiam ser extraídos ensinamentos para a própria reflexão que se faz na Europa sobre o desenvolvimento do capitalismo.

Se, na década de 70, os “teóricos da informalidade” já tinham colocado em dúvida a expectativa da possibilidade da incorporação universalizante dos indivíduos no processo produtivo, a constatação teórica só chega à Europa na década de 80. De qualquer modo, sob diferentes olhares, surgiu um grande mal-estar ou uma insatisfação em relação às análises baseadas no assalariamento formal, nas quais muitas delas supunham equivocadamente que os interesses dos indivíduos se deixavam guiar por interesses exclusivamente econômicos (não no sentido de Marx, mas no sentido da economia).

No passado, até era justificável admitir que a economia informal estivesse ligada a alguns grupos específicos (jovens, velhos, mulheres, migrantes etc.), excluídos das formas “mais altas” de emprego no capitalismo. Hoje, a expansão do trabalho desregulamentado e de uma infinidade de formas de contraturalidades do trabalho desvinculadas da seguridade social inviabiliza tal distinção e estende as zonas de incerteza para grupos sociais bem mais amplos. A supressão dos clássicos mecanismos de proteção social, historicamente sintetizados no Welfare State, faz aumentar a gama de indivíduos cujos destinos passam a ser traçados no mercado (Beynon, 1995) ou, por outro lado, redefine o uso de redes de sociabilidade enquanto possibilidade de emprego (Sorj, 1999).

A desregulamentação da economia, fenômeno que se alastra mundo afora, tem dificultado a caracterização da economia informal, pois o aspecto jurídico-institucional, outrora o traço distintivo fundamental, permanece importante, mas a nitidez já não é a mesma, pois quanto mais uma sociedade estiver entregue às leis de mercado, menores serão as diferenças entre a economia formal e informal; entretanto, a última guarda como característica o fato de “não estar regulada por instituições da sociedade em um meio social e legal em que se regulamentam atividades similares” (Castells e Portes, 1990). Diferentes níveis de regulação do trabalho, com distintos níveis de proteção jurídica, com graus diferenciados de legitimidade social, bem como o grau de autonomia dos agentes econômicos em relação às estratégias produtivas e reprodutivas (Silva, 1996) indicam que o trabalho é percebido pelos indivíduos de modo muito mais amplo do que as análises econômicas anteriormente supunham.

A década de 80 trouxe duas ordens de questões para todos aqueles que se dedicam a estudar o trabalho no capitalismo contemporâneo: tematicamente, foi valorizada a existência de um mundo do trabalho externo ao mercado, bem mais complexo do que supunham as análises calcadas no assalariamento; teoricamente, foi deslocado o eixo quase que exclusivamente econômico predominante nas análises sobre a informalidade para uma matriz interpretativa que procura destacar as pré-condições ou requisitos do processo produtivo. Ganham ênfase os conflitos de legitimidade relacionados ao sistema de dominação e ao quadro político-institucional (Paiva, Potengy e Chinelli, 1997; Silva 1996; Silva, 1993).

Da “defasagem entre emprego regular e estável e a realidade do desemprego, do sub-emprego e do emprego irregular ou precário” (Paiva, Potengy e Chinelli, 1997) surgiram expoentes teóricos refletindo sobre as conseqüências do dessalariamento em

tradicionais setores geradores de emprego (Claus Offe, por exemplo). Se, na Europa, o emprego assalariado foi a forma histórica constitutiva da cidadania moderna, fica evidenciado o problema de como integrar socialmente os indivíduos num contexto de fragmentação das situações concretas do trabalho. Em última instância, estamos falando de saídas políticas para o trabalho diante da crise do emprego, onde algumas alternativas estão sendo buscadas. Claus Offe alinha-se com a busca de saídas políticas reformistas como, por exemplo, a criação de um suporte institucional-legal para uma vasta gama de atividades informais externas ao mercado, o que, para muitos, representa as saídas alternativas para o “além-emprego” (Paiva, Potengy e Chinelli, 1997).

A informalidade<sup>38</sup>, uma das saídas reformista para o desemprego, suscita muitas polêmicas, pois se na América Latina possui legitimidade social como mostram muitos estudos sobre o trabalho informal, o mesmo não se aplica à Europa a não ser com muitas ressalvas.

Quanto à recente desregulamentação do mercado de trabalho brasileiro, há de se ressaltar o fato de ela vir ocorrendo em um mercado altamente heterogêneo, cuja composição e funcionalidade são de difícil quantificação e qualificação. Assim, o novo modelo econômico recolocou, para os estudiosos do trabalho no Brasil, importantes desafios interpretativos ainda longe de serem satisfatoriamente resolvidos, pois permanecem dúvidas quanto ao grau de aplicabilidade de estudos produzidos em contextos históricos distintos. De todos os desafios, o mais contundente continua sendo a busca de correspondência entre processos mais gerais ( de ordem econômica, política, social etc.) e as manifestações empíricas mais específicas e particulares. Entre um e outro, inscreve-se um nível intermediário fundamental, o da teorização e o da interpretação (Buddy, 1990), tarefa ainda longe de uma conclusão minimamente consensual.

Com o alargamento da crise dos Estados do bem-estar e o avanço do neoliberalismo na Europa, permaneceria a pouca validade institucional do “quem não trabalha não deve comer”? Na “periferia” do capitalismo, onde os estados nacionais não tiveram o papel regulador e distributivo em proporção comparável aos Estados do bem-estar europeus, é separável a produção da subsistência do trabalho? Basta um rápido

---

<sup>38</sup> Assim como Offe critica o tratamento teórico que é dado aos “serviços”, categoria do tipo coletânea-residual ou não conceito, Silva procede de forma semelhante em relação ao conceito de informalidade, pois aí é também enquadrada uma série de atividades que não se encaixam em outras categorias (Silva, 1996).



olhar para a literatura sociológica, produzida tanto na Europa quanto no Brasil, para ver que não existe um consenso quanto às perguntas, até pelo fato de muitos autores não formularem o problema nos termos propostos. Entretanto, a relação entre o contrato mercantil e o plano dos direitos, bem como a passagem de um plano ao outro, fazem parte do debate sobre a “crise do trabalho” e os critérios de exclusão e inclusão social, denominada como a “nova questão social”, para utilizar um termo muito em voga.

Existem várias objeções teóricas quanto à separabilidade entre trabalho remunerado e sustento, pois foi com este formato que o trabalho se generalizou e se faz presente no imaginário de grande parcela da população. Assim, mesmo que se desvincule, na teoria, renda e trabalho (Gorz, 1995), permanece uma estreiteza entre sustento e trabalho (Sorj, 1999:3)<sup>39</sup>, pois “falta, para alternativas ao trabalho remunerado, não apenas o fundamento econômico, mas também o sócio-cultural” (König, 1994:162). Paralelamente à desproletarização, ou seja, à diminuição de contingente de mão-de-obra empregado na indústria, ocorre uma sub-proletarização, emprego de mão-de-obra em condições precarizadas (Antunes, 1996:283). A reprodução da força de trabalho na “periferia” do capitalismo nunca se ancorou exclusivamente no salário, “mas também na superposição de uma série de atividades complementares e de circuitos de consumo não propriamente capitalistas” (Jaramillo e Cuervo, 1990). Isso implica em uma diferenciação social a partir de estratégias de acumulação peculiares, como já de algum tempo os estudos sobre a informalidade têm mostrado. Por outro lado, a realidade do “centro” do capitalismo vem obrigando os teóricos a reconsiderarem a diferenciação social (exclusão/inclusão) provocada pelos efeitos diferenciados do desassalariamento (Castel, 1995).

O descontentamento de Offe em relação às análises centradas no assalariamento formal leva-o a buscar outros meios de definir o setor, pois, para ele, o crescimento do assalariamento nos serviços não deve ser desconsiderado a ponto de ocultar importantes diferenças quanto ao conteúdo específico de atividades absolutamente distintas (Offe, 1989 e 1991).

---

<sup>39</sup> A posição da autora é a seguinte: “considero que o trabalho, na pluralidade de formas que tem assumido, continua a ser um dos mais importantes determinantes das condições de vida das pessoas. Isto porque o sustento da maioria dos indivíduos continua a depender da venda do tempo e de habilidades do trabalho no mercado”.

Enquanto alguns autores radicalizam em favor dos benefícios a serem produzidos no caso da superação da “sociedade salarial” (Gorz, 1995), outros lançam sérias desconfianças (Castel, 1995). Mais do que nunca, o trabalho exige reconsiderações teóricas que ultrapassem os limites impostos pelo uso de quadros analíticos restritivos. Os estudos de bases empíricas localizadas, seja o recorte nacional, seja o setorial (indústria, serviços), devem reconhecer os limites da generalização. Por outro lado, os estudos teóricos devem romper com as amarras decorrentes da utilização indiscriminada de abordagens que não situam satisfatoriamente os diferentes níveis de análise.

As análises feitas pelos “teóricos da informalidade” permitem denunciar a “idealização da sociedade do assalariamento”, ou a “mistificação de vantagens comparativas da informalidade” e da “desregulação das relações produtivas” como “atalho para o pleno emprego” (Silva, 1996). Permanecem, ainda, muitas dúvidas quanto ao futuro das sociedades capitalistas num contexto de transformação da estrutura dos empregos e de inserção social alternativa diante da impossibilidade do emprego assalariado nas suas formas históricas mais típicas.

## CONCLUSÕES

Na sociedade capitalista não se coloca a opção entre querer ou não querer trabalhar, pois, admitamos ou não, a sobrevivência material dos indivíduos nesta forma de organização social foi atrelada aos critérios de compra e venda da força de trabalho no mercado. É bem verdade que o mercado é uma instituição histórica, cuja fundação possibilitou que a sobrevivência fosse desatrelada do jugo da natureza ou de relações pautadas por critérios particularistas. Entretanto, quando se faz um balanço histórico do mercado de trabalho, fica muito evidente que as “habilidades” e as “qualidades” que são vendáveis no mercado não foram sempre as mesmas, mudando no decurso das etapas de acumulação do capitalismo. Atualmente o trabalho está migrando em direção aos serviços, o que tem alterado sensivelmente o entendimento que se tinha sobre o trabalho. Alguns chegam a afirmar que o fato provoca uma revolução comparável ao significado da passagem do trabalho da agricultura para a indústria.

As implicações decorrentes dos deslocamentos do trabalho em direção a novas atividades ensejaram uma onda de reflexões que interpretavam a migração do trabalho como indício da superação de uma “sociedade industrial” por uma “sociedade de serviços”. Em várias partes, entoaram-se cantos de louvores ao sepultamento da “sociedade industrial” e dos “valores” originados nesta fase de organização do capitalismo, visto que se ampliariam as possibilidades da legitimação social de “valores” gestados em outros segmentos sociais que não o proletariado tradicional. Alguns sociólogos abraçaram os “novos valores” e outros passaram a denunciá-los, por imaginarem que atentavam contra a ordem da “sociedade do trabalho” (“industrial”).

Vivemos na era da “sociedade industrial”, da “sociedade pós-industrial”, da “sociedade dos serviços” ou da “sociedade informacional”? Se depender de Claus Offe, em nenhuma delas, pois as classificações da sociedade não devem subjugar o interesse em entendê-la. Apesar de tudo que andam dizendo a nosso respeito, continuamos vendendo o nosso trabalho para sobreviver, desejosos de sermos reconhecidos socialmente e de que o nosso trabalho não se reduza a uma obrigação impelida pelos constrangimentos da sobrevivência.

Alguns autores, dentre os quais Habermas, Gorz e Offe, procuraram ir além da posição simplista descrita, procurando estabelecer novos horizontes para a relação entre

o “mundo da vida” e o “mundo da produção”. A racionalização técnica ou a instrumentalização do trabalho minaria a possibilidade da construção de valores mais “nobres”, os quais só poderiam ser experimentados na esfera da política (como os valores igualitários) e na esfera da vida privada (como os valores afetivos, comunicativos e expressivos). Trata-se, pois, de perguntar: a “vida cotidiana” invade a “vida produtiva” ou, ao contrário, a vida produtiva invade a vida cotidiana? Nesta resposta, já teremos entrado no terreno dos projetos societários.

Muitos marxistas renomados limitaram-se a ficar no âmbito da denúncia do trabalho industrial e dos “valores” oriundos de quaisquer outras clivagens sociais, esvaziando a necessidade de reconsiderações teóricas impostas pela própria dinâmica de desenvolvimento do capitalismo. Oriundos de uma vertente interpretativa etapista do desenvolvimento da sociedade, não poderiam suportar a dor de assistirem às alterações no modo de ser do trabalho, pois estavam preocupados em encontrar a “consciência de classe” que partiria do operário industrial. Os mesmos “progressistas” de ontem, críticos da exploração do trabalho, tornaram-se os “conservadores” de hoje, defendendo o trabalho industrial com unhas e dentes, pois se não aprisionassem a “consciência de classe” não saberiam o que fazer com o formalismo teórico. Autointitulando-se herdeiros de Marx, eram até capazes de citar a passagem do *‘manifesto comunista’* que lhes dava razão. Enquanto sonhavam com a revolução, não prestaram muita atenção nas revoltas do trabalho ocorridas ao longo deste século por melhores condições de trabalho, melhores salários, “direito ao trabalho”, e até (surpresa para os marxistas em questão!) reivindicação por um “trabalho útil e significativo”.

Uma visão histórica mais rigorosa e menos economicista evitaria a confusão, até certo ponto compreensível, mas não deixa de ser forçoso reconhecer que a história de desenvolvimento do capitalismo coincidiu com a história da resistência operária contra a exploração do trabalho, originada no espaço físico da produção, mas também em outras esferas da vida social. Profecia? Não! Socialismo à vista? Não cabe aqui entrar na polêmica! Seja lá como for, a crise do Estado do bem-estar social surge, aos olhos de Offe, como uma crise estrutural da própria lógica de organização da sociedade capitalista. Ele surgiu com o intuito de favorecer a acumulação capitalista, mas não foi capaz de conviver com a sua expansão, pois deixou de ter os mecanismos capazes de estimular os investidores privados. Se, com a expansão do Estado do bem-estar, a renda deixa de justificar, ao nível da percepção dos indivíduos, o engajamento para o trabalho ou no

trabalho, necessariamente teremos de adentrar nas justificativas éticas e morais do trabalho; quanto a isso, a erosão da ética do trabalho, a diminuição da estigmatização moral provocada pelas experiências de desemprego, a desagregação de ambientes de vida construídos com base em categorias profissionais, a tendência secular da diminuição do tempo de trabalho etc. reduzem o trabalho a um assunto dentre outros na biografia dos indivíduos.

Com isso, Offe quer dizer apenas que o trabalho, no sentido que os clássicos lhe atribuíram, deixou de *ter centralidade para a formação de agregados culturais e políticos*. É muito comum interpretar a proposição do seguinte modo: *o trabalho deixou de ter centralidade para a construção da identidade pessoal e/ou social*. A diferença sutil surge na distinção que ele faz da categoria de análise em relação às manifestações empíricas do trabalho. As alterações que ocorreram com as situações concretas de trabalho e com a estrutura dos empregos no capitalismo contemporâneo romperam com os parâmetros de análise vigentes na sociologia (trabalho industrial, assalariado, racionalizado esquematicamente, revestido de sentido ético, predomínio de mão-de-obra masculina etc.). É a forma histórica assumida pelo trabalho que está deixando de ter centralidade, é o objeto da sociologia que está desaparecendo, é o emprego típico que está se esvaindo...

Claus Offe não está falando do trabalho no sentido ontológico, como faz Marx antes de construí-lo no plano epistemológico. Ele, em momento nenhum, afirma a perda ou não da centralidade ontológica, pois não faz este tipo de discussão. As suas preocupações estão dirigidas para o objeto da sociologia (marcadamente o emprego assalariado) e para a explicação da sociedade pela teoria. A discussão está situada em outro plano da análise, tratando-se da mudança do objeto trabalho, logo, a categoria sociológica deve mudar para revitalizar o poder explicativo da teoria. A questão não é um julgamento de valor, se é bom ou não, mas, sim, diagnosticar que o trabalho tornou-se outro, devendo ser mostrada as conseqüências teóricas das metamorfoses do trabalho, pois, apesar de tudo, o trabalho permanece sendo objeto de compra e venda no mercado, submetido a quais de produtividade, de valor, de normatização, de racionalidade, de legitimidade social etc.

O peso atribuído à “crise do trabalho” deve-se a uma situação histórica bem demarcada, pois o trabalho na modernidade foi a condição de realização da cidadania, pois o indivíduo moderno adquire a sua dignidade trabalhando; não trabalhar é ser um excluído social. Além do sentido político que o trabalho adquiriu na modernidade, ele

alargou-se em comparação com outras épocas históricas, tornando-se a referência para a definição de não-trabalho, lazer, vida doméstica etc. Os limites de cada uma dessas esferas passaram a ser definidos com relação ao trabalho. As várias etapas da vida no capitalismo, como bem demonstrou Dahendorf, foram construídas com base no trabalho: preparação para o exercício profissional (“aprendizado das qualificações e absorção dos valores”), “folgas como recreação do e para o trabalho” e a aposentadoria como “recompensa por uma vida de trabalho”.

Enquanto as divisas fronteiriças da vida vão sendo redefinidas, o trabalho tem invadido o tempo e o espaço da vida das pessoas, obrigando a sociologia a reconsiderar a relação casa-trabalho, trabalho-lazer, bem como situar as distâncias entre o espaço da produção e o da reprodução social.

Das considerações acima emerge uma conseqüência que consiste em reconsiderar as fronteiras entre trabalho e não-trabalho e como a esfera doméstica e a esfera do lazer interagem com o trabalho numa situação em que continuamos vendendo o trabalho para sobrevivermos. Se os serviços passaram a constituir-se, cada vez mais, na mercadoria a ser vendida, então é necessário mostrar como os serviços são profissionalizados, mercantilizados e normatizados. Por outro lado, se a valorização da mercadoria está baseada na incorporação de trabalho, é preciso mostrar também a sua valorização fora da esfera da produção direta<sup>40</sup>; como, por exemplo, os auto-serviços que deixam de utilizar trabalhadores específicos para a realização de determinadas tarefas. O consumo, desse modo, inscreve-se na determinação de valor.

A existência de vendedores da força de trabalho não é garantia de que haverá alguém disposto a comprá-la no mercado; por outro lado, nem todo mundo está disposto a vender a sua força de trabalho. Essa sentença aplica-se às análises a serem feitas em países que não conheceram um desenvolvimento do Estado do bem-estar, pois, da convivência entre o mercantil e o não-mercantil no capitalismo “periférico”, desenvolveram-se arranjos sociais diferentes da Europa, onde as bases de acumulação e de legitimidade social foram outras, não compreensíveis quando os modelos teóricos são

---

<sup>40</sup> Não podemos nos esquecer do ensinamento de Marx que mostrou que o circuito produtor de mercadorias envolve a produção, a distribuição, a troca e o consumo.

transplantados mecanicamente. A noção de cidadania não-assalariada e a legitimidade da informalidade na América Latina atestam variações históricas do capitalismo.

Quando Robert Castel cunha a expressão “sociedade salarial” para designar a crise do trabalho no capitalismo, ele restitui com toda a ênfase o caráter histórico do trabalho, sintetizado na Europa pelo emprego assalariado. Na verdade, falar em crise do emprego e não em crise do trabalho é precisar melhor as distinções entre as esferas empíricas e teóricas, demarcando onde começa uma e outra, bem como onde terminam.

Se é possível falar de uma crise da “sociedade do trabalho”, não há como deixar de reconhecer que está em discussão a sociedade do trabalho mercantilizado e vinculada à racionalidade estratégica. A crise pode, e deve, ser interpretada ao nível das formas históricas determinadas de trabalho, crise de um arranjo político-institucional erguido sobre uma forma determinada de contrato de trabalho, racionalidade econômica e técnica etc.

O trabalho, objeto sociológico por excelência, não cabe em esquemas teóricos excessivamente formalistas, pois não é uma relação que se apreenda de uma vez por todas. Esta é uma lição dos clássicos da sociologia que Claus Offe assimilou muito bem, e, se contemporaneamente o trabalho alargou-se, metamorfoseou-se em várias formas concretas de manifestação, é imperativo ampliá-lo conceitualmente. Marx já ensinava ser de grande vulto para a história a redefinição das formas do homem se relacionar com o trabalho; Weber bem mostrou a vinculação deste ao modo do homem experimentar e ordenar o mundo que o cerca. Independentemente das divergências de ambos, retomar as problematizações sobre o trabalho é buscar as continuidades e as rupturas da(s) lógica(s) subjacente(s) à organização social.

Afora as indicações feitas, carecendo ainda de uma melhor fundamentação empírica e teórica, persistem dúvidas quanto ao deslocamento da qualidade do trabalho para a qualidade da interação como um novo critério de valor para o trabalho. As distinções analíticas - insistentemente reforçadas por muitas das vezes darem um peso indevido a apenas um lado da moeda, em detrimento de outros lados constitutivos – não devem contribuir para parcializar a sociologia, levando-a a julgamentos de valores, como, por exemplo, opor o trabalho de prestação de serviços como portador de qualidades intrínsecas, ao trabalho industrial despossuído de significação para os indivíduos, tamanha a simplificação das tarefas. No passado, a sociologia do trabalho costumava idealizar o trabalho artesanal como a forma “superior” de trabalho, contrariando velhas

lições dos clássicos. No presente, não cabe idealizar o futuro, deslocando apenas no tempo o julgamento de um destino melhor.

Reconhecemos que o taylorismo-fordismo está perdendo legitimidade social, pois a separação radical entre o processo de concepção e execução do trabalho (racionalização técnica e organizacional da produção) praticamente eliminou o “fator humano”, levando a uma desqualificação e degradação do trabalho. A longo prazo, uma das conseqüências mais contundentes da instrumentalização do trabalho foi a perda de conteúdo subjetivo de valor e de sentido, não em relação à categoria ontológica, mas em relação à categoria histórica (ou sociológica). Certamente, a instrumentalização moderna do trabalho contribuiu para minar o “orgulho” que os indivíduos pudessem ter pela profissão que exercem, enfraquecendo as aspirações sociais centradas no trabalho enquanto eixo central de organização da vida social.

No entanto, alguns cuidados precisam ser tomados, pois, historicamente, a racionalização técnica e organizacional, como um processo objetivo da produção nas sociedades capitalistas, sempre se deparou com um problema fundamental que é o da subjetividade do trabalhador, que só desaparece quando a sociologia explica os processos sociais destituindo-os dos atores envolvidos. Assim, cabe buscar uma explicação coerente que articule vida e trabalho, pois se a vida está gradativamente sendo desligada de uma forma típica de trabalho, as experiências acumuladas ao longo das vivências em arranjos de trabalho não são destruídas da noite para o dia.

A história define as formas dos indivíduos experimentarem o trabalho e de construírem a sociabilidade, mas sendo feita pelos homens não se reduz aos componentes “objetivos”, como o (fazer) do trabalho, mas prescinde dos componentes “subjetivos”, o (agir) do trabalho. Dito de outra forma, são condenáveis os exageros oriundos da separação entre a dimensão instrumental e a subjetiva do trabalho. No trabalho socialmente considerado, cujo eixo organizativo é histórico e onde componentes como racionalidade econômica, ação objetivo-racional e mercado de trabalho definem objetivamente o trabalho, intervém a dimensão subjetiva do trabalho, onde componentes como profissão, comunicação e expressão merecem destaque.

A reconstrução analítica da categoria trabalho, levando em conta as particularidades históricas e portanto nacionais é uma tarefa a ser desenvolvida pelos teóricos do trabalho. As iniciativas, pela própria complexidade do problema, encontram-se ainda longe de respostas satisfatórias. Entretanto, permanecem alguns ensinamentos



dos pais fundadores da sociologia, nem sempre considerados, em nome de motivos muitas vezes pouco consistentes. Se é verdade que, na modernidade, o trabalho caracterizou-se pela presença de uns poucos no convés do navio e de uma grande maioria na sala de máquinas, a sociologia será conservadora se ficar defendendo que os habitantes do porão da humanidade permaneçam por lá, em nome de uma “consciência de classe” que só virá no amanhã. Ainda bem que, no silêncio das disputas entre os atores sociais, têm sido varridas da história, dia após dia, as formas mais brutais de exploração do homem pelo homem, quer a sociologia enxergue ou não.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alice R. de P., SORJ, B. “Subcontratação e relações de gênero na indústria de confecção”. In: ABREU, A. R. de P., PESSANHA, E. G. da F. **O trabalhador carioca: estudos sobre trabalhadores urbanos do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: UFRJ (Série Ciências Sociais), 1994.

ABRAMO, L., MONTERO, C. A Sociologia do Trabalho na América Latina: paradigmas teóricos e paradigmas produtivos. **BIB**, Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 40, p. 65-83, 2º semestre de 1995.

ANTUNES, R. A centralidade do trabalho hoje. **Sociedade e Estado**, Brasília: Relume Dumará, v. XI, n. 2, p. 251-280, jul./dez. 1996.

BAETHGE, M. Trabalho, socialização, identidade - a crescente subjetivação normativa do trabalho. In: MARKERT, W. **Teorias de educação do iluminismo, conceitos de trabalho e do sujeito**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Biblioteca Tempo Universitário, n. 95, 1994.

BATISTA, P.N. *et al.* Globalização e emprego. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo: CEBRAP, n. 45, julho de 1996, p. 133-149.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BURAWOY, M. A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 13, p. 29-50, 1990.

CABANES, R. A Sociologia e a Antropologia do Trabalho no contexto de mundialização. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, São Paulo: ALAST, año 3, n. 5, p. 40-52, 1997.

CAMARGO, J. M. *et al.* Globalização e emprego. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo: CEBRAP, n. 45, julho de 1996, p. 133-149.

CAMPREGHER, G. A. A quem interessa o fim do trabalho. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro: NEPCOM, n. 4, p. 183-197, janeiro-abril de 1998.

CASTEL, R. **Les métamorphoses de la question sociale**. Paris: Fayard, 1995.

CASTELLS, M., PORTES, A. El mundo sumergido: los orígenes y los efectos de la economía informal. In: PORTES, A. **La economía informal en los países**

**desarrollados y en menos avanzados.** Buenos Aires: Planeta Política y Sociedad, p. 21-48, 1990.

CASTELLS, M. A economia informacional, a nova divisão internacional do trabalho e o projeto socialista. **Cadernos CRH**, Salvador: CRH/UFBA, p. 5-34, 1992.

CASTRO, Nády A. de, GUIMARÃES, Antônio S. A. Além de Braverman, depois de Burawoy: vertentes analíticas na Sociologia do Trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 17, v. 6, p. 44-52, 1991.

CASTRO, Nády A. de, LEITE, Márcia de P. A Sociologia do Trabalho industrial no Brasil: desafios e interpretações. **BIB**, Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 37, p. 39-59, 1º semestre de 1994.

CHAILA, M. Trabalho: entre a política e o conceito. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v. 9, n. 3, p. 127-134, jul./set. de 1995.

CHENAVIER, R. Civilização de trabalho ou civilização do lazer. **Estudos Avançados**, São Paulo: IEA - USP, v. 12, n. 32, p. 187-211, 1998.

COCCO, G. As dimensões produtivas do pós-fordismo. Rio de Janeiro: UFRJ / IPPUR, 1995, 27 p. (Estudos e Debates n. 5).

DAHENDORF, R. **O conflito social moderno.** São Paulo: Jorge Zahar / Edusp, 1992.

DESMAREZ, P., STROOBANTS, M. É possível uma sociologia das possibilidades? A noção de construção social na análise do trabalho e do emprego. **Sociedade e Estado**, Brasília: Relume-Dumará, v. XI, n. 2, p. 251-280, jul./dez. 1996.

DURKHEIM, E. **Da divisão social do trabalho.** São Paulo: Martins Fontes, 1994.

GORZ, A. Saindo da sociedade do trabalho assalariado. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v. 9, n. 3, p. 127-134, jul./set. de 1995.

HADDAD, F. Trabalho e classes sociais. **Tempo Social**, São Paulo: USP, v. 9, n. 2, p. 97-123, outubro de 1997.

HIRATA, H. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, São Paulo: ALAST, año 4, n. 7, p. 5-27, 1998.

HUMPHREY, J. News forms of organization in industry: their implication for labour use and control in Brazil. In: SEMINÁRIO PADRÕES TECNOLÓGICOS E POLÍTICAS DE GESTÃO, agosto de 1989, São Paulo.

JARAMILO, S., CUERVO, L.M. Tendências recentes e principais mudanças na estrutura espacial dos países Latino-americanos. In: PRETECEILLE, Edmond, VALADARES, Lícia do Prado. **Reestruturação Urbana: Tendências e Desafios**. São Paulo: Ed. NOBEL / IUPERJ, 1990.

KÖNIG, H. A crise da sociedade de trabalho e o futuro do trabalho: crítica de um debate atual. In: MARKERT, W. **Teorias de educação do iluminismo, conceitos de trabalho e do sujeito**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Biblioteca Tempo Universitário n. 95, 1994.

LAUTIER, B. Informalidade, relações de trabalho e cidadania na América Latina. **Cadernos CRH**, Salvador: CRH/UFBA, n. 18, jan./jun. 1993.

LEITE, Márcia de P., SILVA, Roque A. da. A Sociologia do Trabalho frente à reestruturação produtiva: uma discussão teórica. **BIB**, Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 42, 2º semestre de 1996.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Cia. ed. Nacional/EDUSP, 1970.

LOPES, José S. L. **A Tecelagem dos conflitos de classe na ‘cidade das chaminés’**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

\_\_\_\_\_. Subjetividade e linguagem do trabalho. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, São Paulo: ALAST, año 3, n. 5, p. 40-52, 1997.

MARX, K. **Marx**. São Paulo: Abril Cultural, 1968, cap.: Introdução à crítica da Economia Política.

\_\_\_\_\_. **Marx**. São Paulo: Abril Cultural, 1968, cap.: Manuscritos econômicos-filosóficos.

\_\_\_\_\_. O caráter fetichista da economia e seu segredo. In: LENK, K. **El concepto de Ideologia...** Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1971.

OFFE, C. **Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**, volume I - a crise, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Biblioteca Tempo Universitário n. 85, 1989.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e Sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho**, volume II - perspectivas, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Biblioteca Tempo Universitário n. 89, 1991.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo desorganizado**. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1994.

OLIVEIRA, F. de. Para além do princípio do mercado. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, São Paulo: ALAST, año 4, n. 6, p. 5-8, 1998.

OLIVEIRA, Isabel de R. de. Estado e trabalho na sociologia crítica de Claus Offe. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 13, p. 112-119, 1990.

OLIVEIRA, P. S. de. Reestruturação Produtiva: o Brasil diante de velhos impasses e novos desafios. In: KIRSCHNER, A. M. **Brasil: o mosaico da década de 90**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1999.

PAIVA, V., POTENGY, G., CHINELLI F. Qualificação e inserção produtiva no mundo do trabalho: a Sociologia do Trabalho para além da indústria. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo: CEBRAP, n. 48, p. 121-142, julho de 1997.

PEREIRA, J. M. Mercado de trabalho, proteção social e desenvolvimento na hora da globalização. **Sociedade e Estado**, Brasília: Relume-Dumará, v. XI, n. 2, p. 199-231, jul./dez. 1996.

PEREIRA, V. M. C. Trabalho e trabalhadores numa sociedade sem empregos. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro: IEC, ano III, n. 4, dezembro de 1998.

POLANYI, K. **The great transformation**. Viena, 1977(1944).

RAMALHO, José R. P. Controle, conflito e consentimento na teoria do processo de trabalho: um balanço crítico. **BIB**, Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 32, 2º semestre de 1991.

RAMALHO, José R. P. Trabalho e sindicato em tempo de reestruturação produtiva. Conferência apresentada por ocasião do concurso público para *Professor Titular de Sociologia do Trabalho* do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em janeiro de 1999.

ROSSO, S. dal. A teoria do tempo de trabalho. **Sociedade e Estado**, Brasília: Relume-Dumará, v. XI, n. 2, p. 251-280, jul./dez. 1996.

SCHNAPPER, D. **Contra o fim do trabalho**. Lisboa: Terramar, 1998.

SCHWARTZ, I. Trabalho e valor. **Tempo Social**, São Paulo: USP, v. 8, n. 2, p. 147-158, outubro de 1996.

SILVA, Josué, P. da. A Crise da sociedade do trabalho em debate. **Lua Nova**, Brasília: CNPQ, n. 35, p. 167-181, 1995.

SILVA, Lorena H. da. Verbete Sociologia do Trabalho. In: CATTANI, Antônio D. **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997. 292 p.

SILVA, Luiz A. M. da. Trabalho informal: teoria, realidade e atualidade. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro: CEDI, n. 269, p. 31-34, junho de 1993.

\_\_\_\_\_. Informalidade e crise econômica. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro: CEDI, n. 288, p. 10-13, jul./ago. de 1996.

\_\_\_\_\_. Informalização. Mas o que se quer dizer com isto? **Monitor público**, ano 3, n.11.

SINGER, P. *et al.* Globalização e emprego. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo: CEBRAP, n. 45, julho de 1996, p. 133-149.

SORIA, Anália L., NUNES, Christiane G. F. Crise econômica e crise na cultura do trabalho. **Sociedade e Estado**, Brasília: Relume-Dumará, v. XI, n. 2, p. 251-280, jul./dez. 1996.

SORJ, B. Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. Conferência apresentada por ocasião do concurso público para *Professor Titular de Sociologia do Trabalho* do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em janeiro de 1999.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1967

\_\_\_\_\_. **Economia e sociedade**. Brasília: ed. da Universidade, 1991, cap. V: Sociologia da religião.